



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

ANGELO TENFEN NICOLADELI

O PENSAMENTO DE PAULINA LUISI (1875-1950) EM “ALGUMAS IDEIAS SOBRE
EUGENIA”: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES PARA DISCUSSÃO DE
HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Florianópolis

2023

ANGELO TENFEN NICOLADELI

O PENSAMENTO DE PAULINA LUISI (1875-1950) EM “ALGUMAS IDEIAS SOBRE
EUGENIA”: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES PARA DISCUSSÃO DE
HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Educação Científica e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Brasil Ramos.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nicoladeli, Angelo Tenfen

O pensamento de Paulina Luisi (1875-1950) em "Algumas ideias sobre eugenia" : uma análise das potencialidades para discussão de história da ciência na educação científica / Angelo Tenfen Nicoladeli ; orientadora, Mariana Brasil Ramos, 2023.

156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Científica e Tecnológica. 2. História das Ciências. 3. Eugenia. 4. Mulheres nas Ciências. 5. Uruguai. I. Ramos, Mariana Brasil. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. III. Título.

ANGELO TENFEN NICOLADELI

O pensamento de Paulina Luisi (1875-1950) em “Algumas ideias sobre eugenia”:
uma análise das potencialidades para discussão de história da ciência na educação
científica

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 8 de fevereiro
de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Robert Wegner, Dr.
Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz)

Profa. Maria Elice Brzezinski Prestes, Dra.
Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo

Profa. Suzani Cassiani, Dra.
Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação Científica e
Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e
Tecnológica (PPGECT-UFSC).

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Mariana Brasil Ramos, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha vó.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado Capes/Proex, sem a qual esta pesquisa não seria possível.

Devo aos meus pais minha eterna gratidão, não apenas pela força concedida durante o mestrado, mas por toda a ajuda que me deram para que meus objetivos se tornassem realidade. Agradeço também aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante esses três anos, que passaram por todas as dificuldades e momentos comigo, vocês facilitaram tudo porque sei que posso contar sempre com vocês.

Sou muito grato pela dedicação da minha orientadora Mariana Brasil Ramos no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado por seu empenho e pelo tempo me ajudando. Agradeço a ela por me ensinar a autonomia da pesquisa e por me guiar pelos caminhos do mestrado e, acima de tudo, por me incentivar a seguir pelos rumos da história das ciências.

Gostaria de agradecer a todos os professores da UFSC que muito contribuíram para a realização deste trabalho. Os ensinamentos dos professores tornaram possível minha formação acadêmica. Sou grato a todos os funcionários desta instituição, cujos serviços me ajudaram de alguma forma ao longo dos anos, especialmente aos servidores da Biblioteca Universitária (BU) da UFSC e aos servidores do Restaurante Universitário (RU). Agradeço especialmente às servidoras Karyn e Crislaine do Serviço de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa da Biblioteca Universitária pelo auxílio na construção, tanto das ferramentas de busca, quanto na escolha e delimitação dos bancos de dados referentes à revisão bibliográfica desta pesquisa.

Agradeço a todos os membros do grupo de orientação coletiva “Bússolas”. As reuniões do grupo foram essenciais para que eu desenvolvesse um olhar mais crítico sobre projetos de pesquisa e pesquisas em andamento. As sugestões do grupo para o meu trabalho foram fundamentais. Agradeço também os membros do Grupo de Estudos em Sexo e Gênero (GESEX) e aos membros do Grupo de Pesquisa Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação (DICITE), onde tive o prazer de

participar de discussões e apresentações muito importantes na minha formação como professor e pesquisador.

Agradeço a Thaís Cyrino de Mello Forato, professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-DIADEMA), por me receber virtualmente com incrível simpatia nas reuniões do grupo História das Ciências no Ensino de Ciências (HS²E) e também por me permitir apresentar minha pesquisa em seu grupo e por tecer comentários e críticas com sinceridade.

Agradeço aos professores Robert Wegner e Vanderlei de Souza pela oportunidade de cursar remotamente a disciplina História e Historiografia da Eugenia no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz), as leituras e discussões que tive o privilégio de participar nessa disciplina foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço às professoras Adriana Mohr, Maria Elice de Brzezinski Prestes e Marinês Domingues Cordeiro, por aceitarem participar da banca de qualificação desta dissertação e também pelos comentários e sugestões valiosas.

Agradeço aos professores Robert Wegner, Maria Elice de Brzezinski Prestes e Suzani Cassiani por aceitarem participar da banca de defesa desta pesquisa de mestrado e também pelos valiosos comentários e sugestões para o texto final.

Agradeço à minha esposa Letícia, por sempre me apoiar e incentivar. Obrigado por compartilhar incontáveis momentos de felicidade, ansiedade e estresse. Obrigado também por revisar o texto e pelos ótimos comentários e sugestões. O trabalho não seria feito sem você ao meu lado.

Agradeço à Revista Brasileira de História da Ciência (RBHC) pela revisão técnica da tradução realizada por Miriam Junghans e pela publicação da mesma. Agradeço também a Dennise Rodríguez, minha querida amiga que conheci na disciplina da Fiocruz, pelos comentários e sugestões na tradução do espanhol para o português.

Por último, agradeço à *Biblioteca Nacional de Uruguay* pelo acesso ao Arquivo Paulina Luisi em Montevideo e, principalmente, agradeço a Gabriela Jaureguiberry, Mariana Cantele, Laura Iturrioz e Graciela Guffanti por responderem rapidamente meus e-mails com solicitação de documentos. Agradeço também a Gastón Borges por

me receber no Arquivo Paulina Luisi e com muita gentileza me auxiliar com a documentação.

Paulina Luisi (...) foi a reconhecida “mãe” do feminismo latino-americano. A primeira médica do Uruguai, Luisi, uma obstetra, também deu origem ao feminismo pan-americano (MARINO, 2019, p. 8, tradução livre).

A própria Luisi era uma eugenista (MARINO, 2019, p. 22, tradução livre).

RESUMO

A eugenia foi um movimento científico e social baseado em uma compreensão das leis da hereditariedade humana que propunha o aprimoramento constante da composição hereditária das raças nacionais, seja pelo incentivo dos indivíduos “aptos” a se reproduzirem, seja pelo impedimento de reprodução dos considerados “inaptos”. Mais de 30 países desenvolveram movimentos eugênicos organizados e, portanto, a eugenia não pode ser compreendida como um movimento único e coerente, mas sim diverso e complexo, pois reproduziu-se tanto por meio da genética mendeliana quanto pelo neolamarckismo, ao mesmo tempo em que foi defendida por projetos reacionários, conservadores, comunistas, anarquistas, liberais e feministas. A eugenia aparece como tema de grandes potencialidades para a educação em ciências e para as relações étnico-raciais, pois evidencia interfaces entre ciência, tecnologia e sociedade. No entanto, há pouca representatividade do tema na área do ensino. Das raras vezes em que é mencionado, o foco costuma ser colocado sobre as correntes alemã e estadunidense, o que caracteriza uma escassez de trabalhos acerca da eugenia latino-americana. Considerando que a utilização da história e da filosofia da ciência (HFC) como recursos didáticos dentro da educação científica pode, em tese, ajudar a construir visões menos ingênuas sobre a ciência, e considerando, também, que o estudo da história de mulheres na ciência pode colaborar para uma visão da natureza da ciência menos androcêntrica, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: que discussões de e sobre ciência podem ser desenvolvidas visando a educação científica e tecnológica mediante a análise do texto “Algumas ideias sobre eugenia”, escrito por Paulina Luisi? Esta pesquisa teve como objetivo geral apontar discussões possíveis sobre História das Ciências na Educação Científica a partir de um texto original sobre eugenia, escrito por Paulina Luisi. Nesse sentido, os objetivos específicos foram os seguintes: 1) Evidenciar a importância histórica de Paulina Luisi para o movimento eugênico do Uruguai; 2) Analisar o contexto de produção e a repercussão do artigo “Algunas ideas sobre eugenia”; 3) Traduzir para português o artigo “Algunas ideas sobre eugenia”, escrito originalmente em espanhol; 4) Apontar e propor potencialidades da utilização da tradução dessa fonte primária na educação científica. Paulina Luisi (1875-1950) foi a primeira mulher a ter o título de diploma superior no Uruguai, formou-se em medicina no ano de 1908 e foi também a primeira mulher a lecionar em uma universidade no país. Figura importante no movimento feminista do Uruguai, com participação na fundação do *Partido Socialista del Uruguay* (1910) e do *Consejo Nacional de Mujeres* (1916), é conhecida por ser uma defensora da eugenia latina e uma das pioneiras na defesa da educação sexual, a qual a autora chamava de *enseñanza biológico-eugenésica*. No artigo pesquisado, a autora elabora um panorama das discussões sobre a ciência eugênica da época, com foco específico na questão de como evitar o nascimento dos considerados degenerados. Dentre seus argumentos, destaca-se a defesa do aborto eugênico ao invés da prática da castração ou esterilização. Após realizar uma tradução comentada do texto, considereei pertinente refletir sobre as potencialidades do texto para a discussão de história da ciência na Educação Científica. A primeira potencialidade é o fato desse texto agora estar acessível em português para o público brasileiro. A segunda, por sua vez, é a de possibilitar o estudo da história da eugenia discutindo-se os quatro mitos históricos sobre o movimento eugênico, descritos pelo historiador Mark Adams. Através do

trabalho pedagógico com fontes primárias é possível discutir a natureza da ciência em seus diversos elementos e problematizar visões ingênuas de ciência. A pesquisa aponta para as potencialidades do uso da história e filosofia da ciência como recursos didáticos na educação científica, contribuindo para uma compreensão mais crítica e contextualizada da ciência e de suas implicações sociais.

Palavras-chave: HFC; Uruguai; ensino de ciências; fontes primárias; original de cientistas.

RESUMEN

La eugenesia fue un movimiento científico y social basado en la comprensión de las leyes de la herencia humana, que proponía la mejora constante de la composición hereditaria de las razas nacionales, ya sea fomentando la reproducción de los individuos "aptos", o impidiendo la reproducción de los considerados "no aptos para reproducir". Más de 30 países han desarrollado movimientos eugenésicos organizados, por lo tanto, la eugenesia no puede entenderse como un movimiento único y coherente, sino más bien diverso y complejo, ya que se reprodujo tanto a través de la genética mendeliana como del neolamarckismo, al mismo tiempo en que fue defendida por proyectos reaccionarios, conservadores, comunistas, anarquistas, liberales y feministas. La eugenesia aparece como un tema con gran potencial para la enseñanza de las ciencias y para las relaciones étnico-raciales, ya que destaca las interfaces entre ciencia, tecnología y sociedad. Sin embargo, hay poca representación del tema en el área de la educación. En las contadas ocasiones en que se menciona, se suele poner el foco en las corrientes alemana y americana, lo que caracteriza una escasez de trabajos sobre la eugenesia latinoamericana. Considerando que el uso de la historia y la filosofía de la ciencia (HFC) como recursos didácticos dentro de la enseñanza de las ciencias puede, en teoría, ayudar a construir visiones menos ingenuas sobre la ciencia, y considerando, además, que el estudio de la historia de las mujeres en la ciencia puede contribuir a una visión menos androcéntrica de la naturaleza de la ciencia, esta investigación buscó responder a la siguiente pregunta: ¿qué discusiones de y sobre la ciencia se pueden desarrollar con miras a la educación científica y tecnológica a través del análisis del texto "Algunas ideas sobre eugenesia", escrito por Paulina Luisi? El objetivo general de esta investigación fue señalar posibles discusiones sobre la Historia de la Ciencia en la Educación Científica a partir de un texto original sobre eugenesia, escrito por Paulina Luisi. En este sentido, los objetivos específicos fueron los siguientes: 1) Resaltar la importancia histórica de Paulina Luisi para el movimiento eugenésico en Uruguay; 2) Analizar el contexto de producción y la repercusión del artículo "Algunas ideas sobre eugenesia"; 3) Traducir al portugués el artículo "Algunas ideas sobre eugenesia", escrito originalmente en español; 4) Señalar y proponer potencialidades del uso de la traducción de esta fuente primaria en la enseñanza de las ciencias. Paulina Luisi (1875-1950) fue la primera mujer en tener un título universitario en Uruguay, se graduó en medicina en 1908 y fue también la primera mujer en enseñar en una universidad del país. Figura importante del movimiento feminista en Uruguay, con participación en la fundación del Partido Socialista del Uruguay (1910) y del Consejo Nacional de Mujeres (1916), es conocida por ser una defensora de la eugenesia latina y una de las pioneras en la defensa de la educación sexual, a lo que el autor llamó enseñanza biológico-eugenética. En el artículo investigado, el autor elabora un panorama de las discusiones sobre la ciencia eugenésica en la época, con un enfoque específico en la cuestión de cómo evitar el nacimiento de aquellos considerados degenerados. Entre sus argumentos destaca la defensa del aborto eugenésico frente a la práctica de la castración o la esterilización. Después de realizar una traducción comentada del texto, consideré pertinente reflexionar sobre el potencial del texto para la discusión de la historia de la ciencia en la Educación Científica. La primera potencialidad es el hecho de que este texto ahora sea accesible en portugués para el público brasileño. El segundo, a su vez, es

posibilitar el estudio de la historia de la eugenesia discutiendo los cuatro mitos históricos sobre el movimiento eugenésico, descritos por el historiador Mark Adams. A través del trabajo pedagógico con fuentes primarias, es posible discutir la naturaleza de la ciencia en sus diversos elementos y problematizar visiones ingenuas de la ciencia. La investigación apunta al potencial de utilizar la historia y la filosofía de la ciencia como recursos didácticos en la enseñanza de las ciencias, contribuyendo a una comprensión más crítica y contextualizada de la ciencia y sus implicaciones sociales.

Palabras Clave: HFC; Uruguay; enseñanza de las ciencias; fuentes primarias; originales de científicos.

ABSTRACT

Eugenics was a scientific and social movement based on an understanding of the laws of human heredity, which proposed the constant improvement of the hereditary composition of national races, either by encouraging “fit” individuals to reproduce, or by preventing the reproduction of those considered “fit” to reproduce. unfit”. More than 30 countries have developed organized eugenic movements, therefore, eugenics cannot be understood as a single and coherent movement, but rather as diverse and complex, as it was reproduced both through Mendelian genetics and through neo-Lamarckism, at the same time in which was defended by reactionary, conservative, communist, anarchist, liberal and feminist projects. Eugenics appears as a theme with great potential for science education and for ethnic-racial relations, as it highlights interfaces between science, technology and society. However, there is little representation of the theme in the area of education. On the rare occasions that it is mentioned, the focus is usually placed on the German and American currents, which characterizes a scarcity of works on Latin American eugenics. Considering that the use of history and philosophy of science (HFC) as didactic resources within science education can, in theory, help to build less naive views about science, and considering, also, that the study of the history of women in science can contribute to a less androcentric view of the nature of science, this research sought to answer the following question: what discussions of and about science can be developed aiming at scientific and technological education through the analysis of the text “Some ideas about eugenia”, written by Paulina Luisi? The general objective of this research was to point out possible discussions on the History of Science in Science Education based on an original text on eugenics, written by Paulina Luisi. In this sense, the specific objectives were the following: 1) Highlight the historical importance of Paulina Luisi for the eugenic movement in Uruguay; 2) Analyze the production context and the repercussion of the article “Some ideas about eugenia”; 3) Translate the article “Some ideas about eugenia”, originally written in Spanish, into Portuguese; 4) Point out and propose potentialities of using the translation of this primary source in science education. Paulina Luisi (1875-1950) was the first woman to hold a university degree in Uruguay, she graduated in medicine in 1908 and was also the first woman to teach at a university in the country. An important figure in the feminist movement in Uruguay, with participation in the founding of the Partido Socialista del Uruguay (1910) and the Consejo Nacional de Mujeres (1916), she is known for being a defender of Latin eugenics and one of the pioneers in the defense of sexual education, the which the author called biological-eugenetic teaching. In the researched article, the author elaborates an overview of the discussions on eugenic science at the time, with a specific focus on the question of how to avoid the birth of those considered degenerate. Among her arguments, the defense of eugenic abortion rather than the practice of castration or sterilization stands out. After carrying out a commented translation of the text, I considered it relevant to reflect on the potential of the text for the discussion of the history of science in Science Education. The first potentiality is the fact that this text is now accessible in Portuguese for the Brazilian public. The second, in turn, is to enable the study of the history of eugenics by discussing the four historical myths about the eugenics movement, described by historian Mark Adams. Through pedagogical work with primary sources, it is possible to discuss the nature of science in its various

elements and problematize naive views of science. The research points to the potential of using the history and philosophy of science as didactic resources in science education, contributing to a more critical and contextualized understanding of science and its social implications.

Keywords: HFS; Uruguay; science teaching; primary sources; original by scientists.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Quadrante Político da Eugenia.....	70
FIGURA 2 – Paulina Luisi em diferentes fases de suas vida. (1) A primeira médica uruguaia - 1908; (2) A agitadora uruguaia - 1919; (3) A primeira mulher uruguaia que lutou pelos direitos femininos - Lê-se “A Dra. Paulina Luisi deve ser a primeira parlamentar, vote na lista socialista 90” - Foi no ano de 1938 onde as mulheres pela primeira vez puderam votar e ser votadas no Uruguai.....	86
FIGURA 3 – Recorte Temporal de Paulina Luisi nesse trabalho de pesquisa.....	91
FIGURA 4 – Quadrante Político da Eugenia.....	115

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Elementos contidos na ficha de análise.....	34
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Resultado de revisão bibliográfica sobre Paulina Luisi.....	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

HFC	História e Filosofia da Ciência
NdC	Natureza da Ciência
HC	História da Ciência

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	22
	INTRODUÇÃO	26
1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	31
1.1	NATUREZA DA PESQUISA	31
1.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	32
1.3	LOCALIZAÇÃO DA FONTE E ESCOLHA DO CORPUS	32
1.4	CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE.....	33
1.5	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PAULINA LUISI.....	34
1.6	TRADUÇÃO DA FONTE PRIMÁRIA	37
2	ENSINO DE EUGENIA E EUGENIA NA HISTÓRIA.....	40
2.1	HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA	40
2.2	ENSINO DE EUGENIA À HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EUGENIA..	43
2.2.1	Eugenia e Educação em Ciências	45
2.2.2	Francis Galton e os primeiros passos de uma ciência	47
2.2.3	Eugenia na Europa e Estados Unidos	51
2.2.4	Eugenia no Brasil, Argentina e Uruguai	56
2.2.5	Eugenia e o Quadrante Político.....	69
2.2.5.1	<i>Eugenismo neolamarckista de direita</i>	<i>72</i>
2.2.5.2	<i>Eugenismo neolamarckista de esquerda</i>	<i>73</i>
2.2.5.3	<i>Eugenismo mendeliano de esquerda</i>	<i>74</i>
2.2.6	Eugenia e a Participação Feminina.....	76
3	PAULINA LUISI E A EUGENIA	81
3.1	PAULINA LUISI: UMA MULHER NA CIÊNCIA.....	81
3.2	ALGUMAS IDEIAS SOBRE EUGENIA (1916)	91
3.2.1	Contexto de Produção	92
3.2.1.1	<i>Uruguai e Paulina Luisi.....</i>	<i>92</i>
3.2.1.2	<i>1º Congreso Americano del Niño</i>	<i>93</i>
3.2.2	Potencialidades para a Educação Científica.....	95
3.2.2.1	<i>Primeiro mito: a eugenia não única</i>	<i>95</i>
3.2.2.2	<i>Segundo mito: a eugenia é apenas mendeliana.....</i>	<i>102</i>

3.2.2.3	<i>Terceiro mito: a eugenia é uma pseudociência</i>	112
3.2.2.4	<i>Quarto mito: a eugenia é de direita e reacionária</i>	114
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A	134

APRESENTAÇÃO

Como eu cheguei nesta pesquisa de mestrado? Tudo tem a ver com a minha trajetória no curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entrei em 2014 e concluí em 2020 (colei grau por videoconferência devido à pandemia causada pela COVID-19). Ao longo da graduação, o que mais me chamou a atenção foi a teoria evolutiva, bem como a história e a filosofia da ciência, motivo pelo qual acabei desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a história do conceito de seleção natural (NICOLADELI, 2020). Procurei demonstrar que a história da seleção natural vai além da relação entre Charles Darwin e Alfred Wallace, um conceito que teria emergido em vários contextos históricos, também por meio de outros autores das ciências naturais.

Ao mesmo tempo, ao contar essa história, percebi as interações da seleção natural com o racismo científico (NICOLADELI, 2017)¹ e o movimento eugênico. É importante dizer que me identifico como homem branco cisgênero e que cresci em Orleans, cidade de 20 mil habitantes do sul do estado de Santa Catarina, onde há constantemente a afirmação da descendência italiana/alemã, carregada de valores positivos, sempre em oposição a uma descendência indígena² e afro-brasileira. Muitas ideias eugênicas permearam a minha criação e só tenho percebido isso agora, ao me aproximar do tema. Era comum ouvir frases como ‘quem é bom já nasce feito’, ou outras semelhantes, ainda em referência à pureza da raça.

Algo que me parece emblemático é que a rua em que morei grande parte da minha vida é nomeada em homenagem a um médico eugenista brasileiro: Dr. Miguel Couto³, conhecido por sua eugenia antinipônica. Como demonstram Serra e Schucman (2012) para a cidade de São Paulo, percebo que onde nasci e cresci também há uma série de significados compartilhados sobre “um sistema hierárquico

¹ Foi meu trabalho final em uma disciplina chamada ‘Estudos Afro-brasileiros’, que cursei durante a graduação como optativa. Foi nessa matéria onde estudei, pela primeira vez, a história do conceito de raça e o racismo científico.

² A denominação racista normalmente utilizada para se referir aos indígenas é ‘bugre’. Um absurdo muito comum até os dias de hoje.

³ Miguel Couto orientou a primeira tese escrita no Brasil sobre eugenia, que ocorreu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e também foi um dos organizadores do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.

silencioso e camuflado de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção em que essas se afastam do modelo ideal de brancura” (p. 307). Em certa medida, os discursos produzidos pelo movimento eugênico no começo do século XX no Brasil ainda circulam e fazem parte de um ideal de nação.

É necessário dizer que iniciei o mestrado em Educação Científica e Tecnológica no ano de 2020 querendo estudar o movimento eugênico no Brasil. Essa vontade me veio quando encontrei na internet um periódico chamado “Boletim de Eugenia”. Já há um tempo vinha estudando como as ciências biológicas historicamente justificaram e reproduziram práticas racistas no mundo todo - e no Brasil não poderia ser diferente. Mas, mesmo assim, ainda parecia estranho falar em eugenia no Brasil. Isso não seria algo restrito à Alemanha Nazista? Pois bem, não. A eugenia, como ficou evidente após um mergulho na bibliografia sobre o assunto, foi um movimento bastante amplo e complexo, que se desenvolveu em mais de 30 países, sendo muitos desses latino-americanos. A historiadora das ciências Nancy Stepan (1991, 2005) criou um termo específico para a eugenia que emergiu nos países falantes de línguas latinas na Europa e suas colônias na América: a eugenia latina. Uma eugenia que estava, com certas exceções, imersa em uma atmosfera católica e na qual, segundo a autora, práticas negativas mais invasivas não prosperaram. Isso porque, em primeiro lugar, estariam baseadas em uma concepção de desenvolvimento humano neolamarckista, que conferia uma importância maior para os efeitos ambientais. Em segundo lugar, porque o catolicismo compreendia que a dimensão da sexualidade dizia respeito somente a Deus e, por isso, práticas como a esterilização coercitiva e aborto dificilmente eram defendidas e aprovadas no âmbito estatal de nações de catequização forçada católica⁴.

Voltemos para o periódico “Boletim de Eugenia”. Descobri que ele foi o primeiro periódico do gênero na América Latina e o principal meio de divulgação do movimento em nosso país. Foi fruto do trabalho de Renato Kehl, considerado pelo historiador Vanderlei de Souza (2019) como um dos maiores eugenistas do Brasil e o que mais se dedicou à circulação do movimento. As páginas desse boletim estão repletas de textos racistas, sexistas e autoritários, que vão desde duras críticas à

⁴ O único país latino-americano que aprovou a esterilização eugênica, ainda que por um curto período de tempo, foi o México (STEPAN, 2005).

miscigenação racial, pelos seus supostos efeitos degenerativos, até a defesa de uma ampla educação sexual, da infância até a idade adulta. A princípio, minha questão de pesquisa foi a seguinte: “Quais apontamentos e/ou novidades a análise do Boletim pode trazer para o Ensino de Ciências no contexto da América Latina?”. Porém, ao ler grande parte dos volumes do Boletim, me dei conta de que o tema da educação era bastante importante para esses eugenistas, seja ela uma educação sexual ou uma educação eugênica. Foi quando que me deparei com o número 24 do Boletim, cujo objetivo central era discutir como deveria ser uma educação sexual eugênica.

Nesse volume do “Boletim de Eugenia”, Renato Kehl organiza o que ele chamou de “Inquérito sobre Educação Sexual” (KEHL, 1930; LUISI, 1930), no qual solicitava a seus leitores (médicos, professores, pais, mães, políticos, entre outros) que enviassem considerações sobre como deveria ser uma educação sexual “perfeita”. Entre as várias questões de Kehl, algumas emblemáticas são as que se seguem: quem deveria ser o responsável por essa educação? Em que idade as crianças deveriam ser educadas? As aulas deveriam ser divididas entre meninos e meninas ou não? Que metodologias seriam utilizadas?

Ao procurar um pouco sobre cada um dos autores que responderam ao Inquérito, logo o nome de Paulina Luisi me chamou a atenção: uma médica feminista e eugenista? Parece uma contradição imensa, mas não é o caso: a primeira onda do feminismo⁵, que se originou na passagem do século XIX ao XX, teve como protagonistas, em sua maioria, mulheres brancas de classe média-alta, que lutavam, por um lado, pelo direito ao voto (sufrágio feminino) e direitos civis, e, por outro, pela liberdade reprodutiva e sexual, o que, em muitos momentos, construiu pontes entre o feminismo e a eugenia, como no caso de Paulina Luisi no Uruguai e de Margaret Sanger nos Estados Unidos⁶.

⁵ A divisão da história do feminismo em ondas é uma construção pedagógica que tem sido utilizada para ensinar sobre o feminismo. A história desse movimento é mais complexa e as ondas se sobrepõem.

⁶ Angela Davis (2016) demonstra muito bem no capítulo “Racismo, Controle de Natalidade e Direitos Reprodutivos”, de seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, como as feministas sufragistas nos Estados Unidos foram cooptadas pelo discurso da higiene racial. Segundo Davis (2016, p. 217, grifos da autora), “o potencial progressista do movimento foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao *controle de natalidade*, e sim a estratégia racista de *controle populacional*”.

Paulina Luisi, em seu texto publicado no Boletim de Eugenia, compreende que a educação sexual é “a ação pedagógica que pretende submeter o instinto sexual à ação da vontade sob domínio da inteligência instruída, consciente e responsável” (LUISE, 1930, p. 3). A autora defende que a educação sexual deve ensinar comportamentos morais por meio do conhecimento científico sobre a reprodução e a concepção de novos seres humanos, evitando ao máximo a degeneração da espécie⁷. Em seu texto, fica evidente a ideia de que o conhecimento científico é o único que pode levar ao desenvolvimento e à regeneração humana. Para ela, em outras palavras, só a ciência poderia te dizer quem ser no mundo.

Em suma, tanto a trajetória de Paulina Luisi quanto seus textos sobre eugenia apresentam uma série de potencialidades para a discussão de aspectos históricos na educação científica e é isso que pretendo evidenciar ao longo desta pesquisa de mestrado.

⁷ A perspectiva de educação sexual emergente nesse texto trabalha na chave prescrição/persuasão, o que, em muitos sentidos, lembra o que Jimena Furlani (2011) aponta como uma abordagem de educação sexual médico-higienista, que atualmente ainda é a hegemônica.

INTRODUÇÃO

A inclusão da História e Filosofia da Ciência (HFC) na Educação em Ciências tem como um de seus objetivos evitar visões distorcidas sobre a ciência, na medida em que enfatiza seu caráter social e histórico (BATISTA; SILVA, 2018; GIL-PÉREZ *et al.*, 2001). Martins (2006) aponta que a HFC tem o potencial de levar os alunos a compreenderem que a ciência “não brota pronta na cabeça dos grandes gênios” e que não é simplesmente a aplicação de um único “método científico” que permite chegar à verdade, mas um processo de construção coletiva do conhecimento.

Matthews (1992), por sua vez, enfatiza que a HFC não é a solução de todos os problemas da crise da educação, mas caracteriza-se como uma fonte importante de reflexão que aprimora o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a HFC pode humanizar o ensino de ciências e promover uma (re)conexão do aluno com o conhecimento científico e com seu processo de construção. Já Moura e Silva (2018) e Pereira e Amador (2007), indicam a necessidade de incluir e utilizar a HFC nos currículos dos cursos de formação de professores e de ensino de ciências e biologia escolar, pois tais reflexões levam à construção de uma concepção mais crítica do fazer científico.

O Movimento Eugênico, nesse sentido, tem um grande potencial para fomentar discussões sobre HFC, já que sua história representa um exemplo privilegiado das interconexões entre ciência, educação, tecnologia e sociedade, na qual uma diversidade de preconceitos raciais, étnicos e de gênero se materializam em concepções e práticas científicas (TEIXEIRA; SILVA, 2017a; TEIXEIRA; SILVA, 2017b). Também cumpre dizer que é comum, entre biólogos e professores de biologia, o mito de que a eugenia foi uma pseudociência (ADAMS, 1990), posicionamento que isentaria a disciplina de trabalhar numa perspectiva histórica, explicitando relações sociais instituídas cientificamente e suas implicações - que perduram até hoje, materializadas no racismo, na misoginia e em outras formas de opressão.

Como apontam Teixeira e Silva (2017a, 2017b), o estudo da eugenia em sala de aula pode contribuir para a compreensão da ciência como produto humano, e não como uma verdade incontestável, assim como faz emergir discussões éticas e morais relacionadas ao fazer científico. A eugenia pode ser facilmente relacionada com

conteúdos da genética clássica, tanto para introduzir conceitos da genética mendeliana, quanto para entender o que Francis Galton e outros eugenistas pensavam sobre a hereditariedade.

No que diz respeito às questões sociais, a eugenia é rica em possibilidades pedagógicas: a história da eugenia pode lançar sobre a mesa discussões sobre raça, racismo, promulgação de leis que restringem a imigração de certas populações ou, ainda, discussões sobre leis de esterilização e aborto eugênico. Todos esses temas explicitam o papel da ciência na sociedade (TEIXEIRA; SILVA, 2017a; TEIXEIRA; SILVA, 2017b).

Se, por um lado, a eugenia aparece como tema de grandes potencialidades para a educação em ciências e das relações étnico-raciais (VERRANGIA; SILVA, 2010), pois evidencia interfaces entre ciência e sociedade, de outro, há pouca representatividade do tema na área do ensino, uma vez que a maior parte dos artigos existentes trata da eugenia de forma breve, sem colocá-la como ponto central de estudo. Das raras vezes em que é mencionada, o foco é colocado sobre as correntes alemã e estadunidense, o que caracteriza uma escassez ainda maior de trabalhos acerca da eugenia latino-americana (TEIXEIRA; SILVA, 2017a). Ao mesmo tempo, o estudo de textos de uma mulher feminista, cientista e latino-americana com vistas à educação em ciências, como neste trabalho, pode contribuir para uma visão da natureza da ciência menos androcêntrica e masculinizada (HEERDT, 2019).

Além disso, Souza e Wegner (2018, p. 348) apontam que ainda carecemos, no Brasil e na América Latina como um todo, de “pesquisas históricas sobre aconselhamentos matrimoniais, educação sexual, discussões sobre aborto e o modo como os exames pré-nupciais foram aplicados como prática de controle eugênico da reprodução humana”. Em outras palavras, há um campo aberto para se estudar as relações entre o movimento eugênico latino e as defesas da educação sexual.

Assim, considerando a escassez de discussões sobre eugenia na América Latina voltadas para a Educação em Ciências (TEIXEIRA; SILVA, 2017) e o potencial do tema para discussões que estabeleçam relações entre Ciência e Sociedade, esta dissertação de mestrado tem como problema de pesquisa: **que discussões de e sobre ciência podem ser desenvolvidas visando a educação científica e**

tecnológica mediante a análise do texto “Algumas ideias sobre eugenia”, escrito por Paulina Luisi?

Esta pesquisa tem como objetivo geral apontar discussões possíveis sobre História das Ciências na Educação Científica a partir de um texto original sobre eugenia, escrito por Paulina Luisi. Tem como objetivos específicos: 1) evidenciar a importância histórica de Paulina Luisi para o movimento eugênico do Uruguai; 2) analisar o contexto de produção e a repercussão do artigo “*Algunas ideas sobre eugenía*”; 3) traduzir para português o artigo “*Algunas ideas sobre eugenía*”, escrito originalmente em espanhol; 4) apontar e propor potencialidades da utilização da tradução dessa fonte primária na educação científica.

A título de justificativa para esta pesquisa de mestrado, afirmamos que estudar a história de Paulina Luisi pode ser um importante instrumento para a compreensão de aspectos (1) de ciência e (2) sobre ciência. (1) De ciência porque a pesquisadora em questão foi uma das representantes do pensamento eugênico latino de sua época e uma das primeiras pessoas a defender a necessidade de educação sexual das crianças, jovens e adultos - embora pesquisas sobre Paulina Luisi apresentem uma tendência a ignorar ou minimizar suas afiliações eugênicas (EHRICK, 2005, p. 99). (2) Sobre ciência, por sua vez, porque ela foi a primeira mulher a ter o título de ensino superior no Uruguai, a saber, de medicina, e também a primeira mulher a dar aulas em uma universidade uruguaia. Luisi representa uma marca na luta pelos direitos das mulheres na região do Rio da Prata, bem como alguém que teve importante papel na construção do partido socialista do Uruguai.

Nesse sentido, Paulina Luisi é uma personagem histórica importante a ser conhecida dentro da educação científica. Primeiro, porque foi uma mulher latino-americana conhecida internacionalmente e com papel fundamental na luta pelo direito ao voto (sufrágio) do Uruguai. Segundo, porque sua trajetória evidencia as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no começo do século XX para ingressar no ensino superior e na vida acadêmica. Todavia, não podemos deixar de enfatizar sua origem privilegiada, uma vez que sua família provinha da classe média-alta que havia emigrado da Europa para a América do Sul.

Estudar a biografia de Paulina Luisi também pode fazer emergir discussões sobre a história das mulheres na ciência e sobre gênero. Além disso, estudar uma

mulher latino-americana pode nos trazer novos pontos de vista acerca do movimento eugênico na América Latina, diferente do que geralmente ocorre, que é o foco na Europa ou nos Estados Unidos. Por último, é também uma oportunidade de estudar a história da ciência por meio dos originais dos cientistas, lendo os textos escritos pela própria Paulina Luisi, no começo do século XX.

* * *

Esta dissertação é composta por esta introdução e quatro outros capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos metodológicos e procura evidenciar quais fontes foram utilizadas ao longo da pesquisa, como foram localizadas e quais os critérios estabelecidos para fundamentar a escolha. Por fim, apresento os elementos de análise e explico como foi realizada a revisão bibliográfica.

O segundo capítulo, por sua vez, é responsável por demonstrar o referencial teórico utilizado. Nele, apresento minhas concepções sobre o uso didático desse referencial em educação em ciências da História e Filosofia da Ciência (HFC) e aponto como o tema da eugenia vem sendo tratado nesse campo de pesquisa. Trato brevemente, ainda, sobre a história da eugenia, com foco na Europa, Estados Unidos e América Latina, sobretudo para os movimentos eugênicos que se desenvolveram no Brasil, Argentina e Uruguai. A partir disso, apresento o Quadrante Político da Eugenia como forma, com grandes potencialidades teóricas e didáticas para compreender a história da eugenia. Por fim, apresento, em linhas gerais, a participação feminina dentro do movimento eugênico.

O terceiro capítulo busca apresentar uma biografia de Paulina Luisi, com base em fontes primárias e secundárias, visando demonstrar tanto sua importância para o campo do feminismo uruguaio como para a eugenia da América Latina. Em seguida, o foco passa para um texto de Paulina Luisi intitulado “Algumas ideias sobre eugenia” (1916), com uma descrição de seu contexto de produção e uma explanação sobre sua repercussão. Depois, aponto algumas potencialidades de uma tradução para o português dessa fonte primária, sobretudo para a Educação Científica, objetivando ir além de alguns mitos sobre o movimento eugênico, que ainda são perpetuados nesse campo de pesquisa.

Por último, o capítulo quatro fecha esta dissertação com as considerações finais. Nele, procuro elaborar uma síntese desta pesquisa de mestrado, retomando o objetivo geral e a proposta inicial do trabalho, além de discutir se a proposta foi cumprida, na medida em que menciono os pontos fortes e as limitações desta dissertação. O texto termina com sugestões de trabalhos futuros que possam ser desenvolvidos sobre o tema.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, descrevo os aspectos metodológicos que foram levados em conta na construção e no desenvolvimento desta pesquisa. Primeiro, trato da natureza da pesquisa e da análise bibliográfica, relato como ocorreu a delimitação da fonte documental e, conseqüentemente, o recorte do *corpus* documental. Em seguida, explico de forma resumida os elementos de análise e as etapas da revisão bibliográfica sobre a trajetória da personagem em estudo. Por fim, descrevo como foi feita a tradução da fonte primária.

1.1 NATUREZA DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa tem natureza qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), já que não utiliza noções de estatística, ao mesmo tempo em que se enquadra dentro do campo da Educação Científica e Tecnológica e procura se aproximar das discussões da História e Filosofia da Ciência (HFC).

O objeto de análise é um texto original sobre eugenia escrito por Paulina Luisi, o que caracteriza uma pesquisa sobre fontes documentais (CELLARD, 2008). Segundo Cellard (2008), uma análise documental deve conter um *corpus* documental bem definido e passar pelas seguintes etapas de pesquisa: 1) compreender o contexto onde o documento foi escrito, 2) estudar quem foram os autores, 3) colocar em xeque a autenticidade e a confiabilidade do texto, 4) evidenciar a natureza do texto e, por último, 5) delimitar os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Segundo Phillips (1974, p. 187), o documento é todo e qualquer material escrito que possa servir como “fonte de informação sobre o comportamento humano”. Estão incluídos nessa definição: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, currículos, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, livros, estatísticas, livros de arquivos escolares, artigos científicos, entre outros (REVERSI, 2015). Neste trabalho, os principais documentos a serem utilizados como fonte documental são artigos científicos.

A análise documental é considerada um método com grandes possibilidades, tal como destacado por Reversi (2015, p. 65):

Vários autores ressaltam as vantagens dos documentos como fornecedores de dados, uma vez que os mesmos constituem uma fonte estável e rica, podendo ser consultados várias vezes e servir de base para diferentes estudos, o que garante uma maior estabilidade aos dados obtidos, além de estarem incluídos em um contexto, o qual subjaz aos dados informações sobre esse contexto.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa é composta por uma fonte original escrita por Paulina Luisi (1916 - *Algunas ideas sobre Eugenia*, apresentado no 1º Congreso de Niño) e também por bibliografia recente sobre a história da eugenia no mundo e na América Latina. São utilizados, também, textos sobre HFC.

Os critérios utilizados para delimitar a fonte primária que corresponde ao *corpus* foram os seguintes: 1) texto que estiver dentro do período de vida no qual Paulina Luisi mais se dedicou à eugenia (SAPRIZA, 2011, p. 62), que compreende os anos de 1916 até 1919; e 2) texto que se adeque à pergunta de pesquisa, ou seja, que fale sobre eugenia.

Como já expliquei brevemente na introdução, conheci a personagem Paulina Luisi ao ler os volumes do Boletim de Eugenia, mais especificamente o volume 24 do periódico, cujo tema era educação sexual eugênica. Pesquisei sobre cada um dos autores que enviou textos para aquele volume e me deparei com Paulina Luisi. No momento em que descobri que a autora foi a primeira médica do Uruguai e que representava o movimento feminista do país, meu interesse sobre a personagem cresceu, o que me fez investigar outros textos que ela tinha escrito sobre eugenia. Foi assim que encontrei o texto *Algunas ideas sobre Eugenia*.

1.3 LOCALIZAÇÃO DA FONTE E ESCOLHA DO CORPUS

O texto que compõe o *corpus* documental foi obtido em contato via e-mail com a *Biblioteca Nacional do Uruguay*, que possui um acervo específico de documentos de Paulina Luisi⁸.

⁸ Esse texto pode ser encontrado traduzido na Revista Brasileira de História da Ciência (<https://doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.709>). Cf. NICOLADELI, Angelo Tenfen. Tradução comentada do

Visitei o Acervo Paulina Luisi em dezembro de 2021. Durante os dias 21 a 24 de dezembro estive em Montevideo e conheci a coleção de fotos, documentos, cartas e artigos científicos da autora. Ao longo de três manhãs na *Biblioteca Nacional de Uruguay*⁹ tive a oportunidade de digitalizar vários documentos sobre eugenia e sobre a história de Paulina Luisi, material que me ajudou a compreender o contexto de produção do artigo analisado nesta pesquisa.

A escolha do *corpus* documental reflete tanto a história e o desenvolvimento da pesquisa quanto a pergunta que nos guia ao longo desta investigação. Como um dos focos desta pesquisa é a dimensão da eugenia, procurei fazer um recorte da história em um período no qual Paulina Luisi se dedicou mais ao tema. Como aponta a historiadora Graciela Sapriza (2011, p. 62, tradução minha):

Paulina Luisi examinou entre 1916 e 1919 as possibilidades oferecidas pela legislação eugênica para resolver graves problemas de saúde. Seu ponto de vista combinava a visão de uma médica com o feminismo e o pensamento reformador socialista sob a influência do neolamarckismo francês Adolphe Pinard.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE

O Quadro 1 apresenta o resumo dos elementos contidos na ficha de análise.

artigo de Paulina Luisi publicado em 1916, "Algunas ideas sobre Eugenia". **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 15, n. 1, p. 233-248, 2022.

⁹ <https://www.bibna.gub.uy/>.

QUADRO 1 – Elementos contidos na análise

Elementos da Análise	Itens de Análise	Categorias	Objetivos
1.1 Questões sobre Ciências	1.1 Eugenia Latina - Política e Sociedade	1.1.1 Quadrante Político da Eugenia	Caracterizar como questões políticas e metacientíficas emergem da eugenia defendida por Paulina Luisi.
2.2 Questões de Ciências	2.1 Eugenia Latina - Ciência e seus Produtos	2.1.1 Neolamarckismo 2.1.2 Venenos Raciais 2.1.3 Eugenia Matrimonial e Eugenia Maternal	Caracterizar conteúdos científicos que emergem do texto original escrito por Paulina Luisi.

FONTE: Os autores (2021).

1.5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PAULINA LUISI¹⁰

No que diz respeito à revisão bibliográfica sobre Paulina Luisi, o descritor utilizado na busca foi “Paulina Luisi” e a pesquisa foi realizada no dia 7 junho de 2021. Os bancos de dados consultados foram os seguintes: Portal Capes, Scopus, Gale, WOS, Socindex, Science Direct, Redalyc, OASIS, Scielo, ERIC, NDLTD, OADT, PQDT e Google Acadêmico. Foram analisados somente periódicos.

De um total de 229 resultados, somados os 100 primeiros resultados do Google acadêmico com os 129 dos outros bancos de dados, foram identificados os

¹⁰ Essa revisão bibliográfica sobre Paulina Luisi foi pensada e construída com auxílio do Serviço de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço imensamente às servidoras Karyn e Crislaine, que me auxiliaram tanto na construção das ferramentas de busca quanto na escolha e delimitação dos bancos de dados.

20 textos que compõem a Tabela 1. Os critérios para a escolha foram: 1) ter Paulina Luisi como tema central ou parcial do texto; e 2) relacionar a autora aos temas eugenia e/ou educação sexual.

Foram identificados 4 textos no Portal CAPES, 1 no Scielo, 4 no Redalyc, 3 no OASIS e 12 no Google Acadêmico.

TABELA 1 - Resultado de revisão bibliográfica sobre Paulina Luisi

nº	Referência ABNT	Banco de Dados
1	BIRN, Anne-Emanuelle. O nexu nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940. História, Ciências, Saúde-Manguinhos , v. 13, n. 3, p. 675-708, 2006.	Portal CAPES
2	EHRICK, Christine. Madrinhas and missionaries: Uruguay and the Pan-American women's movement. Gender & history , v. 10, n. 3, p. 406-424, 1998.	Portal CAPES
3	GUY, Donna J. The Pan American Child Congresses, 1916 to 1942: Pan Americanism, Child Reform, and the Welfare State in Latin America. Journal of family history , v. 23, n. 3, p. 272-291, 1998.	Portal CAPES
4	VAZQUEZ, Maria Laura Osta; GARCÍA, Alvaro. Las mujeres y sus espacios: partidos, derechos y debates en el Uruguay de 1920 y 1938. Revista Estudos Feministas , v. 26, n. 2, 2018.	Portal CAPES
5	ANTÚNEZ, Camilo Rodríguez. A cien años del primer plan y métodos de enseñanza sexual en el Uruguay. Sus vinculaciones con el discurso eugenésico. Anuario de la Sociedad Argentina de Historia de la Educación , v. 20, n. 2, 2019.	Scielo
6	SIMONETTO, Patricio. El sexo de las naciones: producción y circulación global de narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936). Tempo e Argumento , Florianópolis, v. 12, n. 29, 2020.	Redalyc
7	MOOG, Jaime Carrizosa. Reflexiones sobre la tesis doctoral: "La raza antioqueña es única y no está degenerada". Iatreia , v. 26, n. 4, p. 487-493, 2013.	Redalyc
8	ARMUS, Diego. Eugenesia en Buenos Aires: discursos, prácticas, historiografía. História, Ciências, Saúde-Manguinhos , v. 23, p. 149-170, 2016.	Redalyc
9	ORTEGA, Elizabeth; BELTRÁN, María José; MITJAVILA, Myriam. Eugenesia y medicalización del crimen a inicios del siglo XX en Uruguay. Saúde e Sociedade , v. 27, p. 354-366, 2018.	Redalyc

10	VÁZQUEZ, Maria Laura Osta. Feminismo, Eugenia e Maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. Fronteiras , v. 14, n. 25, p. 55-68, 2012.	OASIS
11	BUENO, Alexandra Padilha; CORDEIRO, Andrea Bezerra. A LAICIDADE NO PENSAMENTO DE TRÊS MULHERES DO INÍCIO DO SÉCULO XX: MIRADAS FEMINISTAS SOBRE O TEMA NA AMÉRICA LATINA. Revista Inter Ação , v. 44, n. 2, p. 372-389, 2019.	OASIS
12	SAPRIZA, Graciela. Ciencia, política y reforma social: esperanzas y conflictos de la primera médica del Uruguay, Paulina Luisi (1875–1950). In: JACINTO, Lizett, SCARZANELLA. Eugenia. Género y ciencia en América Latina: mujeres en la academia y en la clínica (siglos XIX–XXI) , pp. 53-76, 2011	Google Acadêmico
13	IBARBURU, Estela. La vida y obra de Paulina Luisi. Temas . nº 5/6, año , p. 143-157, 2014	Google Acadêmico
14	COELLO, Carol Guilleminot. Sesgos de género en la construcción científica del conocimiento. Tecnología & Sociedad . Nº 9, p. 55-68, 2020.	Google Acadêmico
15	VÁZQUEZ, Maria Laura Osta; SILVANA, Espiga. Maternidad, Medicina e higienismo en los manuales médicos de Montevideo de la segunda mitad del siglo XIX. Revista de Historia Bilros , v. 6, n. 13, p.102-119, 2018.	Google Acadêmico
16	TORRES, de Ines. La prensa feminista en el Uruguay del Novecientos. Acción Femenina: agenda de derechos y construcción de ciudadanía en la revista del Consejo Nacional de Mujeres. In: Ricardo González Leandri y Armando Minguzzi (eds). Narrativas de la cohesión social en publicaciones periódicas del Cono Sur americano (1900-1940) . Madrid, Ediciones Polifemo, 2019.	Google Acadêmico
17	NETO, Nivaldo Aureliano Léo. Divulgação e Educação Científica Racista no Boletim de Eugenia (1929–1933): Uma Análise Crítica com Vistas a Contribuir para uma Educação em Ciências Contemporânea. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências , v. 21, p. 1-31, 2021.	Google Acadêmico
18	BARRÁN, Juan Pedro. Biología, medicina y eugenesia en Uruguay. Asclepio , v. 51, n. 2, p. 11-50, 1999.	Google Acadêmico
19	DARRÉ, Silvana. Cuando el saber no tiene lugar: la difícil implementación de la educación sexual en el sistema educativo uruguayo. Araujo, K. y Prieto, M. Estudios sobre sexualidades en América latina (199-214). Quito: FLACSO, 2008.	Google Acadêmico
20	OSTA, María Laura; ESPIGA, Silvana. La infancia sin Historia. Páginas de Educación , v. 10, n. 2, p. 111-126, 2017.	Google Acadêmico

FONTE: Os autores (2023).

1.6 TRADUÇÃO DA FONTE PRIMÁRIA

Ao ler as ciências por meio das fontes primárias, enfatizamos o contexto histórico, o papel do(a) autor(a) e a linguagem específica de cada área do conhecimento, algo que fica bastante negligenciado em livros-texto. A educação científica através do uso de fontes históricas possibilita evidenciar a ciência como produção humana, uma vez que faz emergir discussões sobre diferentes metodologias científicas, os erros e os acertos na história das ciências (BOSS; SOUZA FILHO; CALUZI, 2011; BOSS; SOUZA FILHO; CALUZI, 2016; BATISTA; DRUMMOND; DE FREITAS, 2015).

A tradução do texto de 1916 publicado na Revista Brasileira de História da Ciência (RBCV) (NICOLADELI, 2022) fez recircular esse conhecimento, já que esse texto só era acessível a partir do Arquivo Paulina Luisi, localizado em Montevideo, o que apresentava, ainda, uma barreira linguística, superada pela tradução do texto, do espanhol para o português. Como afirma Christine Janczur (2015, p. 84), “sempre que se faz uma tradução, difunde-se, de alguma maneira um conhecimento”.

A utilização de fontes primárias na educação científica apresenta uma série de potencialidades e desafios e tentarei enunciar alguns deles brevemente para, em seguida, descrever como a tradução foi feita.

Boss, Souza Filho e Caluzi (2011, p. 10-11) afirmam que, na leitura de fontes primárias por licenciandos em física, destacaram-se, na compreensão dos textos, “dificuldades relacionadas ao vocabulário desconhecido, ao estilo da escrita, à descrição dos aparatos e experimentos do texto”. Os autores apontam que algumas soluções para tais dificuldades são “o maior detalhamento do texto, a inserção de figuras, de explicação do vocabulário”.

Os mesmos autores, em outro artigo (BOSS; SOUZA FILHO; CALUZI, 2016, p. 3), indicam que um dos grandes obstáculos para aproximação do Ensino de Ciências com a História da Ciências é exatamente “a ausência de material histórico em português, de bom nível, que possa subsidiar as práticas metodológicas em sala de aula”. A tradução do artigo de Paulina Luisi visa suprir tal demanda, no tocante ao

tema da eugenia na América Latina, sobretudo no Uruguai. Entretanto, somente a tradução da fonte não resolve todos os problemas.

O próprio processo de tradução não é nada simples, pois há a necessidade de um conhecimento aprofundado do idioma original, bem como de “levar em conta o tratamento diacrônico, a reflexão sobre o contexto histórico e científico do período” (BATISTA; DRUMMOND; DE FREITAS, 2015, p. 668). Para que uma tradução de fonte primária seja considerada adequada para a utilização na educação científica, é indispensável sua adequação para professores e alunos, seja para o ensino superior, seja para o ensino médio.

Boss, Souza Filho e Caluza (2016, p. 6) indicam que essas traduções devem vir associadas a um material mais amplo, que inclua componentes como “comentários em forma de notas; figuras; sugestões de experimentos históricos com material de baixo custo; uma breve biografia do autor do texto traduzido; uma linha do tempo; e algumas informações introdutórias”. Seguindo tais recomendações, a tradução comentada do artigo de Luisi (NICOLADELI, 2022) apresenta tanto um texto introdutório quanto uma breve biografia.

Quanto às potencialidades, Boss, Souza Filho e Caluzi (2016, p. 4) defendem que o estudo das ciências através das fontes primárias na formação de professores pode “subsidiar, ainda, o trabalho em sala de aula sobre a Natureza da Ciência e seus diversos elementos”. Por outro lado, Batista e Drummond (2015, p. 667-668) assinalam que “a utilização de textos históricos em sala de aula permite problematizar visões inadequadas da ciência, como individualista e algorítmica, e, por outro lado, é significativa no tocante à percepção da ciência como produção humana”.

Outras potencialidades da utilização de fontes primárias na educação em ciências são (BATISTA; DRUMMOND; DE FREITAS, 2015, p. 668)

conectar conceitos a seres humanos, pesquisadores; aprender sobre o caminho frequentemente difícil da investigação científica; perceber diferentes metodologias científicas; notar que pesquisadores cometem erros e que esses não são derrotas, mas sim desafios; incentivar a imaginação e a curiosidade dos alunos

Todavia, o uso desses materiais em sala de aula deve ser feito com precaução e planejamento. Como deixam bem claro Batista e Drummond (2015, p. 669), o uso

de fontes como essas exige a orientação de um profissional da educação que entenda suficientemente o contexto histórico em análise. O estudo de fontes primárias em contexto escolar requer a leitura de fontes secundárias por parte dos professores para que se evite interpretações incorretas. “É necessário refletir sobre para quê e como utilizá-las” (BATISTA; DRUMMOND; DE FREITAS, 2015, p. 688).

Os estudos da tradução são uma vasta área de pesquisa (ZAVAGLIA; RENARD; JANCZUR, 2015) na qual, devido ao tempo do mestrado, não pude me aprofundar da maneira como gostaria. No entanto, a tradução foi feita e passarei a explicar sob que circunstâncias ela ocorreu. Primeiro, o artigo de Paulina Luisi foi transcrito para um documento *word*. Utilizei como base para a transcrição a digitalização da fonte original, enviada por e-mail pelo Arquivo Paulina Luisi. Algumas palavras foram marcadas para consultas posteriores, pois estavam rasuradas ou, devido aos efeitos do tempo, manchadas e amareladas. Em seguida, com auxílio do *Google Docs*, a tradução foi feita com duas guias abertas, uma do texto em processo de tradução e outra com o texto transcrito em espanhol. A escolha terminológica da tradução fundamentou-se tanto nas leituras que emergiram da revisão bibliográfica sobre Paulina Luisi, quanto nos textos que tive contato durante a disciplina História e Historiografia da Eugenia. O Google Tradutor foi utilizado com precaução, sobretudo para dirimir dúvidas e auxiliar com sugestões para melhores construções de frases. Depois de pronto, o texto traduzido passou por uma cuidadosa revisão feita por Letícia Vilen Amorim e também recebeu valiosas dicas e sugestões de tradução de Dennise Rodríguez. Por fim, durante o processo de submissão da tradução comentada para o periódico Revista Brasileira de História da Ciências (RHBC), o texto passou pela revisão técnica de Miriam Junghans, doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que, devido à sua experiência com traduções científicas, sugeriu algumas modificações e contribuiu para um resultado final mais robusto. O resultado da tradução comentada pode ser encontrado no Apêndice A.

A partir de agora retrato um panorama das discussões sobre a utilização da história e filosofia das ciências na educação científica. Em seguida, apresento os parâmetros teóricos e históricos a fim de discutir o tema eugenia e apresentar Paulina Luisi e seus textos.

2 ENSINO DE EUGENIA E EUGENIA NA HISTÓRIA

Neste capítulo evidenciarei o quadro teórico utilizado para a realização desta pesquisa, elucidando minha filiação teórica. O capítulo é dividido em duas seções, sendo a primeira sobre o campo da (1) História e Filosofia da Ciência na Educação Científica, seguida por considerações acerca do (2) Ensino de Eugenia à História e Historiografia da Eugenia.

2.1 HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

A defesa de que professores e alunos precisam saber de Ciência (sobre seus produtos) e, também, sobre a Ciência (sobre seus processos), é cada vez mais presente na educação científica (MOURA, 2014). Conhecer mais sobre a história e os processos de construção dos conhecimentos científicos pode contribuir para a formação de professores e cientistas com visões menos ingênuas sobre Ciência, e, por consequência, para o desenvolvimento de práticas científicas e de ensino mais conscientes e engajadas com questões políticas, sociais e econômicas que envolvam ciência e sociedade. Partindo dessa premissa, acredito que a formação de biólogos (sejam estes professores, pesquisadores ou técnicos) deve compreender discussões críticas sobre a Natureza da Ciência¹¹ (NdC) e, neste sentido, defendo a inserção da História e Filosofia da Ciência (HFC) nos currículos de cursos de Ciências Biológicas como estratégia educativa.

É necessário estudar sobre a ciência e pela ciência, ou seja, abordar aspectos metacientíficos, formativos e culturais. Em outras palavras, devemos, em vez de estudar somente os produtos científicos isolados de seus contextos de construção, abordar como a ciência se desenvolveu, seu contexto histórico, político e social, quais eram as práticas e as questões, como a comunidade científica era organizada e como a ciência era e é publicizada. Ademais, é necessário evidenciar a natureza humana

¹¹ “A natureza da Ciência é entendida como um conjunto de elementos que tratam da construção, estabelecimento e organização do conhecimento científico. Isto pode abranger desde questões internas, tais como método científico e relação entre experimento e teoria, até outras externas, como a influência de elementos sociais, culturais, religiosos e políticos na aceitação ou rejeição de ideias científicas” (MOURA, 2014, p. 32).

do empreendimento científico. Isso tudo, de forma geral, compõe os objetivos e necessidades de se incluir a HFC dentro da educação científica (FORATO; PIETROCOLA; MARTINS, 2011).

Nesse sentido, é necessário tomar alguns cuidados ao se trabalhar com narrativas históricas em sala de aula, cuidados que emergem da historiografia das ciências e que procuram evitar a construção e reprodução de pseudo-histórias da ciência. As distorções da história das ciências mais comuns são: anacronia, whiggismo, hagiografia e reconstrução linear da Ciência. Elas compõem várias explicações pseudo-históricas possíveis. Enquanto o anacronismo representa uma história que interpreta o passado com valores, ideias e crenças de outra época, o whiggismo diz respeito a uma história tendenciosa, que procura interpretar os fatos históricos a fim de enaltecer autoridades do passado. A hagiografia, por sua vez, refere-se a um tipo particular de whiggismo, que romantiza personagens da ciência e os apresenta como grandes heróis ou heroínas, mediante supervalorização de seus feitos e contribuições científicas. Por último, a reconstrução linear da ciência representa uma história que se constrói perfeitamente encadeada, com um fato histórico decorrendo necessariamente do anterior. Embora tal linearidade possa ser defendida por alguns autores como útil para ensinar conceitos, é incompatível com a nova historiografia das ciências, que busca evidenciar discontinuidades e inconstâncias (FORATO; PIETROCOLA; MARTINS, 2011).

Dessa forma, Lilian Al-chueyr Pereira Martins (2005) afirma que, para realizar um trabalho consistente dentro da História da Ciência, é necessário treinamento em uma variedade de conhecimentos, como em metodologia da História da Ciência, em epistemologia e em conceitos da ciência especificamente analisada, além de estudos sobre o período histórico no qual se coloca o foco do projeto (MARTINS, 2005).

Martins (2005) descreve grandes “vícios” da História das Ciências sobre os quais é necessário um maior cuidado: a História da Ciência puramente descritiva, a interpretação whig da História da Ciência, também chamada de whiggismo, a utilização ideológica da História da Ciência e o “apudismo”, vícios esses que entram em consonância com as distorções da história das ciências descritas por Forato, Pietrocola e Martins (2011).

O primeiro “vício”, o de fazer uma história da ciência puramente descritiva, diz respeito à construção de uma narrativa cheia de datas e informações irrelevantes ao real objetivo do trabalho. Para evitá-lo, é preciso construir uma narrativa concisa e sintética a respeito do tema estudo, incluindo elementos interpretativos (MARTINS, 2005).

O segundo vício, qual seja, a interpretação whig, refere-se a um tipo específico de narrativa histórica, que analisa o passado em termos do presente; que reconstrói o passado científico a partir do contexto da ciência contemporânea (HARRISON, 1987; MARTINS, 2005). Para evitar tal vício, é necessário analisar e compreender a história das ciências em seus contextos próprios de construção.

O terceiro vício, por sua vez, é a utilização ideológica da História da Ciência, tanto em suas formas nacionalistas quanto políticas. Por exemplo, uma História da Ciência ideológica nacionalista vai sobrevalorizar os cientistas nacionais e subvalorizar os estrangeiros (MARTINS, 2005).

Há também o chamado “apudismo”, termo usado para obras históricas cujos autores costumam usar o termo *apud* porque se baseiam apenas em informações de fontes secundárias, sem consultar as fontes primárias.

As questões relacionadas à história da ciência não se limitam a esses vícios, porém, os pontos destacados pela professora Lilian Martins são bons exemplos de algumas questões importantes e bastante comuns no ensino de ciências.

Por fim, é importante ter consciência de que existem diversos desafios e obstáculos para uma implementação adequada de narrativas históricas, visando discutir aspectos da Natureza da Ciências (NdC) em sala de aula (FORATO; PIETROCOLA; MARTINS, 2011).

Aqui destaco alguns dos desafios que entendo mais importantes: (1) a importância da seleção do episódio histórico, que deve estar em consonância com objetivos epistemológicos almejados; (2) a história da ciência deve emergir sempre em função de um objetivo de ensino-aprendizado, visto que narrativas históricas diferentes fazem emergir discussões diferentes sobre os aspectos da NdC; (3) o necessário estudo de várias narrativas históricas se fundamenta nos diversos aspectos para compreender a NdC, pois o estudo de apenas uma narrativa pode levar a compreensões enviesadas, ingênuas e distorcidas das ciências; e (4) o desafio de

enfrentar a difícil escolha de o que omitir e o que aprofundar. Portanto, a simplificação versus omissão é, na nossa compreensão, o desafio mais árduo a ser enfrentado (FORATO; PIETROCOLA; MARTINS; 2011). Como bem apontam Forato, Pietrocola e Martins (2011, p. 53):

Reconhecer a impossibilidade de se desvincular crenças e valores pessoais das concepções implícitas em qualquer narrativa histórica sobre as ciências, permite ao professor selecionar as versões históricas coerentes com os objetivos de sua prática pedagógica, ou discutir criticamente narrativas consideradas inadequadas.

Dessa forma, é fundamental que os professores procurem evidenciar suas próprias concepções histórico-epistemológicas, na medida em que estas se expressam tanto nas aulas quanto na forma de construir e/ou reproduzir narrativas históricas sobre as ciências.

A partir de agora discuto algumas produções científicas sobre a história e historiografia da eugenia, dando mais ênfase à América Latina e ao Uruguai.

2.2 ENSINO DE EUGENIA À HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EUGENIA

Esta seção tem como objetivo fazer um sobrevoo pela historiografia da eugenia¹², que tem passado por mudanças desde a década de 1990, buscando fundamentar as análises sobre a autora Paulina Luisi, bem como ajudar outros interessados no tema que porventura queiram se aprofundar no assunto ou construir atividades didáticas sobre o movimento eugênico na América Latina e no mundo.

De Mark Adams (1990), Nancy Stepan (1991, 2005) e Vanderlei de Souza (2019), apropriamo-nos da nova historiografia da Eugenia, segundo a qual o movimento eugenista foi bastante amplo e diverso, um movimento científico e social que procurou responder às perguntas específicas das elites científicas e políticas de cada um dos mais de 30 países em que se desenvolveu.

¹² Essa seção foi construída com base nas leituras e discussões da disciplina “História e Historiografia da Eugenia” ofertada pelos professores Robert Wegner e Vanderlei Sebastião de Souza no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), que ocorreu no segundo semestre do ano de 2020 de maneira remota.

A eugenia foi, originalmente, um movimento científico e social (STEPAN, 2005) que se baseava em uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana e que propunha o aprimoramento constante da composição hereditária das raças nacionais, seja incentivando os indivíduos “aptos” a se reproduzirem, seja impedindo os “inaptos” (STEPAN, 1991).

Adams (1990), ao investigar os movimentos eugênicos pelo mundo, estabeleceu quatro grandes mitos sobre a compreensão da eugenia: (1) o primeiro, de que a eugenia foi um movimento único, coerente e principalmente anglo-estadunidense, com um conjunto específico de objetivos e crenças comuns; (2) o segundo mito é que a eugenia estava intrinsecamente ligada à genética mendeliana, algo que também se caracteriza como falso, uma vez que na tradição latina o movimento eugênico teve uma forte influência do neolamarckismo; (3) o terceiro mito, por sua vez, é acreditar que a eugenia era uma pseudociência, o que não guarda relação com a realidade, já que grande parte dos eugenistas eram reconhecidos cientistas em suas áreas de atuação e, assim, o movimento eugênico também se reproduzia por meio de práticas científicas como a publicação em periódicos, organização de eventos e sociedades científicas; (4) já o quarto e último mito se refere ao aspecto político do movimento, pois frequentemente a eugenia é vista como essencialmente "reacionária". A eugenia se aliou tanto a projetos reacionários e conservadores, quanto a projetos comunistas, anarquistas e liberais, além de movimentos feministas. Acreditamos que os quatro mitos sobre eugenia (ADAMS, 1990), em certa medida, materializam-se no campo de estudos em educação científica, assim como apontado por Teixeira e Silva (2017a), que mostram que a educação científica ainda compreende a eugenia como um fenômeno pseudocientífico posto em prática quase que exclusivamente pela Alemanha nazista ou pelos Estados Unidos.

Além de fazer um sobrevoo pela historiografia da eugenia, buscando fundamentar as análises sobre a autora Paulina Luisi, esta seção busca localizar a autora em relação à eugenia como movimento sócio científico amplo, motivo pelo qual trataremos dos seguintes temas: 1) Eugenia e Educação em Ciências; 2) Francis Galton e os primeiros passos de uma ciência; 3) Eugenia na Europa e EUA; 4) Eugenia

no Brasil, Argentina e Uruguai; 5) Eugenia e o quadrante político; e 6) Eugenia e a Participação Feminina.

2.2.1 Eugenia e Educação em Ciências

O Movimento Eugênico, tomado como um campo de estudos, oferece aos historiadores da ciência e aos educadores em ciência uma oportunidade de evidenciar as relações entre ciência e sociedade, como estruturas sociais que influenciam o desenvolvimento da produção científica e, por conseguinte, como os usos da ciência acabam por construir e reproduzir estruturas sociais.

Esse movimento é, ao mesmo tempo, contemporâneo e histórico (STEPAN, 2005). Contemporâneo porque inclui a discussão de questões sobre genética humana e as novas tecnologias reprodutivas (VILLELA CORTÉS, 2017). Histórico porque remete à história anterior à Segunda Guerra Mundial: do holocausto nazista às esterilizações em tantos outros países, às políticas restritivas de imigração na América Latina, ao controle da natalidade e dos casamentos e à defesa de uma educação higiênica e sexual eugênica, entre outros fenômenos que representam a complexidade e multiplicidade de formas que o Movimento Eugênico fez emergir em diferentes contextos histórico-culturais (STEPAN, 1991).

Apesar disso, Teixeira e Silva (2017a) realizaram uma revisão bibliográfica sobre eugenia e educação e encontraram pouca representatividade do tema na área de educação e ensino da CAPES. Apenas 20 artigos foram recuperados em 50 anos de recorte histórico (1963-2014), tanto em revistas nacionais quanto em estrangeiras. Na maior parte desses artigos, a eugenia não é o tema central, sendo citada apenas brevemente. E quando citada, na maior parte dos textos, eram discutidos exemplos da eugenia nazista e estadunidense. Como fica nítido com os resultados de Teixeira e Silva (2017a), há uma necessidade de ampliar os estudos do Movimento Eugênico quando temos o objetivo de mobilizá-lo dentro da educação científica, com discussões sobre a eugenia brasileira e a eugenia latino-americana. Nesse sentido, a mobilização do Movimento Eugênico dentro da educação científica pode promover reflexões sobre as relações étnico-raciais e para a formação da cidadania (VERRANGIA; SILVA,

2010), pois promovem o estudo de como as ciências da natureza e o racismo se alimentaram entre si.

Bizzo (1995) já apontava a necessidade de discutir o Brasil e a América Latina quando falamos em Movimento Eugênico. O autor evidencia que tanto o antissemitismo quanto a eugenia não tiveram início com Hitler e, portanto, há um erro em associar necessariamente a eugenia ao nazismo. Outro ponto que Nélio Bizzo chama atenção é que a eugenia se relaciona tanto com a esquerda quanto com a direita política, o que nos remete ao quarto mito de Mark Adams (ADAMS, 1990) sobre a eugenia.

Por outro lado, há um potencial didático e pedagógico de alto grau nas fontes utilizadas pelos historiadores para construir a história da eugenia no Brasil e na América Latina, como, por exemplo, o Boletim de Eugenia¹³, fonte primária importante para a historiografia da eugenia no Brasil, que pode se transformar facilmente em proposta didática em sala de aula (NICOLADELI; RAMOS, 2021) para discutir temas da História e Filosofia da Ciência (HFC). Nesse sentido, Eduarda Schneider e Fernanda Meghioratti (2015, p. 5) utilizaram o Boletim de Eugenia como recurso didático em um curso de formação continuada para professores e apontaram que quando eles eram perguntados sobre a Eugenia “a grande maioria não tinha conhecimento dessa temática”.

Eduarda Schneider, Graça Carvalho e Maria Corazza (2017, p. 10), por meio de uma pesquisa que buscava compreender as concepções sobre eugenia de estudantes do ensino superior, concluíram que “apesar de demonstrarem em suas respostas que grande parte dos acadêmicos desconhece o significado do termo eugenia a maioria apresentou valores e práticas anti-eugênicas”.

Desde a revisão de Teixeira e Silva (2017), o cenário da eugenia dentro da educação em ciências vem sendo arejado por novos estudos que se propõem a ir além dos velhos mitos sobre o movimento eugênico. Nivaldo Neto (2021), por exemplo, recentemente fez uma análise do Boletim de Eugenia e também apontou sua potencialidade para a educação científica, principalmente em relação a temas que

¹³ O Boletim de Eugenia foi a principal revista de divulgação do pensamento eugênico no Brasil. Publicada entre os anos de 1929 e 1933, sob direção do médico Renato Kehl, tinha como objetivo “auxiliar a campanha em prol da Eugenia” (Kehl, 1929, p. 1).

estejam relacionados com o racismo científico, eugenia, teorias raciais e teoria do branqueamento. Em consonância com uma educação antirracista, que pretende problematizar tanto a história do Brasil quanto a ciência racista, muitos dos textos do Boletim de Eugenia podem ser lançados como fonte para didatização do tema.

Nesse mesmo sentido, Carlos e Dietrich (2018) argumentam que estudar a história da eugenia pode beneficiar a educação científica de, pelo menos, duas formas: de um lado, oferece um rico subsídio para discutir Direitos Humanos, de outro, é facilmente mobilizado para discutir a própria natureza da ciência (NdC), deixando nítidos os vieses de raça, gênero e classe imersos no discurso científico.

Os pesquisadores Leonardo Turazzi Tramontina e Fernanda Aparecida Meglhioratti (2020), por meio de uma análise da obra de ficção ‘O Presidente Negro’ de Monteiro Lobato, com viés sabidamente eugenista e aproximações e distanciamentos com o pensamento do médico eugenista brasileiro Renato Kehl, demonstram a potencialidade desses eugenistas serem mobilizados dentro do ensino de biologia. Segundo os pesquisadores (TRAMONTINA; MEGLHIORATTI, 2020, p. 216):

a apresentação desse episódio histórico relativo ao movimento eugênico, amparado em ideias biológicas da época, e sua articulação com a literatura, podem contribuir para o Ensino de Biologia, oferecendo uma visão humanizada da ciência, compreendendo-a como procedimento social, histórico, articulado com visões de mundo – o que nem sempre leva a benefícios para todos.

Dessa forma, é possível afirmar que é necessário ampliar as referências ao falar e ensinar sobre o movimento eugênico, de forma a evitar velhos mitos sobre o assunto. Nesse sentido, existem propostas e práticas pedagógicas já publicadas que tentamos sumarizar aqui.

2.2.2 Francis Galton e os primeiros passos de uma ciência

Muitas pessoas têm apenas uma vaga noção do que significa a palavra “eugenia”, uma corrente científica e um movimento social que já teve grande ressonância no mundo e depois quase desapareceu do imaginário público. Existem algumas boas razões históricas e morais para isso, principalmente devido à ligação

direta entre eugenia e os terríveis atos do nazismo. A Alemanha nazista esterilizou forçadamente cerca de 1% da população alemã e ceifou a vida de tantas outras pessoas nos campos de concentração em “nome da eugenia” (STEPAN, 1991, p. 4).

Principalmente por esses motivos mencionados, docentes de ciências e biologia têm uma forte tendência de rejeitar ideias que, mais tarde, mostraram-se evidentemente tendenciosas ou profundamente desatualizadas, denominando-as como pseudocientíficas. Entretanto, categorizar o movimento eugênico como uma pseudociência é uma forma bastante cômoda de minimizar o envolvimento de importantes cientistas em sua elaboração, ao mesmo tempo em que desconsidera as relações entre ciência, tecnologia e sociedade (STEPAN, 1991, p. 5).

É dessa forma que neste trabalho de pesquisa compreendemos o movimento eugênico, filiando-nos teoricamente a Nancy Stepan (1991), importante historiadora estadunidense que mudou a forma como passamos a compreender a eugenia na América Latina. Primeiro, consideramos a eugenia como uma **ciência** da hereditariedade que foi moldada por fatores políticos, institucionais e culturais particulares do momento histórico onde emergiu e circulou. Segundo, como um **movimento social** com um conjunto explícito de propostas políticas derivado dessa ciência (STEPAN, 1991, p. 10-11). A eugenia, na primeira metade do século XX, era percebida como uma ciência por seus praticantes e, dessa forma, forjou percepções e técnicas que delinearão interpretações culturais e levaram ao desenvolvimento de estratégias sociais.

Mas o que foi a eugenia, afinal? Onde podemos encontrar suas origens? Podemos localizar suas raízes no nome de alguém ou de algum país?

É comum vermos a associação entre Francis Galton¹⁴ e a eugenia. Ele foi um antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês que, no final do século XIX, na Inglaterra Vitoriana, criou o termo eugenia e se voltou intensamente a divulgar e fazer circular mundialmente a ciência que, em sua visão, buscava acelerar o processo da seleção natural. Sua lógica era a seguinte: se já há tempo aplicamos a seleção artificial para melhorar culturas de plantas e animais, por que não aplicar a mesma lógica na sociedade humana? Por que não selecionarmos apenas aquelas

¹⁴ Francis Galton nasceu em 1822 em Birmingham e morreu em 1911 (KEVLES, 2004, p. 5).

peessoas com a melhor constituição biológica e mental, fazendo-as procriar mais intensamente? Assim, utiliza-se a lógica inversa para os “degenerados” ou menos “aptos” - ou seja, impedindo que continuem a gerar filhos e que contribuam com a descendência das próximas gerações (GALTON, 1904).

Essa eugenia que conhecemos pertence ao fim do século XIX. O novo evolucionismo que emergiu a partir da publicação de ‘A Origem das Espécies’, por Charles Darwin em 1859, foi essencial para a eugenia, pois sedimentou sua racionalidade científica e desenvolveu sua terminologia. Segundo Nancy Stepan (1991, p. 22), foi em 1865 que Francis Galton leu o livro de Darwin e agrupou as ideias da evolução para criar o núcleo duro do pensamento eugênico: o significado da variação hereditária em criações domésticas, a sobrevivência do mais apto no esforço pela vida e a analogia entre a seleção artificial e a seleção natural.

Francis Galton publicou, no ano de 1869, o livro ‘*Hereditary Genius*’, no qual defende a tese, já conhecida na época, de que a hereditariedade governaria não apenas características físicas, mas também o talento e o caráter das pessoas. De acordo com o historiador da ciência Daniel Kevles, Galton era partidário da ideia de que “o que a natureza faz cegamente, lentamente e impiedosamente, o homem pode fazer com providência, rapidez e bondade”¹⁵ (KEVLES, 2004, p. 4, tradução nossa). Galton, segundo Kevles, encontrou na eugenia um substituto científico para as ortodoxias da igreja, uma fé secular, uma obrigação religiosa defensável. Apesar de geralmente ser mencionado quando se fala em eugenia, Galton não pensava tanto na eliminação/esterilização dos inaptos (eugenia negativa), mas na procriação dos considerados mais aptos (eugenia positiva).

Entretanto, é preciso fazer uma ressalva: em grande parte dos textos sobre eugenia, Galton é apresentado como o “pai da eugenia”, nomeação que cria uma falsa impressão de que o movimento eugênico foi unificado e coerente, todo eles baseados em princípios galtoanianos, o que não é verdade.

Nem todos os mais de trinta países que tiveram movimentos eugênicos organizados tiveram sua base em Galton (ADAMS, 1990, p. 5). Charles Davenport, um dos fundadores do movimento eugênico nos Estados Unidos, mesmo que tivesse

¹⁵ “What nature does blindly, slowly, and ruthlessly, man may do providently, quickly and kindly” (KEVLES, 2004, p. 12)

uma boa relação com Galton e seus pupilos, tinha sua base científica pautada na genética mendeliana. Outro exemplo é o caso da Rússia, onde o movimento eugênico teve suas origens com o médico Vasilli Florinski (1834-1899). Após a Revolução Russa, Galton era entendido como criador de uma ciência burguesa (KREMENTSOV, 2018). Por último, vale mencionar que o termo eugenia nunca se consolidou na Alemanha, que sempre se utilizou do termo “higiene racial”.

No final do século XIX, o clima social começou a mudar na Inglaterra Vitoriana e na Europa como um todo, por razões tanto sociais quanto científicas. Nancy Stepan explica bem a mudança de mentalidade da época:

As últimas três décadas do século XIX testemunharam uma competição econômica crescente entre as nações e o surgimento de novas demandas de grupos anteriormente marginalizados. A política da classe trabalhadora e feminista desafiou o status quo. Socialmente, o otimismo da metade do período vitoriano começou a dar lugar a um pessimismo generalizado sobre a vida moderna e seus males. A ansiedade quanto ao progresso futuro da sociedade foi reforçada pelo desconforto com a própria modernidade. Essa ansiedade forneceu o contexto no qual um movimento científico de reforma poderia se desenvolver. **"Degeneração"** substituiu a evolução como a principal metáfora da época, com o vício, o crime, a imigração, o trabalho das mulheres e o ambiente urbano acusados de várias formas como sua causa. **A crença de que muitas das doenças predominantes entre os pobres - tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais - eram hereditárias apenas alimentou o medo da decadência social** (STEPAN, 1991, p. 23-24, tradução e grifos nossos).

Um medo sobre o futuro da espécie humana começava a tomar conta da sociedade: o medo da degeneração. Ora, se a espécie humana poderia evoluir e mudar ao longo do tempo com a ação da seleção natural de acordo com as mudanças ambientais, ela poderia também se degenerar, ou seja, tornar-se pior, mais fraca, inferior em qualidade comparada a um tipo superior. Em uma época na qual a genética ainda não estava sedimentada, a noção de que caracteres adquiridos poderiam ser transmitidos para as próximas gerações era tão comum que alimentava um pessimismo profundo sobre o futuro¹⁶.

¹⁶ A sífilis infantil era geralmente atribuída à herança dos caracteres adquiridos, assim como a fadiga, e os “venenos raciais”, como nicotina e álcool, poderiam afetar a qualidade dos materiais germinativos (óvulos e espermatozoides), pondo em risco as futuras gerações (STEPAN, 2005, p. 83-86).

Na década de 1890, o biólogo alemão August Weismann postulou a teoria da 'continuidade do plasma germinativo', que argumentava a existência de uma importante diferença entre as células somáticas¹⁷ (somoplasma) e as células germinativas¹⁸ (germoplasma). Essa distinção de dois grupos celulares acarretava, na visão de Weismann, na necessária rejeição da herança dos caracteres adquiridos, já que somente as células germinativas (germoplasma) contribuem para as próximas gerações e o que adquirimos ao longo de nossas vidas só pode afetar nossas células somáticas (somoplasma), impedindo que características adquiridas possam ser hereditárias (STEPAN, 1991, p. 24-25). Como uma teoria da herança, a herança de caracteres adquiridos há muito era um lugar-comum na biologia, era a explicação padrão de como a hereditariedade funcionava.

Depois de alguns anos da publicação dos trabalhos de Weismann, houve a recirculação/redescoberta dos trabalhos de Gregor Mendel, em 1900. As leis mendelianas da segregação independente e da recombinação de características hereditárias foi somada à teoria da continuidade do plasma germinativo, culminando na nova ciência da genética. Rapidamente a genética se desenvolveu, deixando o caminho aberto para a teoria cromossômica, a ideia de gene e o uso da estatística aliada aos estudos biométricos, como ficaram bem conhecidos ao longo do século XX (STEPAN, 1991, p. 26).

2.2.3 Eugenia na Europa e Estados Unidos

É importante notar que as consequências sociais da teoria de Weismann não estavam imediatamente óbvias, sendo possíveis distintas interpretações, tanto otimistas quanto pessimistas, tanto radicais quanto conservadoras. Se a teoria da continuidade do plasma germinativo fosse correta e as características adquiridas ao longo da vida não fossem herdadas, educação e qualidade de vida melhorada não acarretariam de forma alguma em melhoria genética para as próximas gerações. Cada geração teria que começar, necessariamente, do zero. Por outro lado, como chama atenção Nancy Stepan (1991, p. 27), essa conclusão poderia ser compreendida de,

¹⁷ Todas as células do corpo humano, com exceção dos gametas (Óvulos e espermatozoides).

¹⁸ Células gaméticas.

pelo menos, duas formas: ou boas qualidades genéticas podem ser encontradas em todos os seres humanos, incluindo os que compõem as classes baixas; ou apenas aqueles no topo da pirâmide social são os mais bem dotados geneticamente.

Nos Estados Unidos e em boa parte da Europa, o medo da degeneração social provocado pela profunda urbanização, industrialização, migração, imigração e o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, levaram a uma interpretação pessimista da teoria de Weismann (STEPAN, 1991). Em seguida, com a redescoberta em 1900 dos textos de Mendel, suas ideias foram facilmente incluídas no movimento eugenista desses países. “A ancestralidade, ao invés da vida social, determinava o caráter; a hereditariedade era tudo agora” (STEPAN, 1991, p. 28, tradução nossa).

Na virada do século XIX para o XX, começaram a surgir as primeiras sociedades eugênicas. A primeira foi a Sociedade Alemã de Higiene Racial (*German Society for Race Hygiene*), em 1905, seguida pela Sociedade de Educação Eugênica (*Eugenics Education Society*), sociedade inglesa fundada em 1907/8; o Cartório de Registros Eugênicos (*Eugenics Record Office*) estadunidense fundado em 1910 e a Sociedade Francesa de Eugenia (*French Eugenics Society*), sociedade francesa de 1912 (STEPAN, 1991, p. 28). Nessa época, a eugenia ainda compunha uma defesa bastante minoritária dentro da comunidade científica, um ponto de vista bastante especializado.

Por volta da década de 1920, segundo Nancy Stepan (1991, p. 30), muitos eugenistas passaram a dar menos atenção à eugenia “positiva” preconizada por Galton, que buscava favorecer e incentivar a reprodução dos considerados mais aptos, dando mais enfoque a uma visão “negativa” da eugenia, que tinha como principal objetivo impedir a reprodução daqueles considerados menos aptos ou degenerados. A reprodução dos “degenerados” poderia ser impedida de inúmeras formas, tais como esterilização, segregação, aborto eugênico, assassinato por câmara de gás e necessidade de teste pré-nupcial para se casar. Essa última foi uma prática comum nos países latinos onde a eugenia se desenvolveu, que serão tratados em outra seção desta dissertação.

A população pobre, os desempregados permanentes, os alcoólatras, os doentes mentais, os residentes de asilos e os considerados loucos (e suas presumidas condições hereditárias), eram todos alvos dos eugenistas (STEPAN, 1991, p. 30). A

esterilização dos degenerados foi tomada como uma conclusão lógica, derivada da genética mendeliana muito antes de os nazistas chegarem ao poder na Alemanha. Os dois primeiros países europeus a aprovarem lei de esterilização foram a Suíça, em 1928, e a Dinamarca, em 1929. Do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, no final da década de 1920 cerca de 24 estados já tinham aprovado leis de esterilização. De acordo com Nancy Stepan (1991, p. 31), de 1907 até o fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de setenta mil pessoas foram esterilizadas nos EUA, principalmente mulheres pobres, sobretudo negras. A lei de esterilização mais abrangente foi a que a Alemanha aprovou no dia 14 de julho de 1933, que até o fim da guerra afetou cerca de 1% de sua população.

Daniel Kevles, historiador da ciência que estudou a eugenia estadunidense, aponta que Charles Davenport¹⁹, um dos principais eugenistas daquele país, defendia que elementos mendelianos únicos determinariam anormalidades e o que eles entendiam como “*feeble-mindedness*”. Em uma escala de deficiência mental, partindo de ‘idiotia’ e passando por ‘imbecíl’, ‘*feeble-mindedness*’ estaria no extremo oposto, representando o máximo da deficiência mental. Assim como Galton, Davenport identificava que o melhor da constituição genética humana só poderia ser encontrado em elementos da classe média/alta, sobretudo nos intelectuais, artistas, músicos e cientistas (KEVLES, 2004, p. 47).

Em 1911, Charles Davenport publicou o livro chamado ‘*Heredity in Relation to Eugenics*’, no qual o autor mescla a eugenia com os desenvolvimentos da genética mendeliana. Para o autor, eugenia é “a ciência do aprimoramento da raça humana por meio de uma melhor criação ou, como o falecido Sir Francis Galton expressou: ‘A ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça’” (DAVENPORT, 1911, p. 1, tradução nossa).

De acordo com Davenport, o ser humano, sendo um animal, deveria ser melhorado pelas mesmas leis utilizadas para as raças de cavalo (DAVENPORT, 1911, p. 1). Não era compreensível para o autor que, em suas palavras, um povo tão

¹⁹ “Davenport foi um dos mais ativos e proeminentes da nova geração de biólogos norte-americanos formada na passagem do século XIX para o XX. Como professor de zoologia da Universidade de Harvard por quase dez anos, adquiriu interesse e prestígio por seus estudos em biometria e genética animal, sendo um dos primeiros a abraçar as teorias mendelianas. Em 1904, fora nomeado pela Carnegie Institution of Washington para dirigir a recém-criada Station for Experimental Evolution, em Cold Spring Harbor, Nova York” (SOUZA, 2016, p. 600).

inteligente e orgulhoso como o estadunidense, com um controle tão grande sobre a natureza, mantivesse cerca de meio milhão de 'insanos', '*feebleminded*', epiléticos, cegos e surdos, 80 mil prisioneiros e 100 mil pobres a um custo de 100 milhões de dólares por ano ao Estado (DAVENPORT, 1911, p. 4). O programa eugênico era nítido nesse sentido, o Estado deveria impedir a propagação dos 'mentalmente incompetentes'.

Ao longo dos anos, o discurso eugênico, que era minoritário, passou a ser popular. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a demanda por palestras que tratassem de eugenia começou a aumentar. A procura vinha tanto das sociedades de ética, de debates, de saúde e filosóficas, quanto de campus escolares e universitários, clubes de mulheres e associações de enfermagem e médicas. Temas eugênicos se difundiram em grupos dedicados à educação sexual e higiene sexual, bem como nas competições de saúde infantil que ficaram mais famosas nos anos antes Segunda Guerra Mundial (KEVLES, 2004). Segundo Daniel Kevles (2004, p. 66, tradução nossa),

muitos eugenistas consideraram essencial instruir os adolescentes sobre a fisiologia do sexo, mesmo que apenas para prevenir doenças venéreas, e em parte por meio da ajuda de grupos de eugenia, clube de pais e professores disponibilizado para crianças em idade escolar palestras sobre 'higiene social' sobre sexo, hereditariedade, e casamento.

No começo do século XX, os esforços eugênicos já tinham se desenvolvido também na Suécia, Noruega, Rússia, Suíça, Alemanha, Polônia, França e Itália. Além disso, na década de 1920, o movimento se espalhou para o Japão e a América Latina (KEVLES, 2004). Em alguns lugares, a eugenia foi dominada por biólogos experimentais, em outros, por criadores de animais, médicos, pediatras, antropólogos, demógrafos e funcionários da saúde pública. A eugenia foi predominantemente defendida por neolamarckistas em alguns lugares e, em outros, por mendelianos (ADAMS, 1990).

No ano de 1912 ocorreu o 1º Congresso Internacional de Eugenia, que reuniu 750 pessoas em Londres. O evento foi presidido por Leonard Darwin, filho de Charles Darwin, e contou com eugenistas de diferentes países e perspectivas teóricas. O 2º e o 3º Congresso Internacional de Eugenia, ocorreram, respectivamente, nos anos de

1921 e 1932, ambos na cidade de Nova Iorque. Nesse período, grande parte das universidades estadunidenses já ofereciam cursos sobre eugenia e genética, que incorporavam conhecimentos eugênicos. Harvard, Columbia, Cornell, Brown, Wisconsin, Northwestern e Berkeley eram algumas dessas universidades (KEVLES, 2004).

Mas quem eram os eugenistas? A quem essas pessoas estavam representando? Nos Estados Unidos e na Inglaterra, entusiastas da eugenia eram, em sua maioria, de classe média e alta, brancos, anglo-saxões e predominantemente protestantes e com formação acadêmica. Dos membros da eugenia britânica, metade eram mulheres, sendo que nos Estados Unidos as mulheres desempenhavam um papel menor, mais proeminentes em grupos locais. Nos dois países as mulheres representavam uma parte do público-alvo da eugenia, já que eram elas quem dariam à luz as próximas gerações (KEVLES, 2004).

As mulheres conseguiram uma proeminência no debate público por meio da eugenia do qual, de outra forma, estavam praticamente barradas. As mulheres eram bastante presentes em campanhas contra alcoolismo, prostituição e pornografia e, por meio delas, conseguiram um respeitável reconhecimento social (KEVLES, 2004).

Por último, vale salientar alguns aspectos do movimento eugênico na Escandinávia, região europeia composta pela Dinamarca, Noruega e Suécia, conhecida por ter desenvolvido estados de bem-estar social. Segundo Mattias Tydén (2010), a revelação em 1997 de que houve uma generalizada esterilização eugênica na Suécia e em seus países vizinhos entre os anos de 1935 e 1975, capturou a atenção mundial. De acordo com a narrativa vigente, Dinamarca, Noruega e Suécia constituíram democracias pacíficas e igualitárias. Nesses três países, partidos social-democratas chegaram ao poder no período entre guerras e estabeleceram estados de bem-estar social, o que seria, em teoria, incompatível com as políticas eugênicas (TYDÉN, 2010).

Nas décadas de 1910 e 1920, tanto liberais e social-democratas quanto feministas passaram a perceber a eugenia como um dos caminhos para a mudança e reforma social nos países escandinavos. Reformadores sexuais começaram a apoiar leis de esterilização sob argumento de que faziam parte dos objetivos eugênicos e, ainda, de que se tratavam de ferramentas para permitir às mulheres o direito de

controlar sua própria reprodução (TYDÉN, 2010). Além disso, diferentemente de países católicos, nos quais havia uma grande oposição ao controle reprodutivo, nos países escandinavos tais medidas não encontraram oposição da igreja luterana, que aceitava o controle reprodutivo na medida em que o propósito fosse o bem comum (TYDÉN, 2010).

Entre as décadas de 1930 e 1950, cerca de 35 mil pessoas foram esterilizadas na Escandinávia por motivos eugênicos de reforma social, a maioria mulheres (TYDÉN, 2010). De acordo com Tydén (2010, p. 8), em retrospectiva, a maioria das implementações da lei escandinava, até a década de 1950, poderia ser rotulada como esterilização forçada²⁰, com base nos valores atuais. Essas leis de esterilização foram substituídas por outras que se baseavam no consentimento voluntário, sendo que na Dinamarca tal substituição ocorreu somente em 1967, na Suécia em 1975 e na Noruega em 1977 (TYDÉN, 2010).

2.2.4 Eugenia no Brasil, Argentina e Uruguai

O Movimento Eugênico nos países latinos tomou rumos particulares. Podemos falar em um estilo eugenista de característica latina²¹, influenciada pelas prescrições morais da igreja católica, que impedia ações que tivessem como objetivo controlar diretamente a reprodução, e pela concepção de desenvolvimento humano

²⁰ “No papel, porém, as leis se baseavam na voluntariedade, e dizia-se que o livre arbítrio era respeitado, uma vez que as operações “sem consentimento” (ainda não obrigatórias), na sequência de pedidos de terceiros, só eram possíveis em casos de “deficiência mental grave” ou “incompetência jurídica”. Na Suécia, a grande maioria da esterilização foi formalmente voluntária e decorreu de um pedido pessoal do paciente. No entanto, as esterilizações ainda podem ser realizadas sob pressão, por exemplo, como pré-condição para alta de uma instituição mental, de um asilo para “débeis mentais” ou para permissão para fazer um aborto “eugênico”. Na prática, desenvolveu-se um sistema de engano, sancionado pelo Conselho Nacional de Saúde da Suécia. Em instruções publicadas em 1947, a Câmara aconselhou os médicos e demais profissionais envolvidos a ignorar, na medida do possível, quaisquer recusas ou protestos de pessoas consideradas “incompetentes legalmente” (TYDÉN, 2010, p. 8, tradução nossa).

²¹ “No mundo latino, principalmente na Itália, Espanha e França, e na rede eugênica que esses países europeus formaram com outros do continente americano, como Argentina, Brasil, Bolívia, Peru e Uruguai, houve uma manifesta rejeição de intervenções diretas sobre vida ou reprodução. Isso se deveu à presença influente da Igreja Católica e sua pregação sobre a indisponibilidade do corpo pelos fiéis: se Deus concede e tira a matéria e o espírito, a reprodução humana só é guiada pelos desígnios do Criador e fora do alcance de mortais” (VALLEJO e MIRANDA, 2011, 58, tradução nossa).

neolamarckista, que levava em conta as influências ambientais e aceitava a herança dos caracteres adquiridos (STEPAN, 1991).

Nancy Stepan (1990, p. 119) relata que, em 1931, um eugenista britânico chamado K. E. Trounson escreveu um texto no periódico *Eugenics Review*²² chamando atenção para o fato de que os brasileiros, aparentemente, interpretavam a palavra ‘eugenia’ de uma maneira diferente dos britânicos.

Aparentemente, os brasileiros interpretam a palavra [eugenia] com menos rigor do que nós, e a fazem abranger muito do que deveríamos chamar de higiene e sexologia elementar; e nenhuma distinção muito clara é feita entre doenças congênitas devido a lesões pré-natais e doenças que são estritamente genéticas. **Atritios na família, educação sexual e exames e certificados pré-matrimoniais** parecem ser os assuntos de maior interesse para os eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a perspectiva é mais sociológica do que biológica (TROUNSON, 1931, p. 236, tradução e grifos nossos).

Trounson afirmou isso ao analisar um material enviado por Renato Kehl²³, um dos eugenistas brasileiros mais conhecidos (SOUZA, 2019). Sob os olhos desse eugenista britânico, a eugenia brasileira parecia mal interpretada. Contudo, ele falhou em compreender que a eugenia brasileira funcionava em diferentes bases teóricas. “Sanear é eugenizar” era um dos lemas dos eugenistas brasileiros, argumentando que melhorar a qualidade de vida das pessoas, bem como prevenir contágios venéreos e educar sexualmente contribuiriam também para as melhorias biológicas das próximas gerações (STEPAN, 1990, p. 119). Segundo Nancy Stepan, o que Trounson falhou em interpretar foi que os brasileiros não trabalhavam na chave mendeliana, mas sim dentro de uma perspectiva neolamarckista, maneira essa de interpretar a eugenia mais comum na França e nos países latino-americanos.

Como bem aponta o historiador Vanderlei de Souza dialogando com Nancy Stepan, enquanto os britânicos preferiam modelos deterministas e reformas biológicas com teor mais seletivo e segregacionista via genética mendeliana, os eugenistas brasileiros optaram por um estilo mais ‘preventivo’, que ia ao encontro de propostas

²² Todos os volumes publicado do *Eugenics Review* podem ser encontrados nesse site: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/journals/1186/>.

²³ “Entre as décadas de 1910 a 1940, este personagem assumiu a propaganda eugênica como uma missão política e intelectual, o que lhe rendeu o título de ‘pai da eugenia no Brasil’, conforme se referia o escritor Monteiro Lobato” (SOUZA, 2006, p. 29).

ambientalistas que viabilizavam reformar social e moralmente a sociedade (SOUZA, 2019, p. 83).

Nancy Stepan (1991), em seu livro *“The Hour of Eugenics”: Race, Gender, and Nation in Latin America*, abriu caminho para um novo programa de pesquisa na América Latina, que buscou evidenciar suas particularidades e especificidades. A autora argumenta que a negligência histórica da eugenia na América Latina é parte de uma negligência maior da história intelectual e cultural dos países latinos. A América Latina, longe de ser somente uma consumidora passiva de ideias, foi uma ativa produtora delas (STEPAN 1991, p. 3).

De acordo com Stepan (1991, p. 8), a eugenia na América Latina, principalmente no Brasil, é de maior interesse comparativo, porque os latino-americanos eram, para a maioria dos eugenistas estadunidenses e europeus, compreendidos como tropicais, atrasados e racialmente degenerados – em outras palavras, não eugênicos. Dentro desse contexto, Arthur de Gobineau, um dos mais importantes teóricos do racismo do século XIX, já havia predito que dentro de dois séculos a raça negra teria desaparecido completamente, ao passo que em 1911, João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano ao Primeiro Congresso Universal de Raça em Londres, tinha afirmado que no ano de 2012 não existiriam mais negros no Brasil (NASCIMENTO, 1978, p. 71-72). Como bem aponta Abdias do Nascimento (1978), o branqueamento da raça estava em pauta como estratégia de genocídio racial e cultural, como uma forma de ‘modernizar’ o Brasil aos moldes europeus. Muitos eugenistas brasileiros trabalhavam nessa chave da teoria do branqueamento.

A palavra ‘eugenia’ começou a circular no Brasil nos primeiros anos da década de 1910 (SOUZA, 2019). Em 1918 surge a Sociedade Eugênica de São Paulo e, um mês depois, seria criada uma sociedade similar na Argentina. Tanto no Brasil quanto na Argentina, as sociedades eugênicas foram criadas apenas seis anos depois de uma sociedade similar na França e há dez anos da britânica, o que demonstra como os latino-americanos estavam atualizados cientificamente (STEPAN, 1991, p. 35).

O Brasil vinha passando por grandes mudanças na passagem do século XIX para o século XX. Politicamente, esse período viu a abolição da escravidão em 1888 e a criação da República em 1889. Economicamente, o Brasil passou a se envolver cada vez mais no sistema capitalista mundial, principalmente como provedor de

matérias-primas (STEPAN, 1991, p. 37). Com isso, cresce a pobreza e a desigualdade no Brasil, em especial dos negros e mestiços, que foram libertos da escravidão sem nenhuma política pública de inclusão social. No decorrer das primeiras duas décadas do século XX, a grande pobreza e a miséria se solidificaram na consciência pública como uma importante questão nacional que precisava ser resolvida: era a “questão social”. Médicos, sanitaristas e reformadores acreditavam “que os males sociais se acumulavam na base da hierarquia racial-social - que os pobres eram pobres porque eram anti-higiênicos, sujos, ignorantes e hereditariamente inadequados” (STEPAN, 1991, p. 37, tradução nossa).

A crença no poder da ciência como ferramenta civilizadora, salvacionista e regeneradora só aumentava. Os estudos sobre bacteriologia e medicina tropical, levados a cabo por personagens como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, serviram para aumentar o prestígio da medicina (SOUZA, 2019, p. 126). O povo brasileiro, que havia sido condenado pela raça, seria absolvido pela medicina (HOCHMAN; LIMA, 1996).

Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (1996), importantes pesquisadores da Fiocruz, apontam que a elite médica brasileira do começo do século XX passou a compreender o povo como doente porque estava abandonado pelas elites políticas. “Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos”. A doença, e não a ancestralidade, passou a ser entendida como principal problema do país, o maior obstáculo à civilização. O personagem Jeca Tatu do escritor Monteiro Lobato representa bem essa noção: “Jeca não é assim: está assim” (HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 22).

Os empecilhos de base racial representavam, para alguns intelectuais, uma barreira intransponível. Baseados em autores como Gobineau, Agassiz e Le Bon, teóricos influentes do racismo científico, só era possível vislumbrar uma alternativa para a sociedade brasileira por meio de uma intensa imigração; de alguma forma, o povo precisava ser substituído (HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 26). Contudo, os médicos sanitaristas eram críticos à tese do determinismo racial. O povo brasileiro não precisava ser substituído, mas sim saneado. A eugenia brasileira nascia de mãos dadas com o sanitarismo com o lema ‘Sanear é eugenizar’.

Segundo Vanderlei de Souza (2019, p. 87), as ações mais relevantes dos eugenistas brasileiros, durante as décadas de 1910 e 1920, “concentravam-se,

portanto, no combate aos ‘ambientes eugênicos’ e doenças como sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e lepra”. É necessário enfatizar que, nesse contexto, a sífilis e o álcool rivalizavam com a miscigenação racial como os fatores mais fundamentais de degeneração (SOUZA, 2019, p. 170). Segundo os pressupostos científicos da época, tanto o álcool quanto a sífilis agiam diretamente nas células germinativas (germoplasma), provocando diversas “‘desordens blastofóricas’ nos descendentes, como a epilepsia, a loucura, a alienação, a criminalidade, a surdo-mudez e a paralisia” (SOUZA, 2019, p. 171). Em outras palavras, os eugenistas brasileiros defendiam uma interpretação não convencional da teoria de August Weismann da continuidade do plasma germinativo, onde por meio de um processo chamado blastoforia²⁴, comportamentos, doenças infecciosas e ambientes poderiam alterar as células germinativas. Nessa interpretação teórica, os caracteres adquiridos ao longo da vida poderiam ser herdados pelas próximas gerações.

A medicina social foi a base da eugenia brasileira. Em muitos momentos, sanear, higienizar e eugenizar se confundiam em suas propostas e finalidades (SOUZA, 2019, p. 156). O já citado Renato Kehl, publicou uma porção de livros que buscavam estruturar um profundo programa de educação e higiene sexual, saúde materna e orientações matrimoniais. Em 1923, Kehl publicou o livro chamado Fada Hygia, apontado como o primeiro livro destinado às crianças que tratava de educação higiênica e moral (SOUZA, 2019, p. 176). Durante a Primeira Conferência Nacional de Educação, que ocorreu em Curitiba no ano de 1927, Renato Kehl apresentou um trabalho onde ele defendia uma educação sexual com fins eugênicos, chamando atenção para a necessidade de orientação sexual devida para o bom futuro da raça brasileira. Nesse texto, Kehl aponta quais seriam as responsabilidades da mãe, do pai, da professora e do médico (SOUZA, 2019, p. 181).

Vanderlei de Souza (2019, p. 183) aponta que até 1927, apesar de ter defendido eventualmente medidas eugênicas mais radicais como o controle da natalidade e esterilização, as orientações de Kehl se enquadravam no que Nancy Stepan chama de estilo mais preventivo. No entanto, na passagem da década de 1920 para 1930, Renato Kehl acaba se distanciando cada vez mais dessa eugenia

²⁴ “Blastoforia: corrupção das células germinativas, do grego *Blastos* (germe) + *phtora* (destruição, corrupção)” (STEPAN, 2005, p. 112, nota 63).

preventiva e passa a defender medidas mais autoritárias, restritivas e radicais, muito devido a suas viagens para Alemanha e outros países europeus (SOUZA, 2019, p. 185). Se antes Kehl concordava com o lema ‘sanear é eugenizar’, a partir de 1930 ele começa a adotar outro bordão: ‘quem é bom já nasce feito’. Diferentemente do que Nancy Stepan (1991) tinha afirmado, que a eugenia na América Latina seria fundamentalmente de base neolamarckista, Vanderlei de Souza (2019) demonstra como a genética mendeliana também fundamentou a eugenia no Brasil, como é o caso dessa segunda fase de Renato Kehl.

No ano de 1929, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. De forma geral, dois grupos de eugenistas se sobressaíam no congresso: de um lado os que concordaram com as ideias racialistas defendidas por Kehl e, de outro, nomes como Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e Belisário Penna, que contestavam tal defesa (SOUZA, 2019, p. 284). Para esse segundo grupo, de críticos de Kehl, era necessário desconstruir essa imagem preconceituosa que sentenciava o povo brasileiro a uma suposta inferioridade. Na visão desses eugenistas, o povo brasileiro precisava ser educado e não substituído (SOUZA, 2019, p. 288).

A partir da década de 1930 as teses mais “duras” da eugenia negativa passaram a perder força no Brasil. Como bem aponta Vanderlei de Souza (2019, p. 295-296):

No mesmo ano em que Kehl lançou seu novo livro, apareceu no Brasil a obra *Casa-grande e Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre, cuja leitura sobre a questão racial brasileira fazia coro com as ideias defendidas por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca durante o Congresso de eugenia de 1929. Juntos, esses autores colocavam por terra as teses racistas de Renato Kehl e de outros eugenistas que compartilhavam de pontos de vistas pessimistas sobre o futuro racial brasileiro.

Contudo, na Constituição Federal de 1934, no artigo número 138 (BRASIL, 1934), uma das incumbências da união, estados e municípios seria estimular a educação eugênica. Jerry Dávila, historiador que estudou a história da educação no Brasil e suas relações raciais, aponta que “o projeto da escola pública universal no Brasil é inseparável da história da eugenia” (DÁVILA; CARVALHO; CORRÊA, 2016, p. 230).

De acordo com Dávila (2006, p. 12), pelo menos duas gerações de médicos, cientistas sociais e educadores defendiam que o projeto da escola pública universal poderia embranquecer²⁵ a nação “liberando o Brasil do que eles imaginavam como a degeneração de sua população”. Por um lado, as reformas educacionais da época abriram espaço para parcelas da população que foram historicamente esquecidas, por outro, alunos pobres, principalmente negros e mestiços, eram tratados de forma diferente, compreendidos como problemáticos, doentes e mal adaptados (DÁVILA, 2006, p. 13).

As escolas passaram a comportar-se como clínicas que curariam os males nacionais. “Em um extremo, a negritude significava o passado (...). A brancura encarna as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade” (DÁVILA, 2006, p. 25). Especialmente após a Revolução de 1930, as escolas públicas²⁶ levaram uma visão eugênica, nacionalista e branqueadora às comunidades mais pobres e racialmente mistas (DÁVILA, 2006, p. 33).

Na Argentina, de maneira semelhante, o discurso eugênico também começou a circular na década de 1910 (VALLEJO, 2018) e continuou a reverberar até depois do fim da Segunda Guerra Mundial, como uma ‘eugenia tardia’ (MIRANDA 2018). Nesse país, onde populações indígenas e africanas eram muito menores do que no Brasil, a procura pela modernização e pela brancura permaneceram quase que inseparáveis (STERN, 2018; ARMUS, 2016).

A *Sociedad Eugénica Argentina* foi criada em 1918, no mesmo ano que a sociedade brasileira, impulsionada por um forte sentimento nacionalista que varreu a América Latina no período pós-guerra. A eugenia argentina se desenvolveu

²⁵ “Os dirigentes da educação pública no Brasil na primeira metade do século XX não impediram alunos de cor de frequentarem suas escolas. Ao contrário, entre 1917 e 1945, eles se empenharam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam a tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não brancos que, na virada do século, eram, em sua ampla maioria, excluídos da escola. Esses educadores buscavam ‘aperfeiçoar a raça’ - criar em ‘raça brasileira’ saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista” (DÁVILA, 2006, p. 21).

²⁶ “Na década de 1939 o treinamento formal de professores em todo o Brasil incluía, proporções variáveis, disciplinas colaboradoras da eugenia, como a sociologia, a psicologia, a higiene, a educação física e a puericultura - ciência do tratamento pré e pós-natal tanto da criança quanto da mãe” (DÁVILA, 2006, p. 55).

intimamente ligada à igreja católica, à biotipologia humana²⁷ do italiano Nicola Pende²⁸ (1880-1970), e à puericultura do francês Adolphe Pinard²⁹ (1844-1934) (VALLEJO e MIRANDA, 2011). Diferentemente do que Nancy Stepan (1991) havia afirmado na década de 1990, a eugenia que se desenvolveu na Argentina não se caracteriza apenas como mais “ambientalista”, “positiva” e “preventiva”: por lá também houve a defesa de uma eugenia mais “dura”, negativa e autoritária, baseada em preceitos mendelianos (VALLEJO, 2018).

Gustavo Vallejo (2018, p. 16) afirma que, já em 1916, um médico chamado Antonio Vidal descreveu detalhadamente um programa para uma sociedade eugênica no país, fez isso no *Primer Congreso Nacional de Medicina*, celebrado em Buenos Aires. Vidal defendia que a ciência de Galton³⁰ já compunha um corpo teórico bastante robusto e que precisava ser aplicado na sociedade argentina. A higiene social lutava contra a loucura, o alcoolismo e a tuberculose, o movimento eugênico deveria apontar para os problemas do sexo, da seleção e da herança (VALLEJO, 2018, p. 17).

Simultaneamente às primeiras discussões sobre eugenia, discussões sobre a educação sexual começaram também a emergir, principalmente pela voz de Juan Antonio Senillosa³¹. Marcadamente anticlerical e socialista, Senillosa tinha como objetivo instalar um programa que discutisse a ‘*cuestión sexual*’ desde uma perspectiva hostil ao catolicismo e aliada do proletariado e, justamente por tais vinculações ideológicas, tal proposta não prosperou³² (VALLEJO, 2018, p. 19).

²⁷ “Compreendendo-a como a ciência que se ocupa do complexo de manifestações anatômicas, humorais, funcionais e psicológicas próprias de cada indivíduo” (THOMAZ, 2013, p. 74).

²⁸ Médico endocrinologista italiano criador do termo biotipologia.

²⁹ Adolphe Pinard foi médico obstetra conhecido por ter popularizado a puericultura, ciência derivada da medicina que se preocupava principalmente com os cuidados frente à descendência, sobretudo os cuidados referentes ao período pré natal e pós natal, os cuidados durante e depois da gestação (SCHNEIDER, 1986).

³⁰ Como também era conhecida a eugenia.

³¹ “Vindo de uma das famílias mais ricas da Argentina de 1900, Senillosa se destacou entre seu povo pelas ideias políticas e sociais que professava. Sua inserção no Partido Socialista, em consonância com um acentuado anticlericalismo e vocação para desenvolver iniciativas altruístas, o dissociou dos mandatos familiares de guarda e ampliação dos negócios de uma empresa de alto escalão na Argentina desde 1830” (VALLEJO, 2018, p. 19, tradução nossa).

³² “Senillosa (1920, p. 174) atribuiria o verdadeiro golpe sofrido por sua sociedade, a uma reação que transcendia o campo médico, ou melhor, o tornava coparticipante do que foi realmente uma “furtiva reação jesuíta em nosso meio intelectual”, ou seja, “um plano clerical” para evitar mudanças na educação argentina” (VALLEJO, 2018, p. 20, tradução nossa).

Após a criação da *Sociedad Eugénica Argentina*, segundo Vallejo (2018, p. 22), o termo eugenia estava imerso em uma ‘viscosidade’ capaz de integrar defesas bastante diferentes, dependendo de onde o discurso provinha. Em outras palavras, os eugenistas argentinos falavam tanto de controle da moralidade, da seleção de imigrantes, da luta contra os venenos raciais, bem como da defesa de medidas mais extremadas, a exemplo daquelas que estavam sendo tomadas nos Estados Unidos, como a esterilização.

Aos poucos a eugenia argentina foi estendendo seus braços a outros países, tanto da América Latina como na Europa e EUA, principalmente representada por Victor Delfino³³. Contudo, em setembro de 1930, a Argentina sofreu um golpe militar e passou a se aproximar cada vez mais do fascismo italiano, o que pôs a eugenia em um lugar de destaque na política argentina (VALLEJO, 2018, p. 24).

Gustavo Vallejo e Marisa Miranda (2014, p. 59) periodizam a eugenia argentina em três momentos: a primeira etapa (1883-1930) representa a recepção das teorias de Galton; a segunda, a consolidação do campo eugênico (1930-1945); e, por último, a terceira representa o desenvolvimento de uma eugenia tardia pós holocausto (1945-1970).

Maria Miranda (2018) aponta que durante o período da eugenia tardia na Argentina, a *Sociedad Argentina de Eugenesia*, criada em 1945, buscava a educação sexual para combater a homossexualidade. O comportamento homossexual era compreendido como uma patologia sexual, uma ‘sexopatia’, que ia de encontro aos princípios eugênicos argentinos da castidade, continência sexual, exaltação do matrimônio heterossexual e monogâmico, família e ordem (MIRANDA, 2018, p. 27).

A tradição uruguaia da eugenia, por outro lado, propunha uma reforma social que atenuasse desigualdades sociais e prevenisse a degeneração da raça (BARRÁN, 1999). Nascia, no começo do século XX, a figura do ‘médico público’. O corpo médico, em pleno processo de legitimação, assumia como sua a função de criar normas morais, controlando e disciplinando as vontades dos setores subalternos, a saber,

³³ “Victor Delfino foi o principal propagandista da eugenia na Argentina nas décadas de 1910 e 1920. Estudou Ciências Naturais, Física e Matemática no *Observatorio de la Universidad de la Plata* antes de se interessar por Medicina Social, Higiene Pública e Eugenia.” (SILVA, 2008, p. 8-9).

crianças, mulheres e todos aqueles considerados degenerados (SAPRIZA, 2011, p. 54).

A concepção de que as enfermidades eram um produto social circularam com facilidade no Uruguai batllista³⁴, um movimento político que era bastante sensível à miséria operária (BARRÁN, 1999, p. 21). Sob os argumentos de que a saúde seria responsável pelo combate às epidemias, de que as melhorias nos salários preveniam doenças e de que era necessário proteger a saúde da mãe trabalhadora, o corpo médico do Uruguai, baseado em preceitos socialistas, lutava pela melhoria das habitações populares e, também, pela melhoria da raça, que estava encurralada pela decadência das condições de vida (SAPRIZA, 2011, p. 59). Desse modo, como resultado, uma “utopia médica que buscava matar a dor e acabar com o privilégio, concluiu, de maneira um tanto prosaica e hedonística, em louvor às virtudes mentais da classe média” (BARRÁN, 1999, p. 35, tradução nossa).

A eugenia, que nas primeiras décadas do século XX, havia se difundido amplamente, estruturava o discurso sobre os pobres que circulava no Uruguai (SAPRIZA, 2011, p. 59). Esse discurso médico-eugenista era guiado por uma utopia de sociedade regida pela biologia, uma sociedade que evitasse que os degenerados nascessem ou gerassem filhos. Nas palavras do historiador Juan Pedro Barrán (1999, p. 35, tradução nossa):

A eugenia, teoria que defendia o combate à "degeneração"³⁵ da "raça" ameaçada por doenças e "vícios" populares, em particular alcoolismo, sífilis, tuberculose e doenças mentais, era a crença dominante entre os médicos dos anos 1900, que deu forma concreta à utopia de uma sociedade regida por princípios extraídos da biologia

³⁴ Batllismo é o nome dado a uma corrente política do Uruguai inspirada nas ideias de José Batlle y Ordóñez. Em linhas gerais, Battle defendia que para o desenvolvimento de um país e de uma sociedade, o Estado deveria controlar aspectos básicos da economia por meio de monopólios estatais, bem como criar um amplo corpo de leis sociais; e como resultado, forjaria uma sociedade de classe média sob a proteção de uma economia próspera e um Estado de bem-estar, intervencionista e redistribuidor de lucros (BARRÁN, 1999).

³⁵ “A ideia da degeneração da ‘raça’ quase sempre implicava o princípio da transmissão hereditária de caracteres patológicos adquiridos e foi apresentada pela primeira vez pelo médico francês B.A. Morel em 1857, assustado com o espetáculo da degeneração física e ‘moral’ do proletariado de seu país” (BARRÁN, 1999, p. 36, tradução nossa).

Essa eugenia, muito devido à sua raiz burguesa, apresentava uma tendência forte em confundir a preservação da espécie humana com a defesa da raça dominante, em particular, a branca. As melhores características, aquelas que deveriam ser necessariamente selecionadas, eram encontradas frequentemente nos elementos da classe média branca uruguaia, um povo que se compreendia como descendente de europeus (BARRÁN, 1999, p. 41).

Nessa toada, as mulheres médicas do Rio da Prata começaram a explorar as relações entre eugenia e higiene social. O feminismo de primeira onda, do começo do século XX, se aproximou da eugenia no desejo de convertê-la em ferramenta de reforma social. Construiu-se um espaço de autonomia e surgiu uma forte demanda das mulheres por participação política nas questões referentes aos interesses da maternidade e da infância; todavia, elas se viram presas em prescrições eugênicas e maternológicas da nova medicina social, que acabava restringindo o papel público das próprias mulheres, reduzidas ao papel de mães e reprodutoras da vida e da nação (SAPRIZA, 2011, p. 62).

Os eugenistas pensavam em termos de 'solidariedade com a espécie'. Era preciso limpar, purificar ou apurar a raça, preocupação que justificava inclusive interferir em alianças matrimoniais para prevenir o contágio de sífilis (SAPRIZA, 2011, p. 67). Isso fica evidente quando nos damos conta de que uma das principais ferramentas eugênicas discutidas no Cone Sul era conhecida como certificado médico pré-nupcial, que previa uma análise médica antes da autorização para casar e ter filhos (SAPRIZA, 2011, p. 69; BARRÁN, 1999, p. 42). Era preciso defender a descendência por meio do controle dos matrimônios.

O historiador Juan Barrán (1999, p. 43) salienta duas outras características da eugenia uruguaia: a primeira é a preferência pelo uso do termo 'espécie' humana ao invés de 'raça' nacional (embora existam algumas exceções como é o caso da médica e eugenista Paulina Luisi). Ele explica tal preferência pela presença dentro do discurso científico do país do que ele chama de nacionalismo cosmopolita, que fazia parte da consciência nacional que nutria uma profunda admiração pela Europa; a segunda característica da eugenia uruguaia foi a obsessão pelos efeitos do '*triumvirato destruidor de la especie*', composto pela tuberculose, sífilis e o alcoolismo, três

condições que, segundo Paulina Luisi (1919), disputavam pelo posto de maior degenerador da espécie humana.

De acordo com Barrán, destas posições a eugenia uruguaia construiu sua principal linha de ação: “o controle da procriação para garantir que apenas os saudáveis contribuíssem às próximas gerações, e aos enfermos a proibição de se casar ou a esterilização” (BARRÁN, 1999, p. 44, tradução nossa).

Nas décadas de 1930 e 1940, defesas mais radicais de alguns médicos uruguaios a respeito da profilaxia matrimonial demonstram semelhanças com modelos europeus mais autoritários, como aponta Barrán (1999, p. 47), quase nazifascistas. Mas o Uruguai também teve uma vertente eugenista que podemos classificar como progressista ou que representaram ideologias de esquerda (BARRÁN, 1999, p. 48).

Como escreve Juan Barrán, esse “eugenismo pregava com igual insistência o cuidado da mãe grávida e os direitos dos filhos, e sob esse ângulo também foi adotado pela medicina ‘progressista’” (BARRÁN, 1999, p. 49, tradução nossa). Essas concepções eugênicas também influenciaram propostas de educação daquele país, como fica evidente no *‘Plan y métodos de Enseñanza Sexual’*, proposta de Paulina Luisi que mescla concepções eugenistas com um plano para uma Educação Sexual (LUISE, 1920; RODRÍGUEZ ANTÚNEZ, 2019).

A propósito, o *Código del Niño*³⁶ uruguaio de 1934 é considerado por Nancy Stepan (1991, p. 184-185) como uma representação paradigmática de como a eugenia latino-americana funcionava. Aprovada no Uruguai alguns meses antes da 2ª Conferência Panamericana de Eugenia e Homicultura, a legislação abrange tudo o que os uruguaios acreditam que a eugenia deveria ser – uma abordagem não obrigatória, orientada para a criança, à saúde pública e ao bem-estar social. Embora o código deixe espaço para questões genéticas e questões dos “bem nascidos”, ele se baseia na suposição de que nem todos os traços humanos são herdados.

A pedido, os uruguaios primeiro revisaram várias iniciativas de eugenia em seu país. Eles começaram com medidas de bem-estar social, incluindo a ajuda a famílias extensas, proteger crianças abandonadas e fornecer casa para os pobres. Essa abordagem eugênica contrasta fortemente com a dos membros dos Estados

³⁶ Apresentado em 1934 durante o *Second Pan American Conference of Eugenics and Homiculture*, Buenos Aires.

Unidos, que exclui explicitamente as preocupações com a saúde e o bem-estar social. Ao discutir as iniciativas de seu país no campo da fecundidade, os uruguaios mencionaram a criação de alguns centros de aconselhamento matrimonial. O porta-voz do Uruguai, Roberto Berro (1886-1956), disse que os centros estão vinculados a um conjunto de "princípios eugênicos" - primeiro, que a eugenia deve ser oferecida como "conselho" e "na forma mais ampla e completa possível"; segundo, no processo da higiene voluntária do indivíduo em questão, não pode haver imposições ou obrigações, apenas aconselhamento e educação (STEPAN, 1991, p. 185).

Em cada um dos pontos acima, a maioria dos delegados da Conferência seguiu o exemplo dos uruguaios. Era politicamente fácil proteger as crianças. Não é o caso quando falamos sobre uma postura eugenista uniforme sobre a reprodução. Para muitos delegados, a esterilização eugênica era como "uma mutilação zoológica que carecia de base científica ou sanção moral" (STEPAN, 1991, p. 185).

Juan Barrán (1999, p. 47) reafirma o que Nancy Stepan tinha escrito. O *Código del Niño*, aprovado em 1934 pelo governo do ditador Gabriel Terra, consagrou a principal medida eugenista da legislação uruguaia. Em seu artigo 27 afirmava a necessidade de "propaganda persuasiva para obter a maior frequência de futuros cônjuges nas "Clínicas Médicas Pré-nupciais", a cargo do Ministro da Saúde Pública" (BARRÁN, 1999, p. 47, tradução nossa).

Por último, é preciso compreender que os postulados eugênicos tiveram grande destaque no Uruguai, sendo reproduzidos em diversos espaços institucionais e em políticas públicas. (RODRÍGUEZ ANTÚNEZ, 2019). Citando somente a dimensão jurídica e legislativa, podemos mencionar as seguintes leis fundamentadas em princípios eugênicos: *Consultorios Médicos Prematrimoniales* (1932), *Ley de Inmigración* (1934), *Despenalización del Aborto* (1934), *Código del Niño* (1934), *Comisión de Eugenesia* (1935) e *Consultorios de Eugenesia* (1937). A despenalização do aborto de 1934 é particularmente importante, pois o texto de Paulina Luisi analisado aqui defende sua prática. Todavia, o aborto só esteve permitido até 1938 (CEDRANI; ZEMAITIS, 2021, p. 17-18).

Segundo Camilo Rodríguez Antúnez (2019, p. 78-79), as principais políticas eugênicas praticadas foram realmente os consultórios médicos pré-nupciais. Entretanto, esses consultórios uruguaios tinham uma particularidade, eles eram

sugestivos e não coercitivos. Mecanismos coercitivos como a esterilização obrigatória foram debatidos teoricamente, mas não postos em prática. Como aponta Armus (2016), muito da eugenia ficou apenas no mundo dos discursos e não chega a acontecer no mundo das práticas, tendo pouca ou nenhuma influência na vida da população.

Por outro lado, é necessário apontar que muito da eugenia emergiu também no mundo das práticas. Essa penetração de ideias eugênicas começou a influenciar a direção e o desenho das políticas públicas, principalmente nas áreas de reprodução biológica, imigração, saúde e higiene pública. Por exemplo, por um período a imigração de asiáticos e africanos era proibida no Uruguai por motivos eugênicos (ORTEGA; BELTRÁN; MITJAVILA, 2018, p. 358-359).

2.2.5 Eugenia e o Quadrante Político

Até o momento procuramos deixar nítido, com base na historiografia recente, o quão amplo, complexo e diverso foi o movimento eugênico. Assim como afirma Vanderlei de Souza (2008, p. 163), a eugenia se caracteriza exatamente “devido a essa capacidade camaleônica de servir aos diferentes projetos ideológicos.”

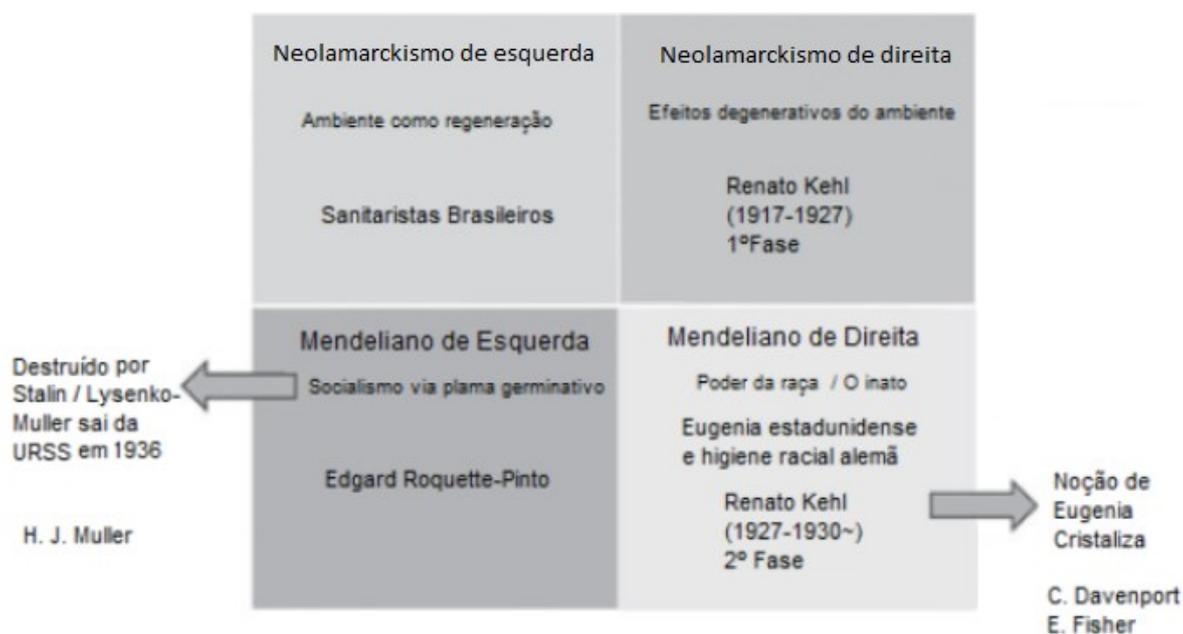
Nesse sentido, acreditamos que o quadrante político do movimento eugênico desenvolvido por Maurizio Meloni (2016) apresenta-se como uma ferramenta didática e teórica interessante para evidenciar tal complexidade político-científica da eugenia.

Meloni (2016), considerando as várias eugenias que surgiram em distintos contextos, aliadas a diferentes movimentos político-científicos ideológicos, constrói o que ele chama de quadrante político (Figura 1) dos movimentos eugênicos, onde, no “eixo x”, há a diferenciação entre direita e esquerda política, e, no “eixo y”, a diferença entre os mendelistas e os neolamarckistas. Em linhas gerais, o autor caracteriza quatro possíveis eugenias: mendelistas de direita e de esquerda, e neolamarckistas de direita e de esquerda. Cada uma das quatro posições do quadrante tem sua concepção distinta de hereditariedade e defende políticas eugênicas específicas, coerentes com sua visão de mundo e com o projeto de sociedade que acreditam, sendo todos distintos entre si. Embora Meloni (2016) tenha desenvolvido tal quadrante analisando casos da eugenia europeia e estadunidense, acreditamos que as

experiências latino-americanas também podem se encaixar nele, com as devidas ressalvas.

Nesta adaptação do quadrante político da eugenia de Meloni, procuramos apontar também, na medida do possível, personagens latino-americanos. Renato Kehl pode ser visto em dois quadrantes, pois como aponta Souza (2019), ele passou de uma defesa da eugenia que apontava para o caminho: “Sanear também é eugenizar” e passou a defender a tese de que: “Quem é bom já nasce feito”. Charles Davenport e Eugen Fisher são respectivamente os principais eugenistas dos Estados Unidos e da Alemanha, e compõem exemplos da visão “cristalizada” sobre a eugenia. Parte dos médicos sanitaristas brasileiros integram o quadrante neolamarckista de esquerda, que focava nas propriedades regeneradoras do ambiente frente à descendência. Edgard Roquette-Pinto, por sua vez, representa um eugenista mendeliano de esquerda brasileiro, figura importante nos debates que ocorreram no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Hermann Joseph Muller representa um exemplo de eugenista comunista. O fim desse último quadrante da eugenia é representado pela saída de Muller e Lysenko da URSS em 1936 (MELONI, 2016).

FIGURA 1 - Quadrante Político da Eugenia



Fonte: Retirado e adaptado de Meloni (2016, p. 94).

De acordo com Meloni (2016, p. 93), até a década de 1930, o debate acerca das implicações sociopolíticas derivadas dos estudos sobre a hereditariedade humana era plural e complexo. Como acreditamos ter ficado evidente, as interpretações das teorias de August Weismann da continuidade do plasma germinativo, as leis mendelianas, e aceitação ou não da herança dos caracteres adquiridos ou mesmo a abrangência da teoria darwiniana da evolução, não eram a princípio óbvias e incontestáveis. Embora atualmente a eugenia seja frequentemente associada a um fenômeno de direita que dialoga com preceitos científicos da hereditariedade “dura”, ou mendeliana, naquela época eram possíveis outras interpretações tanto de cunho científico-epistemológico quanto políticas. Ao longo do tempo essa pluralidade se perdeu; entretanto, na primeira metade do século XX, tanto a direita quanto a esquerda conseguiram politizar a hereditariedade “dura” e “suave” (MELONI, 2016, p. 93). Por hereditariedade “dura” compreendemos a noção de hereditariedade que exclui necessariamente qualquer herança de caracteres adquiridos, a herança é definida pelo conteúdo das células germinativas. Já por hereditariedade “suave”, há a aceitação dos efeitos do meio ambiente e a herança dos caracteres adquiridos, frequentemente associada a um tipo neolamarckismo.

Como aponta Maurizio Meloni (2016), antes da cristalização da noção de eugenia ou, em outras palavras, antes de a noção de eugenia ser colada à direita política, que se apoia em uma hereditariedade “dura”, as concepções eram variadas. Sob uma noção “suave” de hereditariedade, tanto valores racistas quanto político-reacionários poderiam ser mobilizados em nome dos efeitos do ambiente. Em contrapartida, discursos igualitários, radicais e comunistas foram também defendidos sustentados por eugenistas da hereditariedade “dura” (MELONI, 2016, p. 93).

Nas próximas sessões daremos maior ênfase às correntes eugênicas menos conhecidas. A eugenia mendeliana de direita, ou a concepção “cristalizada” do movimento, aquela caracterizada pela busca da pureza racial, eternizada no holocausto nazista, na ideologia nacionalista, anticomunista e antissemita, aquela que produziu esterilizações forçadas e um genocídio nos campos de concentração e também aquela que proibiu casamentos e desenvolveu experimentos horríveis com gêmeos nos campos de Auschwitz (LEVINE, 2017) terá pouco espaço nas próximas páginas.

A seguir exploraremos as dimensões do movimento eugênico que se enquadram em três dos quatro quadrantes de Meloni: Eugenismo Neolamarckista de direita, Eugenismo Neolamarckista de esquerda e Eugenismo Mendeliano de esquerda

2.2.5.1 Eugenismo neolamarckista de direita

Ideias lamarckistas são geralmente associadas com reformas sociais, quando não com radicalismo político e socialismo (MELONI, 2016, p. 96). Essa aparente afinidade do lamarckismo com noções da esquerda parece ficar ainda mais evidente quando observamos como o eugenismo nazista abraçou uma defesa weismaniana completamente antilamarckista. Entretanto, essa concepção é bastante precipitada e distorcida. O neolamarckismo compôs um elemento importante de uma agenda racista e classista do século XIX que continuou ao longo do século XX (MELONI, 2016, p. 97).

Contudo, é preciso explicar bem, como aponta Meloni (2016, p. 97, tradução nossa):

Para ser justo com Lamarck, no entanto, precisamos acrescentar que sua vertente de lamarckismo era uma versão truncada da herança de caracteres adquiridos, que enfatizava a recepção passiva e a transmissão de características deletérias em vez da aquisição de características positivas em resposta ativa a seus ambientes.

Em outras palavras, o eugenismo neolamarckista de direita tinha seu foco em como o ambiente seria uma fonte constante de morbidade, que poderia permanentemente alterar, enfraquecer e envenenar a hereditariedade (MELONI, 2016, p. 98). Portanto, para ser identificado como pertencente a essa corrente do eugenismo, a pessoa precisaria enfatizar necessariamente as propriedades patogênicas do ambiente, que frequentemente são nomeados de “venenos raciais”, e ressaltar a transmissão hereditária dessas características deletérias adquiridas, acreditando que esse processo irremediável leva os grupos afetados a não poder exercer sua cidadania plenamente (MELONI, 2016, p. 98).

A primeira escola de pensamento que se enquadra nesses critérios é o degeneracionismo médico, corrente que circulou amplamente na literatura médica e social no século XIX e começo do século XX. Esses degeneracionistas supunham a existências dos já citados “venenos raciais”, que poderiam ser tanto o álcool e doenças venéreas, como a industrialização acelerada, a sujeira e a superpopulação, bem como a existência das favelas e as pessoas que nela habitam, pensados como viciados e ignorantes (MELONI, 2016, p. 98).

Outra versão diferente do neolamarckismo de direita, que emergiu depois do degeneracionismo médico, foi o racismo neolamarckista. Essa ideia circulou baseada na concepção de que as raças eram formadas diretamente a partir da herança dos caracteres adquiridos e as influências do meio ambiente. As raças se formariam necessariamente por meio da herança das adaptações determinadas localmente (MELONI, 2016, p. 99).

Era comum, tanto ao degeneracionismo médico quanto ao racismo neolamarckista, a ideia de que hábitos positivos e os benéficos da educação e do progresso moral só poderiam ser herdados pelas ditas “raças superiores” ou culturas avançadas. Como evidencia Meloni (2016, p. 99, tradução nossa) “progresso para alguns, não para todos”.

2.2.5.2 Eugénismo neolamarckista de esquerda

A confiança no poder da regeneração é a marca que distingue o eugenismo neolamarckista de esquerda. Enquanto o eugenismo mendelista de direita insistia na permanência de linhas raciais puras e os neolamarckistas de direita assumiam uma certa assimetria, onde somente as “raças superiores” poderiam progredir, o eugenismo neolamarckista de esquerda assumia um enorme poder regenerativo causado pelo meio ambiente (MELONI, 2016, p. 117).

Dessa maneira, ambientes comuns poderiam transformar raças diferentes em raças homogêneas. Ao invés de enfatizar os processos degenerativos e influências ambientais prejudiciais dos neolamarckistas de direita, os eugenistas neolamarckistas de esquerda focavam na regeneração e rejuvenescimento ambiental que promoveriam assim uma transformação da humanidade (MELONI, 2016, p. 113).

Maurizio Meloni destaca essa corrente eugenista por meio do exemplo do biólogo austríaco Paul Kammerer (1880-1926). Meloni chama atenção para o fato de que é importante compreendermos a teoria de Kammerer não como um afastamento do movimento eugenista, mas como uma forma alternativa dele, tão eugenista quanto Davenport nos EUA ou Pearson na Inglaterra (MELONI, 2016, p. 117).

Segundo Meloni (2016, p. 113, tradução nossa),

o rejuvenescimento e a regeneração promoveriam a transformação biológica da humanidade. Estas não foram apenas ideias abstratas, mas também uma série de técnicas invasivas. Os métodos de Steinach para rejuvenescimento incluíram transplante testicular, vasoligação e vasectomia. Kammerer sugeriu o uso de implantes testiculares para influenciar o desejo sexual em homossexuais e hermafroditas e a administração de radiação leve nos ovários das mulheres para aumentar sua capacidade de amamentar.

Em outras palavras, a eugenia de Kammerer poderia ser entendida como “produtiva”, que longe de ser apenas uma crítica ao viés selecionista dos mendelianos de direita que só podiam mudar a distribuição de genes bons os maus sem criar novos traços, a eugenia de Kammerer poderia transformar a ação política em “tecnologia orgânica”, que deixaria um legado positivo às próximas gerações (MELONI, 2016, p. 111).

2.2.5.3 *Eugenismo mendeliano de esquerda*

A breve experiência da eugenia soviética é quem sabe o melhor exemplo, segundo Meloni, de um dos capítulos esquecidos da história da eugenia: o mendelismo de esquerda, que ocupa o canto inferior esquerdo do quadrante político (MELONI, 2016, p. 118). Eugenistas mendelianos de esquerda referem-se “a um compromisso direto e inequívoco com um projeto eugênico com o objetivo de transformação socialista” (MELONI, 2016, p. 118, tradução nossa).

Diferentemente dos neolamarckistas, que priorizavam os processos ambientais, os mendelistas argumentavam que o plasma germinativo era o que de mais importante possuímos (MELONI, 2016, p. 119). Para esses eugenistas mendelianos de esquerda, a hereditariedade “dura” não significa uma escravidão ao

passado genético, mas a capacidade de moldar o futuro genético (MELONI, 2016, p. 221).

Embora discursos hierárquicos de inferioridade e superioridade racial e social não estivessem presentes nas discussões da eugenia soviética, leis de esterilização compulsória aos moldes da legislação estadunidense foram ocasionalmente propostas (MELONI, 2016, p. 121). Ao longo da década de 1920, a eugenia soviética começou a sofrer ataques ideológicos declarados.

Nas palavras de Meloni (2016, p. 122, tradução nossa),

a tomada do poder pelos nazistas em 1933, a importância da genética e da biologia para a ideologia nazista e o surgimento do lisenkoísmo após 1934 trouxeram mais desonra pública à eugenia soviética, embora a genética de alguma forma tenha sobrevivido disfarçada.

O cancelamento do Congresso Internacional de Genética, que seria sediado em Moscou no ano de 1937, representou a derrota final da genética e da eugenia soviética (MELONI, 2016, p. 122).

Hermann Joseph Muller (1890-1967), geneticista estadunidense, representa um bom exemplo de um eugenista mendeliano de esquerda. Muller foi um dos pioneiros da genética clássica, aluno e um dos colaboradores de Thomas Hunt Morgan, entre 1912 e 1915, na famosa “sala das moscas”, na Universidade de Columbia. Ambos autores foram fundamentais no desenvolvimento da teoria cromossômica e no estabelecimento das *Drosophila* como organismo modelo para estudos genéticos. “Contra a tendência reacionária da eugenia americana, Muller queria mostrar como a genética ‘pertencia à esquerda política’” (MELONI, 2016, p. 125, tradução nossa).

Na concepção de Muller, uma vez que os caracteres adquiridos não eram hereditários, a criação ou a educação pouco poderiam contribuir para a transformação social racial com que ele sonhava (MELONI, 2016, p. 127). Muller tentou convencer o próprio Stalin, enviando uma carta, de que a genética representaria o passo final da revolução comunista. Entretanto, Stalin não foi convencido. Na verdade, ficou bastante descontente, o que culminou na necessária saída de Muller da Rússia Comunista (MELONI, 2016, p. 127). Nancy Stepan (2005, p. 217) descreve Muller da seguinte forma:

Herman J. Muller, ganhador do prêmio Nobel de genética (por descoberta, em 1927, da mutação genética induzida por Raios-X), era um socialista que, na década de 1930, defendeu ativamente um esquema de seleção genética através da inseminação artificial com o esperma superior de “grandes homens”.

2.2.6 Eugenia e a Participação Feminina

Para finalizar, queremos deixar nítidas algumas das relações entre gênero, o movimento eugênico e a história das mulheres na ciência. Compreendemos gênero como “um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos” (SCHIEBINGER, 2001, p. 45).

De acordo com Stern (2010, p. 176), as afiliações entre mulheres e o movimento eugênico se deram de inúmeras formas, desde as mulheres que atuaram como líderes, as que realizaram inúmeros estudos de famílias e organizaram concursos de “famílias mais aptas” até às mulheres que tiveram suas vidas prejudicadas de forma irreversível por práticas e políticas eugênicas como esterilizações e planejamento familiar coercitivo.

É importante ressaltar também que as prescrições eugênicas se davam de formas diferentes para as mulheres e para os homens. De acordo com Stepan (2005), os eugenistas estavam especialmente preocupados com as mulheres, pois, baseados na reprodução biológica, consideravam o papel das mulheres de maior importância social do que o dos homens. Somado a isso, as mulheres eram vistas como mais vulneráveis socialmente e, portanto, mais dependentes dos homens (STEPAN, 1991). Contudo, Ehrich (2005, p. 99-100) aponta um exemplo que não corrobora com essa análise de Nancy Stepan (2005) quando ela afirma que o foco dos eugenistas era geralmente nas mulheres. Paulina Luisi, por exemplo, foca nos homens, afirmando que eles fazem muito mais mal para a espécie do que as mulheres. Segundo Luisi, a esterilização masculina seria preferível à esterilização feminina, pois os homens representavam maior perigo para a raça, já que poderiam gerar um número muito maior de filhos (NICOLADELI, 2022; LUISI, 1916; EHRICH, 2005).

Por outro lado, os eugenistas compreendiam a reprodução humana não como uma atividade individual, mas como uma responsabilidade coletiva, um resultado da

sexualidade que poderia produzir tanto uma boa quanto uma má hereditariedade (STEPAN, 1991, p. 102).

Como deixa evidente a historiadora Nancy Stepan (1991, p. 103-104, tradução nossa),

o gênero era importante para a eugenia porque era por meio da reprodução sexuada que ocorria a modificação e a transmissão da constituição hereditária das gerações futuras. O controle dessa reprodução, por meios diretos ou indiretos, tornou-se, portanto, um aspecto importante de todos os movimentos eugênicos. Como o papel social das mulheres era visto principalmente como reprodutivo, muitas políticas eugênicas centravam-se nelas.

Por esse motivo, de acordo com Stepan (1991, p. 104), para alguns historiadores, a eugenia seria explicitamente antifeminista e conservadora, pois teria como um de seus principais objetivos o controle da sexualidade feminina, ao mesmo tempo que limitaria o papel das mulheres a uma dimensão materna e reprodutiva. De outra forma, outros estudiosos do tema, ao destacar a promoção feita pelos eugenistas dos cuidados da saúde materno-infantil, da higiene sexual e da educação sexual, enfatizam uma eugenia mais reformista e ligada a pautas da esquerda política, sugerindo que o movimento eugênico se comportava como profeminista. Contudo, levando em conta a já citada diversidade e complexidade do movimento eugênico nos mais de 30 países em que se desenvolveu, não seria incomum que em alguns locais os eugenistas fossem antifeministas e em outros profeministas³⁷. “Claramente, os significados de gênero da eugenia dependem de para onde se olha” (STEPAN, 1991, p. 104, tradução nossa).

Klausen e Bashford (2010, p. 109-110), também analisando as relações entre o feminismo e o movimento eugênico, apontam duas visões presentes na historiografia. Uma na qual os historiadores subestimam o interesse genuíno que muitas feministas tinham em ideias e políticas eugênicas destinadas a melhorar a raça por meio da reprodução seletiva, argumentando que as relações feministas com a eugenia foram apenas estratégicas, como uma tática de uma grande luta pela emancipação das mulheres. Outros historiadores, ainda, percebem uma relação

³⁷ “Um estudo declara que a eugenia foi “um dos campos menos sexistas da época, em diversos países”. (STEPAN, 2005, p. 117).

menos utilitária entre os dois movimentos, sugerindo que as ideias eugênicas eram uma dimensão integrada da teoria e da ação feminista. Como Klausen e Bashford (2010, p. 110) afirmam,

em todo o mundo (...) os movimentos feministas fizeram mais do que usar ideias eugênicas como instrumentos em seus esforços para combater representações de mulheres como meras reprodutoras com o novo ideal de maternidade “responsável”; eles produziram com entusiasmo uma eugenia incorporada em suas campanhas

Nessa linha, Angela Davis (2016) demonstra muito bem no capítulo “Racismo, Controle de Natalidade e Direitos Reprodutivos”, do seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, como as feministas sufragistas nos Estados Unidos foram cooptadas pelo discurso da higiene racial. Margaret Sanger foi uma dessas feministas que participavam do movimento eugenista estadunidense. Segundo Davis (2016, p. 217, grifos da autora), “o potencial progressista do movimento foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao *controle de natalidade*, e sim a estratégia racista de *controle populacional*”.

Naturalmente, as mulheres não formam uma categoria unitária, assim como os homens, portanto, as políticas eugênicas que circularam por tantos países também refletiram as divisões e contradições de gênero e da vida social como um todo. As próprias mulheres desempenharam papéis de destaque na defesa da legalização do controle de natalidade e de tratamentos compulsórios de doenças venéreas. Frequentemente, elas também aceitavam e reproduziam os preconceitos raciais e de classe mais perversos da eugenia, propagando seu próprio privilégio como integrantes das classes médias. Importante frisar que, em muitos momentos, era nas sociedades eugênicas que as mulheres encontravam um espaço de ação social, mesmo naquelas onde um diploma de medicina era necessário (STEPAN, 1991, p. 108).

De acordo com Nancy Stepan (1991, p. 108), essa combinação de fatores, que propiciou às mulheres a oportunidade de desempenharem um papel como autoras da política sexual no domínio da eugenia, configuraram-se de forma diferentes na América Latina. Em seu livro, a autora estudou os movimentos eugênicos no Brasil, na Argentina e no México, e, nesses locais, os movimentos organizados de mulheres começaram a emergir no início do século XX. Mulheres de classe média nesses três

países e, de forma semelhante no resto da América Latina, começaram a romper as barreiras das profissões na década de 1920 “tornando-se professoras, advogadas e funcionárias públicas” (STEPAN, 1991, p. 109), embora permanecendo agrupadas em áreas de ensino inferiores e menos bem pagas.

Na América Latina, escreve Nancy Stepan (1991, p. 109), a participação intelectual das mulheres na eugenia era pequena, exercendo, portanto, papéis auxiliares nos círculos eugênicos, embora existam exceções, como é o caso da médica e eugenista Paulina Luisi, que não estava somente confinada à esfera das mulheres. Dessa forma, as mulheres além de serem objetos da eugenia, eram também, em alguns casos, suas autoras, produzindo uma eugenia de mulheres para mulheres.

Somado a isso, um dos temas frequentemente tratados pelas mulheres eugenistas era o da educação sexual, com objetivo de disciplinar o instinto sexual e submetê-lo a objetivos racionais. Entretanto, embora fosse “frequentemente exigida e quase nunca implementada, a educação sexual era uma das causas perdidas da eugenia latino-americana” (STEPAN, 1991, p. 130).

Ao sintetizar as relações entre educação sexual e eugenia, Levine (2017, p. 53, tradução nossa) escreve que a

educação sexual eugênica, entendida como a promoção de famílias aptas, era uma cruzada de alguns eugenistas, que a viam como um problema de saúde com ramificações nacionais. Alegavam que a ignorância sexual impedia a reprodução eugênica, minando a vitalidade sexual através da masturbação, a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, e o nascimento da prole imprópria, e que a educação sexual iria inspirar a reprodução responsável.

Na mesma linha que Levine, Bassalo (2010, p. 3) aponta que o objetivo fundamental da educação sexual eugênica seria “formar indivíduos educados sexualmente para construir uma sociedade organizada, funcional e eugênica”. Para isso, era preciso controlar o corpo das crianças e adolescentes ao mesmo tempo em que se normalizava as relações entre homem e mulher, em uma chave heteronormativa.

Em outras palavras, a educação sexual eugênica deveria impedir que a má hereditariedade se estabelecesse por meio da prescrição e normatização de

comportamentos sexuais 'saudáveis'. Ora promovendo a regeneração da raça, ora evitando a degeneração da espécie: era nessa chave que trabalhavam os eugenistas em suas propostas de educação sexual.

Embora Nancy Stepan (1991, p. 130) aponte que a Educação Sexual tenha sido uma das batalhas perdidas pelos eugenistas latinos, é importante compreender sua história e seus desenvolvimentos, uma vez que essas ideias influenciaram as outras fases da educação sexual no Brasil e nos outros países da América Latina (RIBEIRO, 2009, p. 137). É relevante dizer que em outros países latinos houve interrelações entre eugenia e educação sexual: é o caso da Argentina (VALLEJO, MIRANDA, 2011; VALLEJO, 2018), do Chile (SÁNCHEZ DELGADO, 2018), da Costa Rica (MOLINA JIMÉNEZ, 2019) e do México (DEL CASTILLO TRONCOSO, 2000).

Em suma, procuramos evidenciar algumas das relações entre a história das mulheres na ciência e o movimento eugênico, como as relações de poder e as hierarquias entre os sexos se configuraram dentro desse movimento científico e social.

Na próxima seção apresentaremos uma biografia de Paulina Luisi a fim de analisar um de seus textos escritos sobre eugenia, objetivando evidenciar potencialidades da utilização desse texto em contextos de ensino de ciências e biologia.

3 PAULINA LUISI E A EUGENIA

Neste terceiro capítulo apresentamos uma biografia de Paulina Luisi baseada em fontes históricas secundárias, focando em aspectos importantes de sua vida bem como sua carreira acadêmica e relevância política e feminista, pontos que nos ajudarão na compreensão de um texto de Luisi sobre eugenia intitulado “*Algunas ideas sobre eugenia*”. Esse texto foi apresentado em 1916 durante o 1º *Congreso del Niño*, que ocorreu em Buenos Aires. Esse texto é apontado como uma fonte histórica com grandes potencialidades para a educação científica para discutir a história da eugenia na América Latina.

3.1 PAULINA LUISI: UMA MULHER NA CIÊNCIA

Sobre a história das mulheres nas ciências, Ilana Löwy (2020, p. 231) afirma que ao longo de muitos anos, a ciência e a pesquisa científica foram compreendidas como um espaço unicamente masculino, androcêntrico em sua essência; contudo, as mulheres sempre estiveram presentes, ora como colaboradoras, técnicas, ora como esposas, irmãs ou filhas, ora como pesquisadoras em tempo integral, mesmo que suas contribuições não sejam valorizadas ou ressaltadas. Como escreve Löwy, “[o] ‘sábio’ nunca era uma sábia” (LÖWY, 2020, p. 231).

Nesse contexto, a historiadora das ciências Margaret Rossiter cunhou o ‘efeito matilda’ para representar o fenômeno que afeta as mulheres nas ciências, uma desvantagem cumulativa, ou seja, as mulheres são frequentemente desvalorizadas, minimizadas e afastadas do acesso aos recursos para o desenvolvimento de suas carreiras (LÖWY, 2020, p. 237). Por isso, quando estudamos, conhecemos e ensinamos a história das mulheres nas ciências, temos a oportunidade de evidenciar que a ciência moderna “é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres” (SCHIEBINGER, 2001, p. 37).

Londa Schiebinger em seu livro “O feminismo mudou a ciência?” traz uma profunda revisão sobre a história das mulheres na ciência, apontando como a entrada delas em diferentes áreas de pesquisa acabou por modificar os próprios conteúdos, métodos e relações científicas outrora pacificadas por um processo de consenso

androcêntrico, ou seja, centrado nos olhares e nos corpos masculinos, de homens para homens.

Todavia, Schiebinger chama atenção para o fato de que embora as mulheres compartilhem histórias comuns, elas também têm vivido histórias diferentes. “Algumas mulheres eram proprietárias de escravos, outras eram escravas” (SCHIEBINGER, 2001, p. 48). Trazendo para o contexto dessa pesquisa: algumas mulheres eram alvos da eugenia, outras eram eugenistas, como é o caso da médica uruguaia Paulina Luisi.

Paulina Luisi foi uma educadora, médica, feminista, socialista e eugenia uruguaia, filha de pai italiano, formado em direito e pedagogo, e de mãe polonesa, professora e poliglota (VÁZQUEZ, 2011; VÁZQUEZ, 2012). Filha mais velha de oito irmãos, seis mulheres e dois homens, nasceu no ano de 1875 na cidade de Cónon, situada na província de Corrientes, na Argentina (SAPRIZA, 2011, p. 54), mas já no ano de 1878, com poucos anos de vida, mudou-se com sua família para o Uruguai, na cidade de Paysandú, que naquela época era uma próspera cidade que abrigava vários grupos de imigrantes italianos e espanhóis. Enquanto a mãe de Paulina criava uma escola baseada nos mais recentes princípios pedagógicos, seu pai adentrava na vida política local e frequentava os círculos maçônicos. Paulina e seus irmãos cresceram no seio de uma família liberal, preocupada com os problemas sociais e políticos de seu tempo (SAPRIZA, 2011; IBARBURU, 2014).

No momento em que Paulina Luisi ingressou no curso de magistério, no ano de 1887, a família toda se mudou para a capital Montevideo. Formou-se professora em 1890 e, três anos mais tarde, professora do segundo grau, mesmo ano em que começou a exercer a profissão, trabalhando até 1913 (IBARBURU, 2014).

Ingressou em 1900 na *Facultad de Medicina da Universidad de la República*. Formou-se em medicina em 1908, sendo a primeira mulher uruguaia a ter diploma universitário e também a primeira a lecionar na universidade³⁸ (SAPRIZA, 2011).

Margaret Rossiter, historiadora das ciências já mencionada por propor a ideia do 'efeito matilda', apresenta-nos outros conceitos importantes para compreender a história das mulheres na ciência que são úteis para compreender a própria história de Paulina Luisi. Londa Schiebinger conta-nos que Rossiter, nos primeiros anos da

³⁸ Clotilde Luisi e Luisa Luisi, suas irmãs, foram respectivamente a primeira advogada do Uruguai e uma destacada pedagoga.

década de 1980, desenvolveu dois conceitos para interpretar a massa de dados estatísticos que começava a emergir sobre o estado das mulheres nas ciências: a segregação ou exclusão hierárquica e a segregação ou exclusão territorial. O primeiro representa o ‘teto de vidro’³⁹, ou a ideia de que quanto mais se sobe na hierarquia científica menos mulheres são encontradas. O segundo conceito, a segregação territorial, expressa o fenômeno das mulheres se agruparem em disciplinas científicas, o que na época representava mais mulheres nas humanidades e ciências humanas e menos mulheres nas ciências da natureza e engenharias (SCHIEBINGER, 2001, p. 76-77; GALINDO; BETTINI, 2019). Tanto o conceito de segregação hierárquica quanto o de segregação territorial podem ser representados pela trajetória de vida de Paulina Luisi, já que ela simboliza a entrada das mulheres do Uruguai no ensino superior e na medicina, área que sempre teve bastante prestígio, em outras palavras: Luisi foi a primeira mulher a “furar” o teto de vidro que representava a ausência das mulheres no ensino superior. Entretanto, ela não se especializa em qualquer área da medicina, segue caminhos para ginecologia com especialização em dermatologia e enfermidades venéreas bem como em discussões sobre educação sexual, o que pode representar uma segregação territorial.

Em uma entrevista concedida em 1924, Luisi conta sobre sua experiência como a primeira mulher dentro da faculdade de medicina. Ela afirma que embora grande parte dos professores e colegas a apoiassem, alguns outros tentavam expulsá-la (EHRICK, 2005, p. 95). De acordo com Ehrick (2005, p. 96, tradução nossa), Luisi sofreu episódios de assédio enquanto estudava com seus colegas homens, como por exemplo no caso onde

é relatado que ela foi assediada por seus colegas que (...) teriam deixado um pênis humano, cortado de um cadáver, no bolso de seu jaleco. Segundo a história, Luisi ficou completamente perplexa com isso e, em vez da reação esperada de vergonha e horror, ela esperou

³⁹ “As características e a presença feminina podem gerar impedimentos ‘invisíveis’ na academia, traduzidos na ideia do ‘efeito do teto de vidro’ (...). O termo foi cunhado por Henri Etzkowitz e colaboradores, definido por Léa Velho e Elena León (1998, p.331) como “significando que mesmo as mulheres bastante qualificadas são bloqueadas na sua ascensão profissional por práticas discriminatórias, conflitos família-trabalho que as impedem de produzir tanto quanto os homens, e por traços de comportamento adquiridos durante o processo de socialização, que seriam ‘desfavoráveis’ ao sucesso profissional, tais como falta de agressividade, de ambição, etc.” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2010, p. 392).

até o final da aula e - segurando a parte do corpo ofensiva - perguntou a seus colegas de classe: "um de vocês perdeu isso?" Não surpreendentemente, Luisi não falou publicamente sobre este incidente.

Como fica evidente nesse episódio de assédio sofrido por Paulina Luisi, o processo de furar o "teto de vidro" do ensino superior no Uruguai no início do século XX não deve ter sido nada fácil. Esse episódio histórico da trajetória biográfica de Luisi pode ser utilizado em sala de aula para discutir a história das mulheres nas ciências. Agora, continuamos a compreender um pouco mais de sua biografia.

Como já dissemos, Paulina se especializou na área de ginecologia, e em seguida, em 1923, obteve especialização em dermatologia e enfermidades venéreas em Paris. Foi uma das fundadoras, no ano de 1910, do *Partido Socialista del Uruguay*, além de uma figura importante na constituição do movimento feminista daquele país, lutando ao longo de sua vida pelos direitos de saúde, civis, políticos e educativos das mulheres. Paulina Luisi também foi professora de *Higiene Social y Educación Profiláctica* na *Escuela Normal*, idealizadora e diretora do periódico *Acción Feminina* (1917-1919).

Essa revista, de acordo com Torres (2019, p. 3), era dirigida a leitoras de classe média interessadas em discutir sobre o papel da mulher nas mudanças sociais, políticas e culturais do século XX. *Acción Feminina*, não foi a primeira publicação feita pelas mulheres no Uruguai, mas certamente foi um periódico importante do movimento feminista do país, com participação decisiva de Paulina Luisi na condução. Como afirma Torres (2019, p. 7, tradução nossa) "a alma mater da revista foi Paulina Luisi".

Nesse sentido, a médica foi uma representante importante do movimento que se convencionou chamar de feminismo de primeira onda. Ao mesmo tempo em que lutava pelos direitos das mulheres e pela obrigatoriedade da educação sexual, Paulina também defendia a eugenia como um caminho científico para o desenvolvimento da sociedade uruguaia. Um dos temas que mais a preocupava como médica era a higiene social, área que se voltava a estudar as influências de certas condições sociais sobre a saúde da população, assim como as medidas sanitárias necessárias para mitigar tais efeitos nocivos (SAPRIZA, 2011; IBARBURU, 2014).

Segundo a historiadora uruguaia Gabriela Sapriza (2011), Paulina idealizava desde criança a figura do médico como aquele que poderia curar o homem e a sociedade pelo discurso científico. No começo do século XX, a figura do ‘médico público’ começava a emergir e circular. O corpo médico, em pleno processo de legitimação, assumia como sua a função de criar normas morais, controlando e disciplinando as vontades dos setores subalternos (SAPRIZA, 2011, p. 54).

A escolha de Luisi em estudar medicina a incluiu dentro da área das ciências e está relacionada com um grupo de mulheres que se comprometeram na luta por reformas sociais e igualdade de direitos entre mulheres e homens, ao mesmo tempo em que desenvolviam investigações científicas nos campos da maternidade, infância e sexualidade (SAPRIZA, 2011, p. 55).

Depois de formada, Paulina foi enviada em 1913 à Europa, pelo governo reformista de José Batlle y Ordóñez, para estudar higiene social. O período em que o Uruguai foi governado por Ordóñez ficou conhecido como Batllista⁴⁰, nome dado a uma corrente política do país inspirada nas ideias desse político. De modo geral, ele sustentava que, para o desenvolvimento de um país e de uma sociedade, o Estado deveria controlar aspectos básicos da economia por meio de monopólios estatais, bem como criar um amplo corpo de leis sociais, que, como resultado, forjaria uma sociedade de classe média sob a proteção de uma economia próspera e um Estado de bem-estar, intervencionista e redistribuidor de lucros (BARRÁN, 1999).

Em sua estadia na França, Paulina Luisi esteve em contato com o movimento feminista em plena efervescência (SAPRIZA, 2011, p. 56), bem como com uma corrente eugenista de característica latina, influenciada pelas prescrições morais da igreja católica e pela concepção de desenvolvimento humano neolamarckista, que levava em conta as influências ambientais e a herança dos caracteres adquiridos.

⁴⁰ Foi no período Batllista onde, por exemplo, foram aprovadas as seguintes leis: Lei do divórcio (1907); Lei do divórcio pela vontade da mulher (1913); Lei de jornada de trabalho de oito horas (1915).

FIGURA 2 - Paulina Luisi em diferentes fases de sua vida. (1) A primeira médica uruguaia - 1908; (2) A agitadora uruguaia - 1919; (3) A primeira mulher uruguaia que lutou pelos direitos femininos - Lê-se 'A Dra. Paulina Luisi deve ser a primeira parlamentar, vote na lista socialista 90 - Foi no ano de 1938 quando as mulheres pela primeira vez puderam votar e ser votadas no Uruguai.



Fonte: LETRA (2021).

Depois de sua estadia na Europa, Paulina multiplicou-se em diferentes campanhas em favor das mulheres, em especial promovendo a educação sexual e combatendo a prostituição e a sífilis (SAPRIZA, 2011, p. 56). Criou, em conjunto com outras mulheres no ano de 1916, o *Consejo Nacional de Mujeres*, com objetivo de

lutar pelo direito ao voto e por direitos civis para as mulheres (SAPRIZA, 2011, p. 55). Ao longo de sua vida apresentou trabalhos em inúmeros congressos e eventos científicos, em muitos deles como representante do país.

Em 1919 fundou a *Alianza Uruguaya para el Sufragio femenino*, que em 1923 passou a chamar-se *Alianza Uruguaya para el Sufragio*. O sufrágio feminino no Uruguai foi conquistado em 1932, sendo o primeiro país da América Latina a conseguir tal feito; entretanto, devido à ditadura de Gabriel Terra, as mulheres só foram votar pela primeira vez em 1938 (SAPRIZA, 2011).

De acordo com Cuadro Cawen (2018), a perspectiva feminista na qual Luisi se enquadrava era o feminismo liberal. Uma dentre tantas outras no Uruguai dos anos 1900⁴¹ (CUADRO CAWEN, 2018). Ehrick (1998, p. 407, tradução nossa) apresenta uma definição de feminismo liberal:

Defino o feminismo liberal naquele ramo ideológico do movimento de mulheres orientado para a conquista de direitos políticos e cívicos iguais para as mulheres dentro de uma estrutura geralmente capitalista e secular, incluindo mas não limitado a demandas por acesso igual à educação e às profissões, propriedade igual e direitos de cidadania e, claro, o voto

Como enfatizava também a historiadora Ehrick (1988), o feminismo liberal era um de outros tantos feminismos que coexistiam e competiam entre si no contexto uruguaio do início do século XX. Paulina Luisi era, como já afirmamos, a mais importante feminista liberal do país naquela época.

Esse feminismo liberal no Uruguai deve muito ao incentivo e à experiência de movimentos mais antigos do outro lado do Rio da Prata, na Argentina. Mas enquanto o feminismo liberal uruguaio pode ter sido inspirado e apoiado pelo exemplo argentino, o movimento rapidamente superou suas mentoras de muitas maneiras (EHRICK, 1998).

Outra faceta importante desse movimento pelos direitos das mulheres era sua natureza internacional, que ultrapassou barreiras culturais e linguísticas (EHRICK, 1998). Paulina Luisi, por exemplo, mantinha contato com feministas por todo o

⁴¹ Por exemplo: feminismo liberal, feminismo católico e feminismo anarquista (CUADRO CAWEN, 2018).

continente americano. Países como Estados Unidos, Argentina, Chile, México e Cuba eram destinos de suas cartas.

Por outro lado, esse feminismo de Luisi também pode ser compreendido como um 'feminismo por compensação' (VÁZQUEZ, 2012). De acordo com Vázquez (2012, p. 56),

o chamado 'feminismo por compensação' partia da ideia de que as mulheres eram um grupo diferenciado em termos legais e biológicos em relação aos homens. Essas diferenças acarretavam desvantagens para as mulheres e, por isso, o Estado deveria nivelá-las através das leis.

Os arquétipos femininos que Luisi defendeu são caracterizados pela "esposa reflexiva" e a "mãe consciente", qualificadores que existem sempre em relação aos outros, ou ao marido ou aos filhos (VÁZQUEZ, 2012). Entretanto, Luisi como socialista defendeu também os direitos dos trabalhadores: licença maternidade, regulamentação e controle do trabalho infantil, bem como acabar com jornadas intermináveis de trabalho. No entanto, o mesmo objetivo era também defendido de um ponto de vista eugênico, porque a falta de legislação trabalhista afeta o desenvolvimento racial, aumentando a mortalidade e as malformações fetais. Em outras palavras, degeneram a espécie (VÁZQUEZ, 2012).

No que tange a sua defesa da eugenia e da higiene social, sob os argumentos de que a saúde é responsável pelo combate às epidemias, de que a melhoria nos salários prevenia doenças e de que era necessário proteger a saúde da mãe trabalhadora, o corpo médico do Uruguai lutava pela melhoria das habitações populares e, também, pela melhoria das raças, que estava supostamente encurralada pela decadência das condições de vida (SAPRIZA, 2011, p. 59). De acordo com Ehrick (2005, p. 99-100), Paulina Luisi inicialmente defendia uma eugenia mais negativa com foco em esterilizações e abortos para controlar a reprodução dos considerados degenerados e, ao longo da década de 1910, foi suavizando sua defesa eugênica, aproximando-se de uma vertente mais positiva e ambientalista conforme sua virada para política socialista. Após 1919, sua defesa eugênica centra-se na discussão sobre educação sexual, na melhoria da saúde e das condições de vida da classe trabalhadora, bem como no que ela passou a chamar de triunvirato destruidor da espécie: alcoolismo, sífilis e tuberculose (MARINO, 2019, p. 248).

É possível resumir de maneira geral as influências políticas e científicas de Paulina Luisi em dois grandes grupos. Seu ponto de vista combinava a visão médica com a de feminista e reformadora social sob a influência do neolamarquista francês Adolphe Pinard⁴² (SAPRIZA, 2011, p. 62).

A doutora Paulina Luisi lutou para que a educação sexual fosse ministrada desde a infância (SAPRIZA, 2011, p. 69). Sua concepção de educação sexual tinha como objetivo conter os impulsos sexuais, promovendo a castidade e disciplinando a vontade através de exercício físico e alimentação adequada (SAPRIZA, 2011, p. 70). Entretanto, a educação sexual nunca foi implementada como política educacional oficial, salvo em programas destinados à formação de professores, onde Paulina teve grande influência, já que foi professora catedrática de Higiene Social para o curso de Magistério entre os anos de 1925 e 1930 (SAPRIZA, 2011, p. 73).

No ano de 1933, o Uruguai passou por um golpe militar produzido por Gabriel Terra, poucos meses depois da *Ley de sufragio femenino* (1932) ter sido aprovada. Como resultado dessa situação, a ditadura devolveu a Paulina seu temperamento mais político e combativo. Ela renunciou a todos os seus cargos oficiais em uma posição de oposição absoluta ao regime autoritário de Terra. Participou da frente de oposição ao golpe e foi um dos pilares do movimento de solidariedade com os republicanos espanhóis, que representavam uma das mais fortes resistências ao regime. Em 1938 fez um forte manifesto antifascista na conferência “Duas ideologias, duas culturas”, ação que foi um marco na luta contra o terrorismo. Contraditoriamente ou não, seus princípios a levaram a aconselhar as mulheres a não votarem nas primeiras eleições em que se valiam do direito. As eleições realizadas naquele ano foram fortemente contestadas por estarem legitimando os golpistas. A líder feminista na época sugeriu a abstenção porque ela entendia que os políticos conservadores liderariam as eleitoras que, supostamente, eram como ovelhas no rebanho. (SAPRIZA, 2011, p. 74).

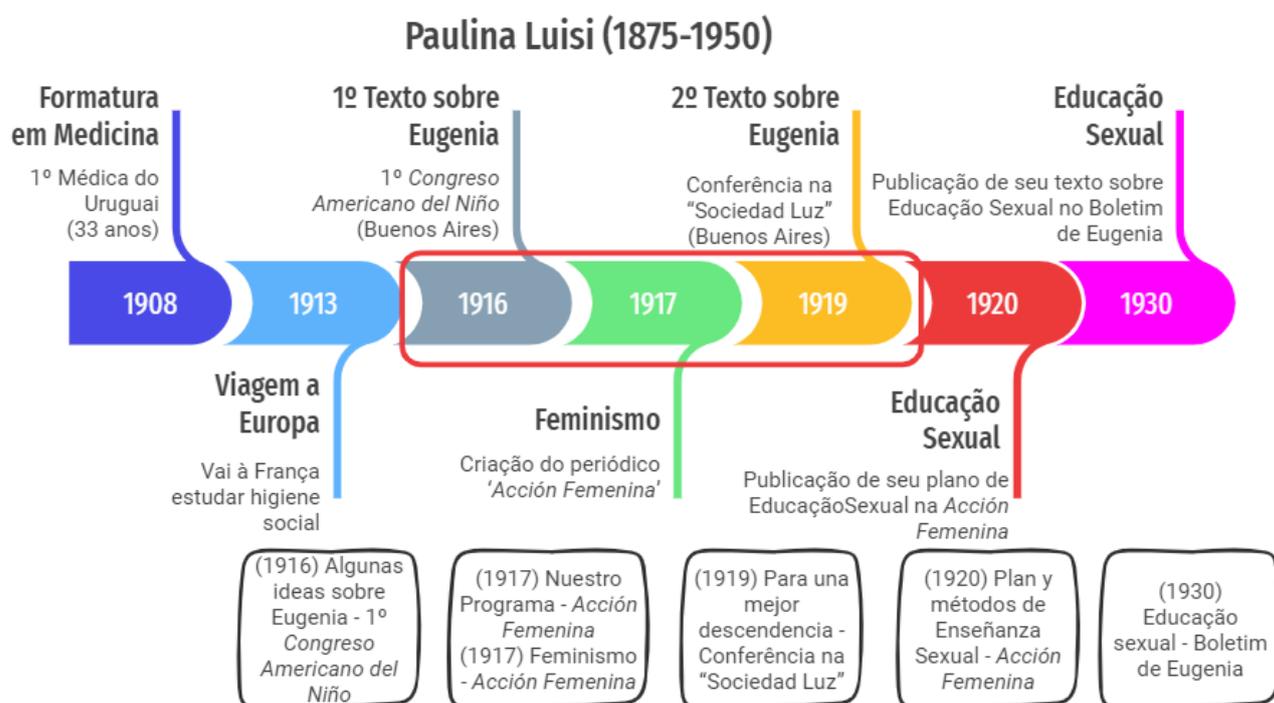
As primeiras parlamentares mulheres tomaram posse somente em 1942. Foi nesta legislatura (1943-1947) que a lei de direitos civis das mulheres, motivo pelo qual

⁴² Adolphe Pinard foi médico obstetra conhecido por ter popularizado a puericultura, ciência derivada da medicina que se preocupava principalmente com os cuidados frente à descendência, sobretudo os cuidados referentes ao período pré natal e pós natal, os cuidados durante e depois da gestação (SCHNEIDER, 1986).

Paulina lutou grande parte de sua vida, foi aprovada no ano de 1946 (Lei 10.783) (SAPRIZA, 2011). Por fim, na década de 1940, foi candidata pelo Partido Socialista.

Paulina Luisi morreu no dia 16 de julho de 1950, dia conhecido pelos uruguaios como *Maracanazo*, data em que o Uruguai venceu o Brasil na final da copa do mundo daquele ano. Na Figura 3 podemos ver uma representação do recorte temporal da trajetória de vida de Paulina Luisi. Essa linha do tempo começa em 1908, ano no qual a autora se forma em medicina e termina em 1930, ano em que seu texto sobre educação sexual eugênica é publicado por Renato Kehl no periódico "Boletim de Eugenia" - principal periódico brasileiro sobre eugenia. Nessa linha do tempo também estão representados o ano em que Luisi viajou para França para estudar higiene social, bem como a data de importantes publicações da autora sobre eugenia, feminismo e educação sexual. O retângulo vermelho entre os anos de 1916 e 1919 caracteriza o período no qual, segundo Sapriza (2011), Paulina teria mais se dedicado ao estudo e divulgação da ciência eugênica. Por fim, na parte inferior da imagem estão representados alguns textos com seus respectivos títulos e ano de publicação.

FIGURA 3 - Linha do tempo da trajetória de Paulina Luisi



Fonte: Os autores (2023).

3.2 ALGUMAS IDEIAS SOBRE EUGENIA (1916)

Nesta seção, analisamos um texto sobre eugenia escrito por Paulina Luisi no ano de 1916. O texto se chama "*Algunas ideas sobre Eugenia*" e foi apresentado no 1º *Congreso Americano del Niño*, que ocorreu em Buenos Aires. Iremos compreendê-lo por meio de seu contexto de produção para em seguida, refletirmos sobre suas potencialidades para a Educação em Ciências, sobretudo para discutir questões referentes à História da Ciência (HC).

Como apontaram Teixeira e Silva (2017a) por meio de uma revisão sobre eugenia e educação, existe pouca representatividade do tema na área de educação e ensino da CAPES. Apenas 20 artigos foram recuperados em 50 anos de recorte histórico (1963-2014), tanto em revistas nacionais e estrangeiras. Na maior parte desses artigos, a eugenia não era o tema central, sendo citada apenas brevemente. E, quando citada, na maior parte dos textos eram discutidos exemplos da eugenia

nazista e estadunidense. Como fica nítido com os resultados de Teixeira e Silva (2017a), há uma necessidade de se ampliar os estudos do Movimento Eugênico quando temos o objetivo de mobilizá-lo dentro da educação científica - é preciso discutir a eugenia uruguaia e a eugenia latino-americana.

Com base nessa constatação, procuramos apontar agora algumas potencialidades desse artigo de Paulina Luisi para discutir a história da ciência na educação científica. Sobretudo, para colocar sobre a mesa questões e discussões que ultrapassem os limites que Teixeira e Silva (2017a) encontraram sobre o tema na área de pesquisa de Educação em Ciências. Decidimos organizar a discussão do texto seguindo os quatro mitos sobre a eugenia descritos pelo historiador Mark Adams (1990).

3.2.1 Contexto de Produção

3.2.1.1 Uruguai e Paulina Luisi

O Uruguai das primeiras décadas do século XX é reconhecido como o primeiro estado de bem-estar social da América Latina (EHRICK,1998). O país foi caracterizado por ter uma grande classe média e avançada legislação social. Como apontam María Vázquez e Alvaro García (2018, p. 1), o Uruguai desse período histórico passou por uma consolidação política e social na onda da corrente política conhecida como *batllismo*, setor dominante na época, construindo assim a ideia de um 'país modelo'.

Foi nessa toada estadista e progressista que medidas como regulações do trabalho, educação gratuita nos três níveis e leis sociais como aposentadorias e pensões foram aprovadas e postas em prática (VÁZQUEZ; GARCÍA, 2018, p. 1-2). Avanços legislativos foram acompanhados por uma crescente atividade econômica e obras públicas que revelavam a grandeza da ordem liberal democrática uruguaia. "Uma sociedade com fortes vínculos democráticos e sociais" (VÁZQUEZ; GARCÍA, 2018, p. 1-2, tradução livre).

Os uruguaios também foram relevantes em outras características (BIRN, 2006, p. 683):

ao estabelecer desde cedo o bom funcionamento do Registro Civil, ao retardar a inauguração de sua Faculdade de Medicina⁴³, ao atingir taxas de mortalidade infantil mais baixas do que em muitos países da Europa e ao experimentar uma longa estagnação da mortalidade infantil.

Nesse sentido, além de transformar-se em um modelo de estado de bem-estar social na América Latina, o Uruguai foi palco de importantes lutas por direitos sociais das mulheres que, devido ao contexto, foram também conquistadas (TORRES, 2019, p. 12). O resultado dessa confluência de fatores sociais e políticos formou, nas palavras da historiadora Christine Ehrick, um ambiente propício para a mobilização política das mulheres, principalmente das feministas liberais (EHRICK, 1998, p. 407).

Paulina Luisi era uma dessas feministas liberais, a propósito, a mais importante líder feminista uruguaia (EHRICK, 1998, p. 408). Segundo Anne-Emanuelle Birn (2006, p. 693), ela foi uma ativista bastante ativa nos grupos regionais, científicos e de bem-estar infantil e que obteve reconhecimento e relevância internacional.

Paulina Luisi era uma intelectual bastante presente nos círculos socialistas de Buenos Aires, bem como, entre os médicos. Diego Armus (2016, p. 160) afirma que ela defendia os nomeados 'procedimentos negativos' ou 'eugenia negativa', pois advogava a favor da esterilização, do aborto, de práticas anticoncepcionais assim como os exames pré-nupciais. Ela defendia que o aborto não deveria ser somente um direito particular da mulher, mas sim um dever delas quando se tratava do nascimento de um tuberculoso, louco, portador de sífilis ou alcoólatra.

3.2.1.2 1º Congreso Americano del Niño

O texto "*Algunas ideas sobre eugenia*" foi apresentado em 1916 na primeira edição do "*Congreso Americano del Niño*". É a primeira referência que se tem documentada de um(a) uruguaio(a) abordando o tema da eugenia explicitamente como uma problemática (RODRÍGUEZ ANTÚNEZ, 2019, p. 82). A própria autora, no início de sua fala, defende que o assunto precisava ser debatido de forma mais intensa no evento. Segundo suas palavras (LUISI, 2022, p. 236), seu texto

⁴³ "O início relativamente tardio da Faculdade de Medicina do Uruguai, décadas – senão séculos – depois da fundação de escolas médicas nas principais cidades da América Latina, significou que o *establishment* médico no Uruguai foi menos enraizado que o dos países vizinhos" (BIRN, 2006, p. 681).

responde apenas ao desejo de chamar a atenção dessa ilustre assembleia para os importantes problemas colocados pela Eugenia com a secreta esperança de que o estudo desta ciência tenha o lugar que merece no próximo Congresso.

Embora o texto de Luisi trate de eugenia, esse não era o tema central do evento. Os Congressos da Criança⁴⁴, caracterizados por serem fóruns de encontros entre filantropos e intelectuais, tinham como principal objetivo discutir “a temática infância em suas diversas faces (médica, educacional, jurídica, assistencial) no movimento da valorização estratégica da infância” (BUENO; CORDEIRO, 2019, p. 374).

Em suas diferentes edições, o Congresso examinou questões como “abandono infantil, adoção, medicina pediátrica, educação de crianças deficientes, direito juvenil e a situação das crianças de rua” (GUY, 1988, p. 273, tradução nossa). Entre as edições de 1916 e 1942, a grande finalidade dos participantes era pensar em mecanismos estatais para promover o bem-estar infantil; após 1942 os interesses se modificam para os direitos individuais das crianças.

Como bem aponta a historiadora Donna Guy (1988, p. 273), apesar de em alguns momentos os congressistas defenderem medidas eugênicas por meio de um envolvimento forte do estado na saúde pública, como no caso do texto de Luisi, o que agradava mais os latino-americanos era uma abordagem mais moderada.

Como resultado desses Congressos foi criado em Montevideo o *Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia*, no ano de 1927, organização com caráter internacional (GUY, 1988). A ideia de um documento chamado “código das crianças”, já vinha sendo gestada nesses encontros, principalmente pelos latino-americanos.

O primeiro código das crianças foi promulgado pelo Brasil em 1927, Costa Rica foi o segundo país em 1932, seguidos pelos uruguaios em 1934. Eles abriram caminho para “estabelecer parâmetros para que o emergente estado de bem-estar social regule o trabalho de crianças e mães” (GUY, 1988, p. 284).

⁴⁴ As primeiras edições do *Congreso del Niño*: Buenos Aires 1916, Montevideo 1919, Rio de Janeiro 1922, Santiago 1924, Havana 1927, Lima 1930, Mexico City 1935, Washington 1942, Caracas 1948 (GUY, 1988).

Como já afirmamos na seção 3.2.4 desta dissertação, o *Código del Niño*⁴⁵ uruguaio é considerado por Nancy Stepan (1991, p. 184-185) como uma representação paradigmática de como a eugenia latino-americana funcionava: “uma abordagem de saúde pública e de bem-estar social, não coercitiva, direcionada à criança”⁴⁶. No mesmo sentido, nas palavras de Guy (1888, p. 285, tradução nossa): “O código infantil uruguaio deu continuidade aos esforços para expandir o controle estatal sobre as atividades de resgate infantil e programas de ajuda materna”.

Portanto, esse evento não era uma conferência qualquer. Esses encontros marcaram uma virada no que diz respeito à responsabilidade estatal frente às crianças e às mulheres. De acordo com Asunción Lavrin (1998, p. 109-110) o 1º *Congreso Americano del Niño* “refletiu as preocupações dos reformadores sociais em várias esferas da vida e suas convicções sobre a vulnerabilidade dos membros ‘mais fracos’ do corpo social”.

Essa primeira edição da conferência ocorreu em um contexto de celebração do centenário de independência da Argentina, em julho de 1916. Sua organização foi coordenada por uma liga de mulheres socialistas chamada *Liga para los Derechos de La Mujer y El Niño* e registrou a participação de 200 inscritos de 13 países (SOUZA; CORDEIRO, 2015, p. 7).

A seguir, apresentamos o artigo de Paulina Luisi seguindo os quatro mitos sobre a eugenia, visando assim apontar possíveis discussões pertinentes à história das ciências e à educação científica.

3.2.2 Potencialidades para a Educação Científica

3.2.2.1 Primeiro mito: a eugenia não única

Um das primeiras questões que me chamou a atenção quando conheci Paulina Luisi e seus textos sobre eugenia foi a potencialidade para discutir os quatro mitos sobre eugenia descritos pelo historiador Mark Adams (1990). De uma só vez, o

⁴⁵ Apresentado em 1934 durante o *Second Pan American Conference of Eugenics and Homiculture*, em Buenos Aires.

⁴⁶ “Embora o código abrisse espaço para questões de hereditariedade e o “direito da criança de ser bem-nascido”, baseava-se na suposição de que nem todas as características humanas eram hereditárias” (NANCY, 1991, p. 185, tradução nossa).

texto “Algumas ideias sobre eugenia” (NICOLADELI, 2022; LUISI, 1916) consegue abordar todas essas quatro questões sobre a história da eugenia. A seguir vamos explicitar de que forma isso acontece.

Como já escrevemos na seção 2.2 desta dissertação, Mark Adams (1990), ao investigar os movimentos eugênicos pelo mundo, estabeleceu quatro grandes mitos sobre a compreensão da eugenia. Acreditamos que os quatro mitos sobre eugenia (ADAMS, 1990) se materializam no campo de estudos em educação científica, assim como apontado por Teixeira e Silva (2017a), que demonstram que a área de pesquisa em educação científica ainda compreende, com certas exceções, a eugenia como um fenômeno pseudocientífico posto em prática quase que exclusivamente pela Alemanha nazista ou pelos Estados Unidos.

O primeiro mito, a ideia de que o movimento eugênico teria sido único, coerente e principalmente anglo-estadunidense, pode ser fortemente atacado com uma leitura contextualizada de Paulina Luisi e seu artigo. A médica em seu texto, deixa nítida as discussões dentro do movimento eugênico a respeito de inúmeras questões teóricas e práticas sobre as quais não havia consenso. Luisi põe em evidência debates sobre a descendência dos doentes mentais, dos alcoólatras e dos portadores da tuberculose e sífilis. Argumentando que os filhos desses pais só poderiam ser degeneradores, pergunta: *“como evitar o nascimento daqueles considerados inadequados?”* Em seu texto, a médica demonstra que parte da comunidade de eugenistas defendia a esterilização, outra parte defendia a necessidade de um atestado médico para ter legalmente o direito de se casar e ter filhos (teste pré-nupcial). Ela própria defende a possibilidade do aborto eugênico para evitar o nascimento dos considerados por ela degenerados ou, como Luisi mesmo argumenta: *“diante da possibilidade de tais frutos [degenerados], é melhor destruir os embriões!”* (LUISI, 2020, p. 244).

Mas o que Paulina Luisi realmente defendeu nesse texto? Donna Guy (1988, p. 279, tradução nossa) resume o que Paulina Luisi defendeu e qual foi a repercussão dentro da conferência:

alguns discursos polêmicos, entre eles a exortação da médica uruguaia Paulina Luisi para apoiar a esterilização de indivíduos geneticamente e mentalmente inaptos, bem como o aborto a pedido de mulheres casadas

obrigadas a submeter-se às exigências sexuais de seus maridos. Ela defendeu seus pontos de vista argumentando que crianças nascidas de pais defeituosos, assim como aquelas concebidas sob violência, nunca seriam fortes o suficiente para suportar a luta darwiniana pela sobrevivência. Embora ela acreditasse que a melhor maneira de lidar com essas questões seria por meio da responsabilidade pessoal à reprodução, seus comentários provavelmente chocaram tanto feministas quanto antifeministas. Sua estratégia no limite defendia a necessidade das mulheres de controlar suas atividades de reprodução ao custo de defender leis de eugenia patrocinadas pelo estado.

Outra autora que discute o significado e a repercussão do texto de Paulina Luisi é Christine Ehrick (2005, p. 99, tradução nossa):

Em uma palestra que gerou bastante controvérsia, Luisi falou francamente sobre a necessidade de limitar a procriação de pessoas física e mentalmente inaptas endossando a vasectomia e até mesmo o aborto (a critério do médico; ou seja, esterilização potencialmente involuntária e interrupção da gravidez) como uma maneira de limitar a reprodução degenerada ou "incivilizada". Entre as outras políticas eugênicas que ela endossou em 1916, Luisi defendeu leis que criminalizassem a transmissão de doenças venéreas e endossou a maior disponibilidade de contracepção. Ela também apoiou, em teoria, certificados de saúde para casamento, embora reconheça que tal legislação era improvável na América Latina.

Assim, podemos afirmar que Paulina Luisi discute o estado da ciência eugênica na época, com foco particular em como evitar o nascimento daqueles que são considerados degenerados. Após uma parte inicial e introdutória do texto, Luisi inicia uma discussão dos principais métodos eugênicos que existiam e já estavam em utilização em distintos países, usando como base citações de alguns cientistas e professores. A autora fala dos certificados pré-matrimoniais, da educação sexual eugênica, das esterilizações, dos métodos contraceptivos e do aborto eugênico. Em todas as práticas citadas, Luisi enfatiza a discussão e o dissenso, evidenciando diferentes visões e interpretações sobre os temas.

Sobre os certificados pré-matrimoniais, Luisi (2020, p. 239) escreve:

Henri Cazallis (*Science et mariage*), o primeiro na França, propôs como requisito para o casamento o exame médico como apresentação de um atestado de aptidão generativa (...). Muitos pensadores o seguiram nesta ordem de ideias. Um certificado de boa saúde foi proposto com argumentos sérios e valiosos.

No entanto, a autora cita outros pensadores que tinham visões diferentes, como é o caso de Trelart que defendia “a regulamentação legislativa do casamento” (LUI SI, 2020, p. 239), ou Gresset que propunha substituir “esse meio legal por uma espécie de conselho de família consultivo com médicos” (LUI SI, 2020, p. 239), ou ainda MacLaren que defendia que “entre os trâmites legais esteja a contratação de um seguro” (LUI SI, 2020, p. 239).

Continuando nessa linha de raciocínio, Luisi aponta que Schallmeyer defendeu com veemência “a interdição do casamento de pessoas acometidas por doenças venéreas” (LUI SI, 2020, p. 239), enquanto Wylm “gostaria que os futuros cônjuges fossem examinados por um médico que lhes emitisse um certificado declarando-os livres de doenças transmissíveis” (LUI SI, 2020, p. 239). Por outro lado, Zuccarelli e Lombroso defendiam a esterilização dos criminosos, pois aceitavam a herança da criminalidade. Entretanto, Luisi deixa claro que tais ideias não eram majoritárias em todos os países onde a eugenia circulava: “Esses votos expressos por higienistas e sociólogos são minoritários em alguns países” (LUI SI, 2020, p. 240).

Nesse ponto do texto, Luisi aceita que dificilmente os certificados pré-matrimoniais seriam aplicáveis para os meios sociais para qual ela discursava, todavia, a autora defendia que a propagação de infecções deveria ser considerada um crime. Nas palavras da autora (LUI SI, 2020, p. 240),

esses procedimentos dificilmente seriam aplicáveis aos nossos meios sociais; mas as doenças venéreas teriam de estar entre as muitas doenças notificáveis; a propagação dessas infecções deve ser considerada um crime. Para que essas disposições tenham força de ação, todos os médicos que não relatam doenças contagiosas devem ser punidos e as autoridades devem fazer cumprir essas penalidades.

Ao chegar ao tema da esterilização, Luisi cita o Sr. Antonio Wylm, eminente médico e magistrado francês, para defender que a comunidade teria o “dever de prevenir a possibilidade de descendência prejudicial à saúde” (LUI SI, 2020, p. 242). E uma dessas formas de prevenção seria, portanto, a esterilização eugênica. Tal procedimento já havia sido proposto em diversas partes do mundo e estava, na época, em profundo crescimento nos Estados Unidos da América. Luisi chama atenção para o fato de que (LUI SI, 2020, p. 242)

[o] estado de Indiana (EUA) já fez isso. A lei de 9 de maio de 1907 diz: “Considerando que a herança desempenha um papel muito importante na transmissão do crime (...) Caso os peritos e o Conselho julguem que não é aconselhável permitir a procriação aos examinados e se não houver probabilidade a favor do seu melhoramento mental, os cirurgiões estão autorizados a torná-los inférteis pela operação que consideram a mais segura e eficaz. Esta operação só será realizada em sujeitos declarados não passíveis de melhorias.” Após a promulgação dessa lei, mais sete estados da União deram continuidade ao mesmo movimento: Connecticut, Califórnia, Iowa, Nevada, Nova Jersey, Washington e, posteriormente, em 1912, o estado de Nova York. No entanto, o valor constitucional dessas leis tem sido fortemente contestado e apenas Indiana e Califórnia as adotaram sem muita dificuldade.

Nessa passagem, ficam evidentes as disputas jurídicas entre os estados dos EUA para a implementação ou não da lei de esterilização eugênica. O estado de Indiana foi pioneiro ao promulgar a lei no ano de 1907, seguido por outros sete estados, porém, apenas dois deles adotaram tais procedimentos sem dificuldade; nos outros estados, fortes contestações foram feitas acerca do valor constitucional.

Paulina termina seus comentários sobre a esterilização afirmando que “apesar dessas observações e das centenas de sujeitos operados, a esterilização eugênica ainda está em fase experimental” (LUISI, 2020, p. 243). Em outras palavras, não há consenso entre os eugenistas, o que deixa em evidência o primeiro mito da eugenia de Mark Adams (1990): o de que se tratava de um movimento único e coerente.

Por outro lado, entre seus argumentos, destaca-se a defesa do aborto eugênico, em detrimento da prática de castração ou esterilização, pois, segundo Paulina, daria mais segurança às mulheres. Paulina Luisi (2020, p. 243) afirma que

a esterilização não oferece perigos iguais para ambos os sexos; completamente inofensiva nos homens, a operação é delicada nas mulheres, embora o perigo seja diminuído com o progresso da cirurgia moderna. Observamos também que o homem é muito mais prejudicial à espécie do que a mulher, devido ao maior número de seres que pode gerar.

Esse é um dos argumentos contrários à esterilização eugênica que Luisi aponta. Luisi também escreve que alguns autores criticam tal procedimento, pois poderiam levar a uma queda das taxas de natalidade ou mesmo que “outros autores reprovam essas práticas esterilizantes porque as consideram um ataque irreparável aos direitos humanos” (LUISI, 2020, p. 243). Entretanto, Luisi fica do lado dos autores

que defendem o uso da esterilização, pois compreende que “liberdade absoluta de reprodução é um erro” (LUI SI, 2020, p. 243). Luisi (2020, p. 243) escreve que

a não reprodução de seres perturbados física ou mentalmente é, portanto, uma necessidade social; uma necessidade análoga às reações de um organismo contra os germes que atacam sua vitalidade. Vimos os meios que atualmente estão ao nosso alcance para o prevenir: a castração, infalível nos seus resultados, mas de aplicação muito limitada, e os procedimentos contraceptivos, inofensivos, mas nem sempre eficazes.

É a partir desse ponto no texto que a autora acrescenta o aborto eugênico como uma prática necessária ao futuro da raça e da espécie. Seguindo seu raciocínio, se nenhum dos métodos contraceptivos tratados até o momento funcionar, o que fazer com tal gestação? “É conveniente permitir que se desenvolvam, condenando-os a toda infelicidade a que as suas condições de vida os destinam?” (LUI SI, 2020, p. 244). Luisi continua da seguinte forma (LUI SI, 2020, p. 244): “Em nome da misericórdia do indivíduo; em nome do interesse da raça, permitimo-nos afirmar que estes germes devem ser destruídos”.

Luisi não estava alheia aos calorosos debates sobre a moralidade do aborto (LUI SI, 2020, p. 244).

Não somos enganados pelas projeções desta declaração; conhecemos seu escopo; sabemos que vai contra a corrente das ideias hoje aceitas; sabemos que vai contra a legislação penal de todos os países, mas estamos convencidos de que é a única solução natural, justa, lógica e moral para este intrigante problema que contém em sua declaração os interesses da sociedade e do destino da espécie!

Para justificar essa defesa do aborto eugênico, Luisi cita o autor francês Alfred Naquet, quando ele diz que (LUI SI, 2020, p. 245) “há casos em que o aborto me parece não só um direito, mas um dever seja qual for o ambiente. Isso acontece quando se trata de expulsar o fruto doentio de um tuberculoso, de um sífilítico, de um alcoólatra, de um louco”.

Todavia, é necessário esclarecer como seria esse aborto eugênico defendido pela autora. Quase no fim de seu texto, Luisi escreve o seguinte (LUI SI, 2020, 246):

queremos defender a legitimidade do aborto para muitos casos que até agora não foram considerados, ou não foram discutidos e respondidos. A ideia de

querer justificar esta operação em todos os casos está longe de nossas mentes. Acreditamos apenas que no interesse do indivíduo e da espécie, ela é indicada em muitas mais ocasiões do que aquelas em que é verificada. Referimo-nos ao aborto realizado por um médico e consideramos sua determinação dependente de um critério científico baseado em estudo clínico prévio dos pais.

Esse ponto do texto sobre aborto eugênico merece uma maior ênfase. A defesa do aborto por feministas sufragistas da primeira onda do feminismo é incomum. De acordo com Vázquez (2012, p. 65), “segundo as teorias sobre as ‘ondas’ do feminismo, o aborto seria um tema de interesse das feministas da segunda onda, principalmente, e não tanto da primeira”. Nesse sentido, Luisi marca uma exceção. Uma médica, feminista e eugenista que ao invés de criticar o aborto, defendia sua prática. Ao mesmo tempo que concebe o aborto como um dever moral da mãe, também compreende esse ato como justo, sobretudo quando feito por mães trabalhadoras sem renda para subsidiar os filhos (VÁZQUEZ, 2012, p. 65).

Ao fim de seu texto, Luisi escreve sete conclusões que servem como sumário de seu texto. A autora diz o seguinte (LUISI, 2022, p. 247):

Conclusões

- 1° Os Estados devem tomar medidas de saúde para proteger a reprodução de nossa raça contra a degeneração física e mental;
- 2° Essa ação deve ser limitada atualmente aos sujeitos acometidos por doenças que produzem distrofias hereditárias e degenerações mentais;
- 3° A ação profilática contra a degeneração das espécies deve ser auxiliada por uma ampla divulgação dos conhecimentos úteis para esse fim: a atenção do povo deve ser chamada para a influência exercida pelo estado físico e mental dos pais no momento da concepção;
- 4° Os Estados devem promulgar leis severas sobre a repressão ao alcoolismo e o uso sem receita médica de substâncias tóxicas, cocaína, éter, morfina etc., punindo rigorosamente os infratores;
- 5° Devem também tomar as mais severas disposições sobre a profilaxia venérea;
- 6° Haveria conveniência social para que os Estados revisassem sua legislação penal sobre o aborto, a fim de dar ao médico mais espaço para justificá-lo e a fim de aumentar o número de circunstâncias atenuantes;
- 7° É uma necessidade vital para o futuro da raça que os Estados providenciem urgentemente uma melhora dos ambientes profissionais, a fim de suprimir ou diminuir todas as causas que atuam extrinsecamente no organismo dos pais, enfraquecendo-os ou empobrecendo-os.

Portanto, fica bastante evidente a complexidade do movimento eugênico quanto às ações práticas defendidas, sem falar das bases teóricas para justificar tais ações. Ao mesmo tempo em que notamos esta pluralidade dentro do movimento eugênico, ao pensarmos sobre as discussões sobre ciência, verificamos que Luisi destaca a ciência, através da figura do médico como instância de decisão sobre “o outro”. Um outro considerado, a partir do viés eugenista, incapaz de ser cuidado, de cuidar, de viver bem. “Em nome da misericórdia do indivíduo; em nome do interesse da raça, permitimo-nos afirmar que estes germes devem ser destruídos”. Essas visões de ciência também são alvo de discussão na educação científica, pois ainda são verificadas na atualidade na formação de cientistas. Quem decide sobre o mundo? A ciência, representada em sua figura de verdade e autoridade para inclusive salvar “os outros”? - aqueles que não fazem a ciência?

3.2.2.2 Segundo mito: a eugenia é apenas mendeliana

O segundo mito é que a eugenia estava intrinsecamente ligada à genética mendeliana (ADAMS, 1990), algo que também se caracteriza como falso, uma vez que na tradição latina o movimento eugênico teve uma forte influência do neolamarckismo. Paulina Luisi em seu texto dá várias demonstrações de neolamarckismo. A primeira, e mais evidente, é a compreensão dos “venenos raciais”, o que ela também chama em outro texto de “*triumvirato destructor de la especie*” (LUI SI, 1919), que é a união dos efeitos transgeracionais da tuberculose, sífilis e do alcoolismo. Podemos verificar essa discussão nos seguintes excertos do texto em questão (LUI SI, 2020, p. 238-239, grifos nossos):

Todos os seres que se encontram em condições temporárias ou permanentes de inferioridade e, portanto, propensos a dar origem a produtos de baixa qualidade, devem abster-se de procriar. É, ao mesmo tempo, uma necessidade de saúde e de bem-estar para o futuro filho, porque de pais fracos só se obtêm filhos fracos e enfermos, destinados a levar uma vida de dor e pobreza física, sujeitos a todos os defeitos de herança, terreno propício a todas as doenças orgânicas e morais. Todos nós sabemos a ação que a dor física e a inferioridade fisiológica exercem sobre o ser moral para deprimi-lo ou aniquilá-lo.

Essa incapacidade de procriar deveria ser levada em consideração pelas autoridades científicas e pela sociedade sempre que uma família é

estabelecida. Já por ocasião de dois grandes flagelos da humanidade, a **tuberculose** e a **sífilis**, este problema tem sido estudado com determinação

Nessa passagem, Luisi resume sua eugenia afirmando que certas pessoas devem contribuir com as próximas gerações enquanto outras não. A autora separa, portanto, as pessoas entre inferiores e superiores em termos fisiológicos, de defeitos hereditários e de venenos raciais ou enfermidades.

Essas três condições (sífilis, tuberculose e alcoolismo), cada uma à sua maneira, teriam a potencialidade de degenerar o corpo dos indivíduos até certo ponto de poder destruir, contaminar, envenenar ou piorar o plasma germinativo, ou seja, as células sexuais - os espermatozoides e óvulos. Acontecendo, portanto, uma herança dos caracteres adquiridos. A eugenia preventiva que se firma na necessidade de evitar os venenos raciais para impedir a degeneração da espécie é um exemplo de compreensão do desenvolvimento humano por meio da herança dos caracteres adquiridos.

Luisi (2022, p. 238) quando se refere aos estudos das leis da herança, ou leis de Mendel, afirma que são em grande parte “especulativos, pois as teorias que a regem ainda estão em discussão. O estudo biológico da herança, embora tenha entrado no campo da experimentação, está sujeito às variações que os resultados laboratoriais impõem”.

Portanto, ao mesmo tempo que Luisi afirma a potencialidade dos estudos laboratoriais com base nas leis da herança de Mendel, ela também coloca um limite em sua capacidade de generalização. Ou seja, a vida real pode ir além das formas mendelianas de herança.

Em outras palavras, diferente de uma eugenia anglo-saxônica que, de maneira geral, foca em uma interpretação determinística do ser humano por meio das leis da herança de Mendel, dando valor ao plasma germinativo somente, os eugenistas latino-americanos colocam em evidência o ambiente e as condições de procriação. A partir de uma visão eugenista latino-americana, somente a condição de saúde das células sexuais para uma reprodução eugênica não é suficiente, a condição de saúde do indivíduo como um todo no momento da concepção é essencial para evitar a descendência degenerada.

Algumas outras dimensões da eugenia latino-americana (não mendeliana) que o texto de Paulina Luisi faz emergir são: a eugenia maternal (puericultura e maternalismo), eugenia matrimonial (atestados pré-nupciais) e a própria questão da latinidade da eugenia.

Quanto à eugenia maternal, o artigo de Paulina Luisi apresenta questões sobre ciências e palavras esquecidas, como a ciência da puericultura, o cuidado pré e pós natal, e a ciência da maternologia - que alçou a maternidade ao *status* de ciência. A maternidade passa a ser uma causa da nação, a mãe não daria à luz um filho para seu pai, mas um cidadão para a pátria. Tanto a puericultura quanto a maternologia foram ciências que se relacionaram com a eugenia no começo do século XX, primeiro na França e em seguida nos países latino-americanos.

O contexto francês da virada do século XIX para XX refletia baixas taxas de reprodução e taxas altas de mortalidade maternas e infantil (STEPAN, 2005). O medo da degeneração da espécie e o pavor do despovoamento começaram a produzir campanhas de pró-natalismo, movimentos científicos e sociais que incentivavam o nascimento e a produção da população. Nessa toada, uma palavra que tinha sido criada em 1865 volta ao debate político francês: a puericultura.

De acordo com Stepan (2005, p. 85), foi Adolphe Pinard, grande referência para Luisi, que deu impulso à ciência da puericultura. Pinard “definia puericultura como a pesquisa do conhecimento relativo à reprodução e à conservação e aprimoramento da espécie humana” (STEPAN, 2005, 86). Esse médico obstetra francês dava importância principalmente ao momento da procriação, pois, em sua concepção, fatores ambientais e a saúde dos pais tinham a capacidade de prejudicar o futuro nascimento. Cansaço, uso de tabaco, álcool e outras drogas, bem como deficiências alimentares poderiam alterar as células sexuais pondo em risco o parto e a própria criança (STEPAN, 2005, p. 88). Como resume bem Nancy Stepan (2005, p. 86):

Evitando uma distinção rígida e definitiva entre hereditariedade e meio ambiente, eles davam considerável atenção ao meio no qual ocorria a reprodução porque este era visto como fonte de “venenos” reprodutivos que poderiam ter consequências desastrosas para as futuras gerações

Por isso, geralmente a discussão sobre eugenia nos países latinos da Europa e na América vinham acompanhadas dos temas da medicina obstetrícia, bem-estar

infantil, assim como campanhas contra doenças venéreas, tuberculose e alcoolismo (STEPAN, 2005, p. 89). A puericultura e a eugenia, nesse contexto, se uniram para defender a importância da amamentação, da alimentação infantil, do cuidado pré e pós-natal e na necessidade de evitar os considerados “venenos raciais” durante a gestação.

Essa eugenia pró-natalista dos franceses, que depois influenciou inúmeros países do outro lado do atlântico, estava preocupada com o aprimoramento das condições que propiciavam a reprodução eugênica ao invés de se preocupar com a redução da reprodução dos inadequados (STEPAN, 2005, p. 92). Paulina Luisi, por ter morado e estudado na França durante essa época, foi muito influenciada pelos franceses. Fica clara a influência do contexto de formação imediata da cientista na produção de sua ciência, demonstrando como a ciência é um processo histórico, uma discussão importante sobre o que é ciência a ser desenvolvida na educação científica.

Nesse sentido, fica evidente em seu texto a defesa da puericultura. Como por exemplo, quando ela fala sobre as aplicações práticas da eugenia, Luisi escreve o seguinte (LUISSI, 2022, p. 238):

A Eugenia, em uma de suas aplicações práticas tenta, justamente, civilizar esse instinto de reprodução, direcionando-o para a produção de descendentes que sinalizem progresso sobre seus antecessores. Essas palavras também sintetizam o conceito da Eugénica de Pinard, o velho defensor da puericultura, que não limita sua tarefa ao cuidado da criança durante a gestação e após o nascimento. Precisava completar sua obra redentora da infância estudando a puericultura antes da procriação; como ele diz, a eugenética, “visa estudar e divulgar as condições mais favoráveis à reprodução para aplicá-las da melhor maneira, com objetivo de conservar e melhorar a espécie humana”. É, em suma, submeter o instinto geracional a disposições ou leis, ou seja, civilizá-lo.

Essa vertente eugênica, que se preocupa com as condições da procriação e do cuidado infantil contra os “venenos raciais” pode ser classificada como eugenia preventiva. Diferentemente da eugenia negativa que visava controlar ou impedir a reprodução de pessoas consideradas inadequadas, e da eugenia positiva, que se concentrava em incentivar a reprodução em populações consideradas adequadas (STEPAN, 2005, p. 94), a eugenia preventiva propunha evitar as possíveis degenerações, evitando assim certos comportamentos e afirmando seus preceitos morais.

Embora aparente ser mais “leve” ou mais “suave”, Nancy Stepan (2005, p. 106) deixa nítida as consequências da eugenia preventiva:

A eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza com metáforas biológicas de hereditariedade e aprimoramento da raça. O foco nas degenerações supostamente permanentes causadas nas populações humanas por venenos raciais levou a uma ênfase na necessidade de programas estatais para registros e controle sanitário dos pobres - doentes, subnutridos e extremamente mal alojados; para uso das técnicas de “higiene mental” para eugenização dos operários “indisciplinados” como forma de obter sua purificação”; para exortação à virtude mortal como peça central na educação sanitária.

Em outras palavras, a eugenia preventiva, buscando evitar uma suposta degeneração da espécie acabou por produzir políticas públicas e programas estatais que tinham seu foco em corpos pobres e doentes. Visando uma suposta “higienização mental” e uma “purificação”, centrou seus esforços naquelas pessoas que já ocupavam os estratos mais baixos da sociedade latino-americana. No texto, verificamos esse posicionamento de Luisi, quando diz que: “de pais fracos só se obtêm filhos fracos e enfermos” (LUI SI, 2020, p. 238). Importante pensar que essas premissas estão ainda enraizadas no imaginário cultural e que discuti-las na educação científica é de suma importância para buscarmos relações sócio raciais mais justas.

Outra ciência, que assim como puericultura, se aliou à eugenia foi a maternologia. Como bem aponta Maria Martha Freire, essa ciência se preocupava não em “garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria” (FREIRE, 2008, p. 154). Essa maternidade científica buscou reformular e prescrever comportamentos para a chamada mãe moderna, aquela que faz ciência e utiliza da ciência para criar seus filhos. Ser mãe passou a ser uma ciência. Essa preocupação com os comportamentos das mães fica bastante evidente no texto de Paulina Luisi, pois a maternidade é um tema bem presente ao longo de seus argumentos. Algumas passagens que exemplificam essa análise (LUI SI, 2020, p. 246, ênfase nossa):

Suponha, como agora, que um casal eugenicamente privado de reproduzir ainda assim tenha se produzido. Deixemos de lado a questão do aborto, que está longe de ser resolvida. O que vamos fazer com essa **mãe**? Citarei uma frase do professor Bossi em sua obra já mencionada: “As condições sociais devem ser levadas em consideração, pois o caso de uma **mãe** que tem filhos para educar e outra que ainda não os tem é muito diferente (...) Os meios curativos, higiênicos e nutricionais podem fazer muito para que o organismo

resista às doenças; mas, se a família é pobre, se a **mãe** não pode cuidar da casa, se a sociedade não a ajuda, como podemos honestamente fingir sacrificá-la?"

Essa ideologia maternalista, como nomeia Freire (2008), varreu a Europa pós Primeira Guerra Mundial. Respondendo principalmente ao medo constante da degeneração da espécie, alçou a maternidade ao posto de dever patriótico. Na França, por exemplo, "medidas de proteção e incentivo à maternidade integravam uma política mais ampla de proteção à família, conduzida pelo Estado e pelos reformadores para enfrentar o despovoamento" (FREIRE, 2008, p. 155). Essas políticas que propunham conciliar a mãe trabalhadora com a mãe dona-de-casa tiveram apoio do movimento feminista francês, que assim como Luisi, argumentavam que a maternidade deveria ser remunerada pelo Estado, já que era uma função social que toda mulher poderia exercer. Paulina Luisi escreve o seguinte no *Segundo Congreso Americano del Niño* de 1919 (LUI SI, 1950 [1919], p. 228, tradução livre):

Que a Maternidade seja reconhecida e instituída em todas as coletividades organizadas como função do Estado, sendo, portanto, obrigação delas, a defesa e proteção econômica, moral e jurídica de todas as mulheres no desempenho de suas funções naturais de mães.

Como já afirmamos em diversos momentos, os franceses influenciaram muito a América Latina no começo do século XX, e, portanto, essa ciência da maternidade também passou a ser defendida por aqui. E é importante destacar que a "liderança no movimento latino-americano de proteção à saúde materno-infantil coube ao Uruguai, cujo modelo de bem-estar tornou-se exemplo para todo o continente" (FREIRE, 2008, p. 156). Portanto, o artigo de Luisi tem que ser compreendido em um contexto de apoio nacional à saúde materno-infantil.

A maternologia recomendava o cultivo de "mães higiênicas", defendendo a necessidade da eliminação de hábitos considerados irracionais e retrógrados por meio de regras comportamentais com base nas noções científicas da época. Freire (2008, p. 154) escreve que a maternologia fazia grandes críticas às práticas de amas de leite, afirmando que eram resquícios de uma cultura atrasada. Como solução para o problema, vislumbravam uma solução na adoção de "um conjunto de técnicas científicas destinadas à criação dos filhos de forma a preservar sua saúde e garantir

seu crescimento e desenvolvimento adequado - a puericultura.” (FREIRE, 2008, p. 154).

Prescrições sobre alimentação, amamentação, roupas, higiene e questões morais faziam parte do que pregavam a maternologia e a puericultura. Com base nesses conceitos, a mãe moderna ganhava um novo papel social: “Usar e fazer ciência” (FREIRE, 2008, p. 161). Entretanto, “ao mesmo tempo que aprisionava as mulheres em sua dimensão biológica, aumentava, por sua própria iniciativa e participação, seu poder na sociedade” (FREIRE, 2008, p. 168). Paulina Luisi em um texto de 1920, onde ela desenvolve e amplia seu programa de educação sexual, coloca a puericultura como um tema essencial dentro da educação sexual de crianças, jovens e adultos. Luisi (1920, p. 18, tradução livre) escreve:

Você também falará sobre o recém-nascido, ensinará às meninas os cuidados que ele exige, dará a elas todas aquelas noções de puericultura ao alcance de seus cérebros juvenis, lembrando como norma pedagógica que cinquenta por cento das meninas que frequentam escolas, do terceiro ano em diante, elas que são as verdadeiras mães de seus irmãozinhos em termos de alimentação e cuidados.

Nesse sentido, Maria Freire (2008, p. 160) resume bem a relação entre a eugenia, maternologia e puericultura:

Assim, apoiados nos preceitos da higiene, compartilhando a ansiedade quanto à regeneração da raça, instrumentalizados pelos conhecimentos da eugenia e imbuídos do sentimento nacionalista dominante, esses médicos atribuíram-se a tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade segundo a racionalidade científica. O discurso médico maternalista produziu, entre outras, uma dupla consequência. De um lado, os médicos higienistas legitimavam-se como puericultores, especialistas na promoção e manutenção da saúde das crianças, conquistando maior autoridade na sociedade e no interior do corpo médico. De outro, contribuíam para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social para a mulher: a mãe moderna.

Outro ponto muito caro à eugenia latino-americana, bastante evidente na leitura do texto de Luisi, é a eugenia matrimonial. Em outras palavras, essa eugenia procurava impedir o matrimônio e a criação de filhos por parte dos considerados não aptos à procriação. Essa eugenia matrimonial teve seu principal elemento na defesa dos testes pré-nupciais, que lançavam uma série de necessidades de saúde para a

obtenção do direito de casar e ter descendência. Algumas dessas necessidades, com uma certa variedade de país para país, encontravam-se na defesa da saúde contra doenças venéreas como sífilis, ou outras infecções como a tuberculose, ou mesmo o abuso de drogas como o álcool. Os testes pré-nupciais foram medidas de eugenia negativa muito comuns nos países da América Latina, medida que foi obrigatória em alguns países, que dificilmente são tratadas quando o movimento eugênico é estudado na formação de professores ou no ensino básico.

Como Nancy Stepan (2005, p. 115) deixa muito claro em seu livro, “[q]uase todas as histórias do movimento eugênico tomam a eugenia negativa como elemento central”. Porém, o foco é geralmente dado para as esterilizações dos Estados Unidos ou aos campos de concentração alemães; a ferramenta de eugenia negativa que definia o campo na região latina dificilmente é tratada. A leitura e a discussão do artigo de Paulina Luisi é uma grande oportunidade para discutir o papel dos certificados pré-nupciais.

Luisi, após afirmar o papel das doenças distróficas como sífilis, alcoolismo e doenças mentais na degeneração da espécie, sustenta uma diversidade de defesas e argumentos em torno da eugenia negativa. Alguns autores preferem o atestado pré-nupcial, outros um conselho consultivo com médicos, alguns que um seguro seja contratado no momento do casamento, e outros ainda a esterilização.

De acordo com Nancy Stepan (2005, p. 116), os latino-americanos concebiam no certificado pré-nupcial em específico, sua forma de eugenia negativa, “que estabelecia novas normas científico-hereditárias e controles da reprodução que não implicavam métodos cirúrgicos radicais”. Os exames médicos e certificados pré-nupciais também foram estabelecidos em outros países, como por exemplo os Estados Unidos, mas sua força foi maior na América Latina.

Muitos eugenistas latinos enxergavam nesses testes uma definição de uma forma particular de eugenia negativa nos países católicos, porque limitam somente a união dos considerados inadequados, não envolvendo assim cirurgia ou outros métodos, que eram inaceitáveis para alguns (STEPAN, 2005, p. 132). Além disso, devido à larga influência neolamarckista desses eugenistas, no certificado pré-nupcial eram incluídas uma miríade de contágios, infecções e toda uma série de condições mentais. Se uma pessoa fosse classificada como portadora de alguma dessas ‘taras’,

seria prontamente excluída das formas legais de reprodução, pois acreditava-se que “poderiam produzir danos hereditários mais permanentes à espécie humana” (STEPAN, 2005, p. 134).

Entretanto, não havia pleno consenso sobre como deveria ser a aplicação dos certificados pré-nupciais. A principal divergência era se os testes deveriam ser obrigatórios ou voluntários (STEPAN, 2005). No Brasil, por exemplo, em 1927 o parlamentar Amaury Medeiros propôs uma lei que definia o exame pré-nupcial voluntário, “que descreveu como uma forma de eugenia 'construtiva' (em oposição à negativa) compatível com as 'tradições brasileiras'” (STEPAN, 2005, p. 134).

Na Argentina, por outro lado, a lei 12.331 aprovada em 1937 estabeleceu o exame pré-nupcial obrigatório, assim como o tratamento e registro das doenças venéreas (STEPAN, 2005, p. 136). Por último, no Uruguai durante a ditadura de Gabriel Terra, aprovou-se em 1934 o já citado *Código del Niño*, que previu a criação de consultórios médicos pré-nupciais que ficaram sob responsabilidade do Ministério da Saúde Pública (BARRÁN, 1999, p. 47).

Importante dizer que, como afirma Nancy Stepan (2005, p. 141), muito do trabalho desses eugenistas permanecia no campo das prescrições e raramente era posto em prática, porém “os códigos culturais produzem efeitos [em] como os indivíduos vivem suas vidas e interagem uns com os outros.” Ou seja, mesmo sem importância no mundo das práticas acabou por ser determinante no mundo dos discursos, criando “divisões de gênero e raça dentro de suas sociedades”.

Outra questão que o texto de Paulina Luisi traz para o debate é a própria natureza da eugenia latina. O que caracteriza essa eugenia? O que a difere das outras eugenias? Essa discussão não fugia aos próprios eugenistas da época, que ora procuravam se distanciar, ora tentavam aproximações com a eugenia europeia e estadunidense. O texto de Paulina Luisi representa uma oportunidade para estudar sobre essas outras eugenias, uma eugenia não mendeliana, uma eugenia latino-americana que põe sobre a mesa o segundo mito sobre a eugenia de Mark Adams (1990).

Nesse sentido, a relação entre o movimento eugênico latino-americano e o movimento dos Estados Unidos teve altos e baixos. Stepan (2005, p. 189-190) afirma que um ponto alto da relação entre esses dois polos foi o Segundo Congresso

Internacional de Eugenia, que ocorreu em 1921 em Nova York. Nesse evento, surgiu a ideia de criar uma nova organização que refletisse os interesses pan-americanos quanto à eugenia. “No ano seguinte, durante o Latin American Medical Congress (Congresso Médico Latino Americano), realizado em Havana, foi criado o Pan American Eugenics Committee (Comitê Pan-Americano de Eugenia)” (STEPAN, 2005, p. 190).

A 1ª Conferência Pan Americana de Eugenia e Homicultura aconteceu no ano de 1927, em Cuba. Segundo Stepan (2005, p. 192), a influência de Charles Davenport, um dos maiores eugenistas estadunidenses, era notável. Davenport defendeu sua eugenia de estilo mendeliano e estratégias como a esterilização e a limitação de nascimentos, “um programa que ia muito além do que os latino-americanos estavam dispostos a aceitar” (STEPAN, 2005, p. 194).

Charles Davenport indicou nesse evento que “desejava a máxima limitação de nascimentos, preferivelmente por meio da esterilização, para reduzir o número dos inadequados” (STEPAN, 2005, p. 194). Entretanto, essas propostas do eugenista estadunidense eram impositivas demais e não refletiam a visão dos latino-americanos. Dessa forma, no relatório da conferência “todas as declarações foram substituídas por recomendações ou convites” (STEPAN, 2005, p. 197).

Os desentendimentos entre os eugenistas estadunidenses e os eugenistas latino-americanos não parou por aí, eles na verdade se intensificaram nos anos subsequentes. Tal desalinhamento ficou bastante evidente na 2ª Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura⁴⁷, organizada no ano de 1934 em Buenos Aires, onde “os latino-americanos rejeitaram a agenda norte-americana, considerando-a inaceitável” (STEPAN, 2005, p. 199).

Nas palavras de Nancy Stepan (2005, p. 204),

a visão anglo-saxônica era considerada unilateral e excessivamente biológica; a latina, afirmava-se, era múltipla, refletindo a diversidade da situação racial na América Latina, tanto quando as distintas conformações espirituais e filosóficas da região, resultando em uma visão mais tolerante de raça.

⁴⁷ O “cultivo” da espécie humana.

Portanto, os próprios latino-americanos procuravam se distanciar dos anglo-saxões, defendendo uma eugenia que refletisse os problemas locais e regionais. Defendendo uma eugenia de fato latina, que representava a influência da Igreja Católica nas restrições quanto à interrupção da gravidez ou quanto à utilização de outras medidas de eugenia negativa como a esterilização, salvo algumas exceções, a exemplo do México.

Sendo assim, a categoria de 'eugenia latina' não foi algo construído somente por historiadores da história da eugenia anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, era na verdade uma categoria distintiva que era levantada pelos próprios eugenistas, procurando diferenciar seu movimento de outros estilos de eugenia.

3.2.2.3 Terceiro mito: a eugenia é uma pseudociência

O terceiro mito, por sua vez, é acreditar que a eugenia era uma pseudociência (ADAMS, 1990), o que não faz sentido histórico, já que grande parte dos eugenistas eram reconhecidos cientistas em suas áreas de atuação. Assim, o movimento eugênico também se reproduzia por meio de práticas científicas como a publicação em periódicos, organização de eventos e sociedades científicas. O próprio texto de Paulina Luisi é apresentado em um congresso, o 1º *Congreso Americano del Niño*. Sua linguagem é carregada de jargões científicos, estudos de caso, citando outros eventos, evidenciando suas fontes e confrontando diferentes pensamentos e pensadores.

Ao longo do texto, Luisi cita vários cientistas e naturalistas para defender e justificar suas posições. São alguns deles: Charles Richet em seu livro *A Seleção Humana*, Charles Darwin em *A descendência do homem e a seleção sexual*, Alfred Russel Wallace, Francis Galton com seu *Hereditary genius, an inquiry into its laws and consequences*, Weissmann, De Vries, Apert, Le Dantec, Correus e Cuenot. Menciona o 1º Congresso Internacional de Eugenia que havia acontecido em Londres, no ano de 1912, como forma de legitimar a eugenia como ciência ao mesmo tempo que exemplifica sua relevância. Cita Adolphe Pinard e exalta sua puericultura, que defende a necessidade do cuidado da criança durante a gestação e após o nascimento. Refere-se ao professor Landouzy ao comentar sobre a tuberculose como um veneno

racial com profundos efeitos disgênicos e também menciona Henri Cazalis quando aponta o exame médico pré-nupcial como requisito para um casamento saudável. Trelart, Gresset, MacLaren, Schallmeyer, Wylm, Zuccarelli e Lombroso são acionados para mostrar distintas formas de legislação eugênica quanto ao casamento. Além disso, indica vários estados dos EUA e aponta a situação de cada um referente às leis de esterilização. Referência também à Sra. A. de Magalhães Pinto, à Maxwell em *Le crime et la société*, à Naeke, Lohmer, Daniels e Rentoul. Menciona Lacassagne e Alfredo Naquet quando começa a escrever sobre profilaxia anticoncepcional. E por último, Bossi, Rein e Martin são chamados para discutir a questão da descendência do tuberculoso.

Portanto, Paulina Luisi mostra-se bastante atualizada quanto ao contexto científico e as discussões eugênicas da época. De maneira bastante hábil, relaciona distintos pensadores e elabora com complexidade seus argumentos. De maneira geral, suas referências tem um predomínio de franceses devido ao período que passou estudando na França. O que demonstra que, mesmo naquela época a ciência não era uníssona, mas constituída de uma comunidade, que discutia, produzia controvérsias, processos de validação, organizava congressos etc. Algo que pode potencialmente gerar discussões sobre a natureza das ciências na educação científica através do estudo de um texto original.

Paulina Luisi aponta em diversos momentos, textualmente, o caráter científico da eugenia. Como por exemplo, quando a autora escreve: “com a secreta esperança de que o estudo desta **ciência** tenha o lugar que merece no próximo Congresso” (LUI SI, 2020, p. 236, grifo nosso). Ou quando, ao citar Francis Galton, ela escreve (LUI SI, 2020, p. 237, grifo nosso):

Poucos anos depois, em 1869, Francis Galton, em seus estudos sobre a herança, apoiou e ampliou essas ideias e lançou as bases da **ciência** que, sob o nome de Eugenia, vem florescendo e fazendo conquistas frutíferas no campo especulativo e experimental.

Em outro momento, Luisi cita o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, o que demonstra a reunião de seus pares especialistas no assunto, característica essencial da gênese e desenvolvimento das ciências. “Essas ideias foram abrindo

caminho e, por iniciativa da escola de Galton, o primeiro Congresso Internacional de Eugenia aconteceu em Londres, em julho de 1912” (LUIZI, 2020, p. 237).

Além disso, Luisi em certa parte do texto conclui que as bases científicas da eugenia ainda são rudimentares, apontando para necessários desenvolvimentos futuros e novas pesquisas: “rudimentar ainda nas suas bases **científicas**” (LUIZI, 2020, p. 237, grifo nosso).

Por último, Luisi afirma ainda que o valor prático e científico da eugenia gravitaria no grande segredo da herança: “todo o valor **científico** e prático da Eugenia gravita em torno deste maravilhoso segredo da herança, que a natureza se recusa a nos deixar descobrir (LUIZI, 2020, p. 238, grifo nosso).

3.2.2.4 Quarto mito: a eugenia é de direita e reacionária

O quarto e último mito da eugenia se refere ao seu aspecto político (ADAMS, 1990), pois, frequentemente, a eugenia é vista como essencialmente de direita ou “reacionária”. No entanto, vale destacar que a eugenia se aliou tanto a projetos reacionários e conservadores, quanto a projetos comunistas, anarquistas e liberais, além de movimentos feministas. Paulina Luisi, como evidenciamos na seção 4.1, foi uma importante feminista liberal do Uruguai, que defendeu a eugenia até mesmo no seu último livro, publicado em seu ano de morte em 1950 (LUIZI, 1950).

Considerando o Quadrante Político da Eugenia proposto por Maurizio Meloni (2016) que descrevemos na seção 2.2.5 desta dissertação, onde esse texto estaria localizado? Como esse texto faz Paulina Luisi se aproximar ou se distanciar de outros eugenistas?

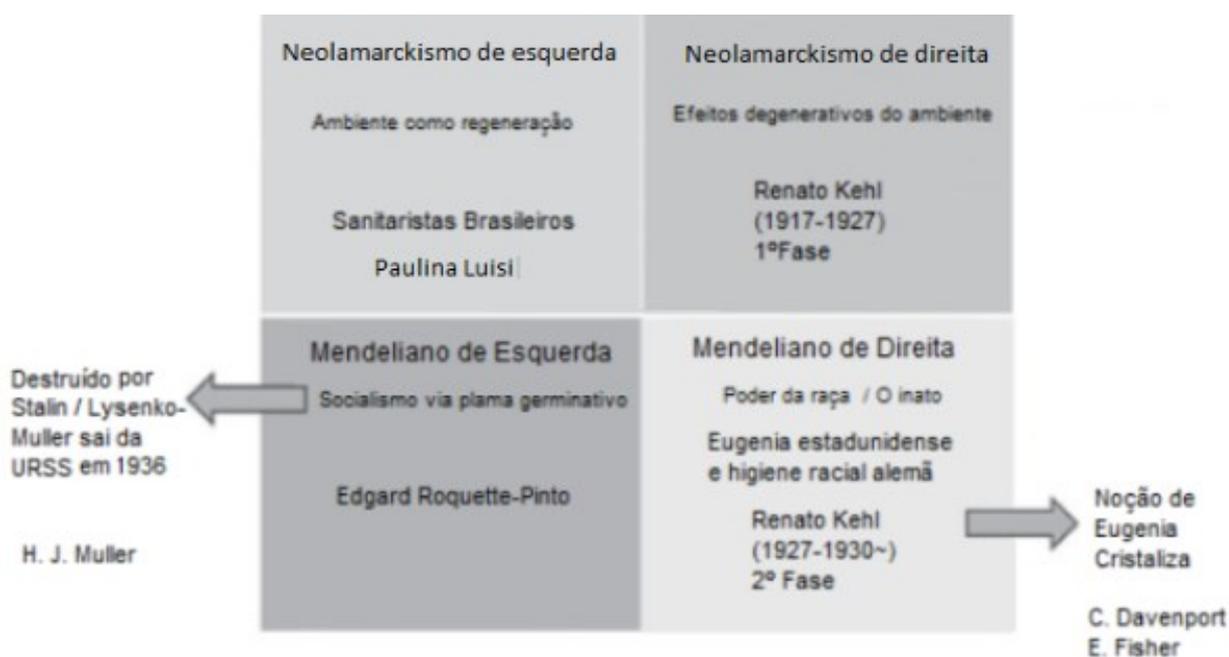
Na análise realizada, constatamos que o ensaio “*Algunas ideas sobre eugenia*” de Paulina Luisi pode ser situado no quadrante neolamarckista de esquerda, como representado na Figura 4. Embora se alinhe politicamente com o progressismo e adote uma compreensão do desenvolvimento humano neolamarckista, a autora também defende políticas de eugenia negativa que enfatizam o impacto degenerativo do ambiente.

Apesar de não encontrarmos passagens diretas no texto que o caracterizem como imerso na esquerda política, suas concepções políticas podem ser inferidas

indiretamente em trechos, como quando ela defende a melhoria das condições de trabalho para homens e mulheres em benefício da raça (LUIZI, 2020, p. 247).

É uma necessidade vital para o futuro da raça que os Estados providenciem urgentemente uma melhora dos ambientes profissionais, a fim de suprimir ou diminuir todas as causas que atuam extrinsecamente no organismo dos pais, enfraquecendo-os ou empobrecendo-os.

FIGURA 4 - Quadrante Político da Eugenia



Fonte: Retirado e adaptado de Meloni (2016, p. 94).⁴⁸

⁴⁸ No quadrante político original de Meloni, o autor utiliza exemplos estadunidenses e europeus. Nessa adaptação, procuramos apontar também, na medida do possível, personagens latino-americanos. Renato Kehl pode ser visto em dois quadrantes, pois como aponta Souza (2019), ele passou de uma defesa da eugenia que apontava para o caminho: “Sanear também é eugenzar” e à tese de que: “Quem é bom já nasce feito”. Charles Davenport e Eugen Fisher são respectivamente os principais eugenistas dos Estados Unidos e da Alemanha, e compõem exemplos da visão “cristalizada” sobre a eugenia. Parte dos médicos sanitaristas brasileiros integram o quadrante neolamarckista de esquerda, que focava nas propriedades regeneradoras do ambiente frente à descendência. Paulina Luisi fica no quadrante neolamarckista de esquerda. Edgard Roquette-Pinto, por sua vez, representa um eugenista mendeliano de esquerda brasileiro, figura importante nos debates que ocorreram no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Hermann Joseph Muller representa um exemplo de eugenista comunista. O fim desse último quadrante da eugenia é representado pela saída de Muller e Lysenko da URSS em 1936 (MELONI, 2016).

Em determinado momento, Luisi argumenta que os homens são mais prejudiciais à espécie do que as mulheres (LUI SI, 2020, p. 243):

Notemos, de passagem, que a esterilização não oferece perigos iguais para ambos os sexos; completamente inofensiva nos homens, a operação é delicada nas mulheres, embora o perigo seja diminuído com o progresso da cirurgia moderna. Observamos também que o homem é muito mais prejudicial à espécie do que a mulher, devido ao maior número de seres que pode gerar.

Em outro trecho, Luisi demonstra uma preocupação com as mães (LUI SI, 2020, p. 243):

Não é incomum entre certas pessoas que um homem, sob o efeito do álcool, busque justamente nesse estado, exercer seus direitos conjugais sobre sua esposa, que sob a pressão da violência se rende ao ato reprodutivo dominada pelo medo.

Além disso, em outro texto de Paulina Luisi, intitulado "*Para una mejor descendencia*", de 1919, sua relação com a esquerda política se torna mais evidente. Após discutir os efeitos degenerativos do alcoolismo, da tuberculose e da sífilis, e apresentar possíveis soluções, a autora conclui o texto com a seguinte passagem (LUI SI, 1919, p. 29, tradução livre):

Em suma, cabem todas aquelas reformas destinadas a combater as três terríveis pragas mencionadas, bem como a melhorar as condições de vida da classe proletária, que, digna de seu nome, é escassa em recursos, abundante em descendentes.

A plataforma eleitoral apresentada ao povo pelo Partido Socialista nas últimas eleições tem enfrentado corajosamente muitos destes problemas com a altura e o conhecimento de causa dignos da elevada finalidade prosseguida pelos seus esforços, nobremente orientados para a obtenção do mais amplo bem-estar e da maior felicidade de nossa espécie.

Christine Ehrick (2005, p. 100) argumenta que Luisi passou a defender uma eugenia mais negativa a partir de 1916, mas suavizou sua posição ao longo das décadas. Em seu texto de 1919, "*Para una mejor descendencia*", já se percebe, na visão da autora, uma mudança de perspectiva, com uma abordagem mais preventiva da eugenia, enfocando a educação, o acesso à saúde e a melhoria das condições de moradia e trabalho, em vez de endossar práticas como esterilização e aborto

eugênico, como em 1916. Essa mudança de posição fica evidente quando comparamos os dois textos.

À título de comparação, um importante eugenista latino-americano que modificou sua posição no quadrante político da eugenia foi Renato Kehl (SOUZA, 2019). Segundo o historiador Vanderlei Sebastião de Souza, Renato Kehl, em sua primeira fase (1917-1927), pode ser enquadrado como neolamarckista de direita, visto que seguia o lema “Sanear é Eugenizar”, lutando fundamentalmente contra os efeitos degeneradores em potencial do ambiente. “Concentravam-se, portanto, no combate aos ‘ambientes eugênicos’ e doenças como sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e lepra” (SOUZA, 2019, p. 87). Já em sua segunda fase (1927-1930~), Kehl aproxima-se do quadrante mendeliano de direita, passando a defender uma noção inata de raça, endossando o mendelismo como teoria básica da hereditariedade, acabando por defender medidas mais autoritárias, restritivas e radicais (SOUZA, 2019, p. 185)⁴⁹.

Entretanto, será que esse quadrante político da eugenia proposto por Meloni (2016) serve para o contexto latino-americano? É preciso levar em conta que o autor o construiu com exemplos de eugenistas europeus e estadunidenses, que produziram suas teorias e práticas eugênicas imersas em outros contextos científicos, políticos e sociais.

⁴⁹ Para mais reflexões sobre uma comparação entre a eugenia de Paulina Luisi e Renato Kehl ver Nicoladeli e Brasil (2021a).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, propusemos a tarefa de propor discussões sobre História das Ciências na Educação Científica a partir de um texto original sobre eugenia escrito por Paulina Luisi. A pergunta que guiou essa pesquisa foi “que discussões de e sobre ciência podem ser desenvolvidas mediante a análise do texto ‘Algumas ideias sobre eugenia’ escrito por Paulina Luisi”? Pretendo, aqui, sintetizar nossas principais conclusões, assim como apontar limites da pesquisa. Esperamos, ao fim, evidenciar possíveis passos para próximas investigações.

Inicialmente, dividimos nossa pesquisa em quatro objetivos específicos, sendo eles: 1) evidenciar a importância histórica de Paulina Luisi para o movimento eugênico do Uruguai; 2) analisar o contexto de produção e a repercussão do artigo “*Algunas ideas sobre eugenia*”; 3) traduzir o artigo “*Algunas ideas sobre eugenia*” do espanhol para o português; e 4) apontar e propor potencialidades da utilização da tradução dessa fonte primária na educação científica. Quanto ao primeiro objetivo específico, procuramos ao longo desta pesquisa entrar em contato tanto com fontes primárias quanto com fontes secundárias, o que possibilitou a construção de uma biografia de Paulina Luisi com vistas à Educação Científica firmemente baseada na historiografia uruguaia recente. Contudo, sabemos das limitações de escrever uma biografia, já que não é possível explicitar todas as nuances de uma história. Focamos, como o próprio objetivo deixa claro, nas dimensões da eugenia, do feminismo, e da história das mulheres nas ciências, com propósito de sustentar propostas pedagógicas futuras que visem discutir a história das ciências na educação científica bem como munir professoras e professores do conhecimento histórico para tal.

Quanto ao primeiro objetivo específico, enfatizamos que a revisão bibliográfica foi fundamental. É necessário apontar que ela foi pensada e construída com auxílio do Serviço de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina⁵⁰. Sem a ajuda das servidoras Karyn e Crislaine, não conseguiríamos ter pensado tanto na construção das ferramentas de busca quanto na escolha e delimitação dos bancos de

⁵⁰ <http://portal.bu.ufsc.br/servicos/orientacao-para-pesquisa-em-bases-de-dados/>.

dados. Concebemos que a revisão bibliográfica atingiu seus objetivos, pois possibilitou tanto um sobrevoo inicial sobre a literatura especializada no tema, quanto aprofundamentos posteriores a partir das referências bibliográficas de cada artigo selecionado.

Quanto ao segundo objetivo específico, o de analisar o contexto de produção e a repercussão do artigo “Algumas ideias sobre eugenia”, procuramos, com base em historiadores latino-americanos e estadunidenses, contextualizar o momento em que o Uruguai passava quando esse texto de Paulina Luisi foi apresentado. Quanto ao evento para qual o artigo foi escrito, procuramos deixar claro sua história e sua importância local, assim como discutimos a real repercussão do texto a partir de uma série de autoras(es): Christine Ehrick, Asunción Lavrin, Donna Guy, Camilo Rodríguez Antúnez, e María Laura Osta Vázquez. E, sobretudo, utilizamos a nossa tradução comentada do artigo de Paulina Luisi publicada na Revista Brasileira de História da Ciências (RBCH) (NICOLADELI, 2022; LUISI, 1916).

A respeito do terceiro objetivo específico, o de traduzir o artigo “Algumas ideias sobre eugenia” do espanhol para o português, compreendemos que foi cumprido. Entendemos que a tradução dessa fonte primária e a publicação em um periódico importante da área foi uma conquista desta pesquisa de mestrado.

Sobre o quarto e último objetivo específico, o de apontar e propor potencialidades da utilização da tradução dessa fonte primária na educação científica, reconhecemos que foi cumprido em partes, já que de forma alguma esgotamos o conjunto de possibilidades e potencialidades que essa fonte primária traz para a educação científica. Ao longo do terceiro capítulo, indicamos um conjunto de quatro potencialidades desse texto quando pensamos em um contexto de ensino de ciências, seja no âmbito do ensino superior seja para o ensino médio. Organizamos a análise do texto de Luisi em função da possibilidade de discutir os quatro mitos sobre a eugenia descritos pelo historiador Mark Adams (1990). Esses mitos podem potencializar discussões em sala de aula em função do que a área de História e Filosofia da Ciência buscam e defendem para o ensino de ciências, em outras palavras, evidenciar uma ciência em seu processo de produção, em suas contradições, em sua interface com a política, enfim, como produção humana.

Portanto, acreditamos que o nosso objetivo geral foi, com certas ressalvas, atingido. A pergunta de pesquisa que nos guiou durante o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado nos possibilitou explicitar diferentes discussões tanto de ciências quanto sobre ciência que podem ser desenvolvidas com o estudo do texto de Paulina Luisi.

Em pesquisas futuras, há a possibilidade de discutir e implementar sequências didáticas que elaborem e utilizem dessa fonte primária em contextos reais de educação. Ou, por outro lado, é razoável pensar em comparações entre essa eugenia de Paulina Luisi com a de outros eugenistas latino-americanos. Comparar os escritos de Luisi com os de Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto no Brasil, Juan Antonio Senillosa e Victor Delfino na Argentina são oportunidades frutíferas. Da mesma maneira, são possíveis pesquisas que comparem as semelhanças e diferenças entre a educação sexual eugênica defendida por Luisi com a de outros eugenistas ou educadores sexuais. Outra comparação plausível é a de Luisi com outras feministas que defenderam medidas eugênicas, como é o caso de Margaret Sanger nos Estados Unidos. Essas comparações podem mostrar novamente uma ciência em seu processo de produção, em suas contradições, em sua interface com a política; uma ciência como produção humana, objetivos esses almejados e defendidos pela utilização didática da História das Ciências na Educação Científica.

Há um acervo documental vasto a ser explorado quando falamos sobre a história de Paulina Luisi. Minha visita ao Arquivo Paulina Luisi na Biblioteca Nacional do Uruguai, em Montevideo, só deixou mais evidente essa potencialidade documental. Existe um acervo bastante completo de fotografias, cartas, artigos, palestras, aulas, atas de reunião, entre outros documentos, que podem possibilitar uma série de pesquisas futuras. O que mais me chamou atenção foi o texto de Luisi de 1919 chamado "*Para una mejor descendencia*", que explicita outras defesas eugênicas por parte da autora. São plausíveis pesquisas que procurem traduzir essa fonte primária para o português ou que visem comparar essas duas fases de Luisi quanto à eugenia, seu texto de 1916 e o de 1919, pois refletem fases e contextos diferentes. Essa comparação pode ajudar a compreender de forma mais profunda a eugenia no Uruguai e na América Latina. Outra coleção documental que pode sustentar uma pesquisa futura são as aulas de *Higiene Social y Educación Profiláctica* que Luisi

ministrou no curso de magistério na *Escuela Normal*. Inúmeras perguntas de pesquisas podem ser lançadas para esse material documental, como por exemplo: que concepção de ciência, de eugenia ou de educação emergem nesses escritos? Qual foi o real impacto desse curso na sala de aula das escolas de Montevideo? Qual conjunto de argumentos e em quais cientistas Luisi utilizava para sustentar suas posições? E assim por diante. Por último, outra fonte com grande potencial é o livro publicado por Luisi no ano de sua morte, intitulado '*Pedagogía y Conducta Sexual*' (1950)⁵¹. O livro reúne uma série de textos escritos ao longo de toda trajetória da autora, passando por temas como feminismo, educação, educação sexual e eugenia. Nesse livro, que está disponível *online* na base de dados de autores uruguaios, Luisi reafirma muitas das defesas eugênicas que ela desenvolveu ao longo da década de 1910. Em que medida, suas posições mudaram no decorrer do século XX? Como esse livro foi recebido e discutido em 1950, onde o contexto já não era tão receptivo para o movimento eugênico? São questões que merecem pesquisas mais aprofundadas.

Acreditamos que um dos pontos fortes desta pesquisa é justamente apresentar para o Brasil uma fonte que diz muito sobre o movimento eugênico latino-americano. Com a tradução desta fonte primária aliada à discussão sobre suas potencialidades, procuramos fazer circular um texto que representa a primeira referência que se tem documentada de uma uruguaia(o) abordando o tema da eugenia explicitamente como uma problemática, dois anos antes do surgimento da Sociedade Eugênica de São Paulo e da *Sociedad Eugénica Argentina*. Um texto que, de uma vez só, faz cair vários mitos sobre a história da eugenia. Uma eugenia uruguaia, com base neolamarckista, de esquerda e defendida por uma famosa feminista. Por outro lado, a maior limitação deste trabalho é justamente não sustentar a tradução em uma bibliografia especializada sobre traduções, sob quais critérios e bases teóricas. O texto também não evidencia o referencial historiográfico, algo que devido ao tempo do mestrado, terá que ficar para próximas pesquisas.

Por fim, é necessário indicar que essa pesquisa foi concebida e realizada durante a pandemia de COVID-19, o que sem sombra de dúvidas influenciou nossas escolhas e os rumos que a investigação tomou. As páginas desta dissertação refletem

⁵¹ <https://autores.uy/autor/2812>.

o medo e a solidão do tempo pandêmico assim como a esperança de tempos melhores.

* * *

Ao longo desses dois anos e meio de mestrado, minha concepção sobre o movimento eugênico mudou profundamente. A eugenia deixou de ser uma pseudociência ou simplesmente uma má ciência corrompida por poucas mentes malignas e passou a ser uma ciência que representou a modernidade e as tradições científicas do século XIX (ARMUS, 2016, p. 150). Existiram inúmeras eugenias a julgar pela rica adjetivação que a palavra recebeu ao longo dos tempos: eugenia anglo-saxônica, eugenia latina, eugenia ambientalista, eugenia positiva e negativa, eugenia preventiva, eugenia seletiva, eugenia suave, eugenia dura, eugenia abertamente coercitiva e eugenia secretamente coercitiva. Devido a esse fato, “o campo de ideias sobre a eugenia era muito mais rico e de alcance mais externo do que sua materialização em iniciativas, intervenções e políticas (ARMUS, 2016, p. 152).

Como nos lembra Armus (2016), existe uma importante distinção entre o mundo das práticas e o mundo dos discursos. Em distintos contextos, a eugenia tratou-se apenas “de discursos sem influências tangíveis na reprodução do cotidiano da população” (ARMUS, 2016, p. 156). Contudo, essa constatação não pode nos afastar das reais consequências da eugenia em nossa sociedade.

Por fim, Marius Turda (2021a), em uma entrevista disponível no *youtube*, nos lembra da famosa imagem da árvore da eugenia, ilustração utilizada nas divulgações do segundo e terceiro Congresso Internacional de Eugenia. Acreditávamos que após a Segunda Guerra Mundial, fala Turda, essa árvore teria sido cortada com a derrota da Alemanha nazista. E com isso, a eugenia havia chegado ao fim. O que não percebemos é que a imagem apresenta apenas o dossel, apenas a estrutura acima da terra pode ser vista, seu tronco, suas folhas e suas raízes permanecem enterradas e escondidas. E essas raízes permaneceram e prosperaram nos últimos 50 anos. Agora é a hora de cortarmos as raízes da eugenia global, precisamos cavar mais fundo em nossas histórias individuais e coletivas para desmascarar aquelas regras que estiveram sempre lá e que se nutrem da xenofobia, capacitismo, sexismo e

racismo, por meio de políticos que acreditam ser possível criar uma sociedade hierarquizada; nutrem-se daqueles que acreditam que existem pessoas melhores que outras, daqueles que acreditam no merecimento de privilégios. Como o próprio Marius Turda (2021b) afirma em sua exibição sobre eugenia chamada "*We are not alone: Legacies of eugenics*", é essencial que exista um acerto de contas global com os legados da eugenia, para que um projeto de justiça social de gênero e racial mais amplo tenha sucesso. E, espero que de alguma forma, esta pesquisa de mestrado ajude nessa empreitada.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Mark B. (Ed.). **The Wellborn Science: eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press, 1990.
- ADAMS, Mark B. Toward a Comparative History. *In*: ADAMS, Mark B. (Ed). **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press, p. 217-231, 1990.
- ARMUS, Diego. Eugenesia en Buenos Aires: discursos, prácticas, historiografía. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 149-170, 2016.
- BARRÁN, Juan Pedro. Biología, medicina y eugenesia en Uruguay. **Asclepio**, Madrid, v. 51, n. 2, p. 11-50, 1999.
- BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33. **Anais...** Caxambu (MG): ANPED, 2010.
- BATISTA, Renata F. M.; SILVA, Cibelle Celestino. A abordagem histórico-investigativa no ensino de Ciências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 97-110, 2018.
- BATISTA, Giovanninni Leite de Freitas; DRUMMOND, Juliana Mesquita Hidalgo Ferreira; DE FREITAS, Daniel Brito. Fontes primárias no ensino de física: considerações e exemplos de propostas. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 663-702, 2015.
- BIZZO, Nelio Marco Vincenzo. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 11, p. 45-61, 1995.
- BRASIL, Constituição (1934). Capítulo II - Dos Direitos e das Garantias Individuais, Art. 138. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 out. 2021.
- BIRN, Anne-Emanuelle. O nexo nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 675-708, 2006.
- BOSS, Sergio Luiz Bragatto; SOUZA FILHO, Moacir Pereira de; CALUZI, João José. Traduções de fonte primária—algumas dificuldades quanto à leitura e o entendimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS - VIII ENPEC, 8. **Anais...** Campinas: ENPEC, 2011.

BOSS, Sergio Luiz Bragatto; SOUZA FILHO, Moacir Pereira de; CALUZI, João José. A utilização de traduções de fontes primárias na formação inicial de professores: breves considerações sobre dificuldades de leitura e entendimento. *In*: GATTI, R. T.; NARDI, R. (Orgs.). **A História e a Filosofia da Ciência no Ensino de Ciências: A pesquisa e suas contribuições para a prática pedagógica em sala de aula**. São Paulo: Escrituras Editora, p. 171-197, 2016.

BUENO, Alexandra Padilha; CORDEIRO, Andrea Bezerra. A laicidade no pensamento de três mulheres do início do século XX: miradas feministas sobre o tema na América Latina. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 372-389, 2019.

CARLOS, Anderson Ricardo; DIETRICH, Ana Maria. Eugenia no Brasil: Reflexões sobre raça, miscigenação e Direitos Humanos para a educação científica. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 16. Campina Grande (PB): SBHC, p. 1-8, 2018.

CUADRO CAWEN, Inés. **Feminismos y política en el Uruguay del novecientos (1906-1932): Internacionalismo, culturas políticas e identidades de género**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2018.

CEDRANI, Fernanda Sosa; ZEMAITIS, Santiago. Educación sexual, eugenesia y moral en el pensamiento de Paulina Luisi. La experiencia de la cátedra de Higiene Social (Uruguay, 1926-1930). **Mora**, Buenos Aires, v. 27, n. 1, p. 11-20, 2021.

CELLARD, André *et al.* A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

DAVENPORT, Charles. **Heredity in relation to Eugenics**. New York: Henry Holt and Company, 1911.

DÁVILA, Jerry; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 227-234, 2016.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. São Paulo: Unesp, 2006.

DAVIS, Angela. Racismo, Controle de Natalidade e Direitos Reprodutivos. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. La polémica en torno a la educación sexual en la ciudad de México durante la década de los años treinta: conceptos y representaciones de la infancia. **Estudios sociológicos**, Ciudad de México, p. 203-226, 2000.

EHRICK, Christine. Madrinhas and missionaries: Uruguay and the Pan-American women's movement. **Gender & history**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 406-424, 1998.

EHRICK, Christine. **The shield of the weak**: Feminism and the state in Uruguay, 1903-1933. New Mexico: University of New Mexico Press, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 153-171, 2008.

FORATO, Thaís Cyrino De Mello; PIETROCOLA, Maurício; MARTINS, Roberto Andrade. Historiografia e natureza da ciência na sala de aula. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 27-59, 2011.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GALINDO, Monica Abrantes; BETTINI, Elaine. Mulheres nas Ciências e na Tecnologia, fatos e/ou mitos: Por que precisamos pensar sobre isso? *In*: MATHIAS, Arlete Aparecida; GOMEZ, Yoanki Cordeiro. **Fatos/Mitos & Tecnologias**: reflexões contemporâneas nas ciências. Campinas: Pontes Editores, 2019.

GALTON, Francis. **Hereditary genius**: an inquiry into its laws and consequences. London: Macmillan and Co., Limited, 1914.

GIL-PÉREZ, D.; MONTORO, I. F.; ALÍS, J. C.; CACHAPUZ, A.; PRAIA, J. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência e Educação**, Bauru (SP), v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

GUY, Donna J. The Pan American Child Congresses, 1916 to 1942: Pan Americanism, Child Reform, and the Welfare State in Latin America. **Journal of family history**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 272-291, 1998.

HARRISON, Edward. Whigs, prigs and historians of science. **Nature**, London, v. 329, n. 17, p. 213–214, 1987.

HEERDT, Bettina. A Ciência é masculina? É, sim senhora. E o Ensino de Ciências? *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 12. Anais... Natal: ENPEC, 2019.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. *In*: CHOR, Maio; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, p. 22-40, 1996.

IBARBURU, Estela. La vida y obra de Paulina Luisi. **Revista del Centro Nacional de Información y Documentación**, Montevideo, v. 5, n. 5/6, p. 143, 2014.

JANCZUR, Christine. **Apresentação de uma tradução comentada da Introdução e da Primeira Parte de Introduction à l'étude de la médecine expérimentale de Claude Bernard**: do projeto à realização. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KEHL, Renato. O Nosso Boletim: Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, 1929.

KEHL, Renato. O problema da educação sexual. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 1-3, 1930.

KEVLES, Daniel. **In the name of Eugenics**: genetics and the uses of Human Heredity. 4.ed. Cambridge, London: Harvard University Press, 2004.

KLAUSEN, Susanne; BASHFORD, Alison. Fertility control: Eugenics, neo-malthusianism, and feminism. *In*: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford handbook of the history of eugenics**. New York: Oxford University Press, p. 98-115, 2010.

KREMENTSOV, Nikolai. **With and without Galton**: Vasilii Florinskii and the fate of eugenics in Russia. [S.l.]: Open Book Publishers, 2018.

LAVRIN, Asunción. **Women, Feminism and Social Change in Argentina, Chile and Uruguay 1890-1940**. Lincoln: University of Nebraska Press, p. 491, 1998.

LETRA de mujer: Paulina Luisi por Facundo Ponce de León. Biblioteca Nacional de Uruguay, 2021. Disponível em: <http://www.bibna.gub.uy/biblioteca-nacional/letra-de-mujer-paulina-luisi-por-facundo-ponce-de-leon/>. Acesso em: 17 ago. 2021

LEVINE, Philippa. **Eugenics**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LÖWY, Ilana. Por que tão devagar? Os obstáculos para a igualdade dos sexos na pesquisa científica. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra. **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado**: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha e Devires, p. 231-246, 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUISI, Paulina. **Para una mejor descendencia**. Buenos Aires: Casa Editora 'Juan Perrotti', p. 1-29, 1919.

LUISI, Paulina. **Algunas ideas sobre Eugenia**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1916.

LUISI, Paulina. Plan y métodos de Enseñanza Sexual. **Acción Femenina**. Montevideo, v. 4, n. 27, p. 6-30, 1920.

LUIZI, Paulina. Educação Sexual. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 3-5, 1930.

LUIZI, Paulina. **Pedagogia e Conducta sexual**. Montevideo: El siglo ilustrado, 1950.

MARINO, Katherine M. **Feminism for the Americas**: the making of an international human rights movement. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019.

MARTINS, Lilian Al-chueyr Pereira. História da Ciência: Objetos, Métodos e Problemas. **Ciência e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 305–317, 2005.

MARTINS, Roberto de Andrade. Introdução: a história das ciências e seus usos na educação. *In*: SILVA, Cibelle C. (Org.), **Estudos de História e Filosofia das Ciências**: subsídios para aplicação no ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, p. 21-34, 2006.

MATTHEWS, Michael Robert. History, philosophy, and science teaching: The present rapprochement. **Science & Education**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-47, 1992.

MELONI, Maurizio. **Political biology**: Science and social values in human heredity from eugenics to epigenetics. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

MIRANDA, Marisa A. La eugenesia tardía en Argentina y su estereotipo de familia, segunda mitad del siglo XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 33-50, 2018.

MOLINA JIMÉNEZ, Iván. Deliciosas tempestades: Las mujeres y la educación sexual en Costa Rica entre las décadas de 1920 y 1960. **Descentrada: Revista interdisciplinaria de feminismos y género**, Buenos Aires, v. 3, n. 1, 2019.

MONTAGNER, Maria Inez; MONTAGNER, Miguel Ângelo. Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp: vozes singulares e imagens coletivas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 379-397, 2010.

MOURA, Breno Arsioli; SILVA, Cibelle Celestino. Critical and Transformative Teachers: A Rationale for History and Philosophy of Science in Teacher Education. *In*: **Teaching Science with Context**. Springer: Cham., p. 3-13, 2018.

MOURA, Breno Arsioli. O que é natureza da Ciência e qual sua relação com a História e Filosofia da Ciência. **Revista Brasileira de História da Ciência**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 32-46, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NETO, Nivaldo Aureliano Léo. Divulgação e Educação Científica Racista no Boletim de Eugenia (1929–1933): Uma Análise Crítica com Vistas a Contribuir para uma Educação em Ciências Contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, p. 1-31, 2021.

NICOLADELI, Angelo Tenfen. **A história de como a biologia justificou o racismo**. PET Biologia UFSC, Blog do Projeto de Divulgação Científica Sporum, 2017.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/353851826_A_historia_de_como_a_biologia_justificou_o_racismo_Texto_de_Divulgacao_Cientifica. Acesso em: 13 ago. 2021.

NICOLADELI, Angelo Tenfen. **Gênese e desenvolvimento do conceito de seleção natural**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 89, 2020.

NICOLADELI, Angelo Tenfen; RAMOS, Mariana Brasil. História da Ciência a partir das ideias de Paulina Luisi e Renato Kehl sobre Educação Sexual: Uma Análise do Boletim de Eugenia (1930). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 13. **Anais...** [S.l.]: ENPEC, p. 1-9, 2021a.

NICOLADELI, Angelo Tenfen; RAMOS, Mariana Brasil. A eugenia como temática para discussão da natureza da ciência na formação superior em ciências biológicas. **APEduC Revista-Investigação e Práticas em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia**, Trás-os-Montes, v. 2, n. 2, p. 139-153, 2021b.

NICOLADELI, Angelo Tenfen. Tradução comentada do artigo de Paulina Luisi publicado em 1916, "*Algunas ideas sobre Eugenia*". **Revista Brasileira de História da Ciência**, [S.l.] v. 15, n. 1, p. 233-248, 2022.

ORTEGA, Elizabeth; BELTRÁN, María José; MITJAVILA, Myriam. Eugenesia y medicalización del crimen a inicios del siglo XX en Uruguay. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 27, p. 354-366, 2018.

PEREIRA, Ana Isabel; AMADOR, Filomena. A história da ciência em manuais escolares de ciências da natureza. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 6, n. 1, p. 191-216, 2007.

PHILLIPS, Bernard S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

REVERSI, Luiz Felipe. **Síntese estendida: uma investigação histórico-filosófica**. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *In*: **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: UEL, p. 129-140, 2009.

RODRÍGUEZ ANTÚNEZ, Camilo. A cien años del primer plan y métodos de enseñanza sexual en el Uruguay. Sus vinculaciones con el discurso eugenésico. **Historia de la Educación**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 75-89, 2019.

SÁNCHEZ DELGADO, Marcelo. Sexo, eugenesia y política: Waldemar Coutts (Chile, 1895-1959). **Revista de historia**, Concepción, v. 25, n. 1, p. 109-130, 2018

SAPRIZA, Graciela. Ciencia, política y reforma social: esperanzas y conflictos de la primera médica del Uruguay, Paulina Luisi (1875–1950). *In*: JACINTO, Lizette; SCARZANELLA, Eugenia (Org). **Género y ciencia en América Latina**: mujeres en la academia y en la clínica (siglos XIX–XXI). Madrid: AHILA, 2011.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; CARVALHO, Graça Simões; CORAZZA, Maria Júlia. Concepções de estudantes do ensino superior acerca da Eugenia. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A visão de professores em formação continuada sobre história da ciência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10. **Anais...** Águas de Lindóia: ENPEC, 2015.

SCHNEIDER, William H. Puericulture, and the style of French eugenics. **History and philosophy of the life sciences**. Londres, v. 8, p. 265-277, 1986.

SERRA, Lia Novaes; SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.

SILVA, João Ítalo de Oliveira. **Por uma eugenia latino-americana**: Victor Delfino e Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) - Programa de Pós Graduação em História e Culturas Políticas, Belo Horizonte, 2008.

SIMONETTO, Patricio. El sexo de las naciones: producción y circulación global de narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 01-33, 2020.

SOUZA, Gizele de; CORDEIRO, Andréia. Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan-americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 5-28, 2015.

SOUZA, Vanderlei S. de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos,

temas e perspectivas historiográficas. *In*: TEIXEIRA, L.A.; PIMENTA, T.S.; HOCHMAN, G. (Org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, p. 328-355, 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, [S.l.] v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 597-614, 2016.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenics in Brazil 1917-1940. *In*: ADAMS, Mark B. (Ed.). **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press, 1990.

STEPAN, Nancy Leys. **"The hour of eugenics"**: race, gender, and nation in Latin America. New York: Cornell University Press, 1991.

STEPAN, Nancy Leys. **'A Hora da Eugenia'**: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2005.

STERN, Alexandra Minna. Gender and sexuality: a global tour and compass. *In*: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford handbook of the history of eugenics**. New York: Oxford University Press, p. 173-191, 2010.

STERN, Alexandra Minna. Eugenics in Latin America. *In*: CANGEMI, Michael. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. New York: Oxford University Press, 2018.

TEIXEIRA, Izabel Mello; SILVA, Edson Pereira. Eugenia e ensino de genética: do que se trata? **Revista Ciências & Ideias**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 63-85, 2017^a.

TEIXEIRA, Izabel Mello; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, São Paulo, v. 15, p. 63-80, 2017b.

THOMAZ, Luciana Costa Lima. Raízes Eugênicas da biotipologia neo-Hipocrática francesa no período de Entreguerras. *In*: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: Casa de Soluções e Editora da USP, p. 73-85, 2013.

TRAMONTINA, Leonardo Turazzi; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. Ciência, ideologia, literatura e eugenia: aproximações entre as ideias biológicas de Renato Kehl e o discurso científico do livro "o presidente negro", de Monteiro Lobato. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 213-238, 2020.

TROUNSON, K. E. The Literature Reviewed. **Eugenics Review**, [S.l.], v. 23, n. 3, p.

236–237, 1931.

TORRES, Ines de. La prensa feminista en el Uruguay del Novecientos. Acción Femenina: agenda de derechos y construcción de ciudadanía en la revista del Consejo Nacional de Mujeres. *In*: LEANDRINI, Ricardo González; MINGUZZI, Armando (Eds.). **Narrativas de la cohesión social en publicaciones periódicas del Cono Sur americano (1900-1940)**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2019.

TYDÉN, Mattias. The Scandinavian States: Reformed Eugenics applied. *In*: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford handbook of the history of eugenics**. New York: Oxford University Press, p. 363-376, 2010.

TURDA, Marius. **Interview Prof. Marius Turda - Eugenics and the female body propaganda**. Disponível em: https://youtu.be/wUG4_UiHi-E. Acesso em: 02 jul. 2022.

TURDA, Marius. **"We Are Not Alone": Legacies of Eugenics (Exhibition) - Marius Turda**. Disponível em: <https://youtu.be/mxVXeM3xL7E>. Acesso em: 02 jul. 2022.

VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa. “Civilizar la libido”: estrategias ambientales de la eugenesia en la Argentina. **Iberoamericana**, Madrid, p. 57-75, 2011.

VALLEJO, Gustavo. La hora cero de la eugenesia en la Argentina: disputas e ideologías en el surgimiento de un campo científico, 1916-1932. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, pp. 15-32, 2018.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. Feminismo, Eugenia e Maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. **Fronteiras**, Dourados, v. 14, n. 25, p. 55-68, 2012.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. Vidas que se cruzam: as trajetórias das feministas sufragistas uruguaias e brasileiras através dos discursos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1. **Anais...** Florianópolis, 2011.

VÁZQUEZ, María Laura Osta; GARCÍA, Alvaro. Las mujeres y sus espacios: partidos, derechos y debates en el Uruguay de 1920 y 1938. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, 2010.

VILLELA CORTÉS, Fabiola. Eugenesia y determinismo genético. Una solución simple a un problema complejo. **Acta bioethica**, Santiago, v. 23, n. 2, p. 279-288, 2017.

ZAVAGLIA, Adriana; RENARD, Carla MC; JANCZUR, Christine. A tradução

comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-352, 2015.

ANEXO A

Tradução comentada do artigo de Paulina Luisi publicado em 1916, “Algunas ideas sobre eugenia”

Angelo Tenfen Nicoladeli | Universidade Federal de Santa Catarina
angelonicoladeli@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é uma tradução comentada de um artigo de Paulina Luisi (1875-1950), apresentado em 1916 no 1º *Congreso Americano del Niño*, em Buenos Aires. Nele, a autora elabora um panorama das discussões sobre a ciência eugênica da época, com foco específico na questão de como evitar o nascimento dos considerados degenerados. Dentre seus argumentos, destaca-se a defesa do aborto eugênico ao invés da prática da castração ou esterilização, pois, segundo Paulina, traria um maior nível de segurança às mulheres. Essa tradução configura-se como fonte primária com grandes potencialidades para estudar a história da eugenia e para discutir os quatro mitos históricos sobre o movimento eugênico, descritos pelo historiador Mark Adams (1990).

Palavras-chave: história da ciência – eugenia – educação em ciências.

ABSTRACT

This work is an annotated translation of an article by Paulina Luisi (1875-1950), presented in 1916 at the 1st *Congreso Americano del Niño*, in Buenos Aires. In it, the author elaborates an overview of the discussions on eugenics science at the time, with a specific focus on the question of how to avoid the birth of those considered degenerate. Among her arguments, the defense of eugenic abortion stands out instead of the practice of castration or sterilization, because, according to Paulina, it would bring a greater level of security to women. This translation is a primary source with great potential to study the history of eugenics and to discuss the four historical myths about the eugenics movement, described by historian Mark Adams (1990).

Keywords: history of science – eugenics – science education.

Introdução

Estudar a história de Paulina Luisi é importante para compreendermos tanto aspectos de ciência (produtos das ciências), quanto sobre ciência (natureza das ciências). De ciência, porque Paulina Luisi foi uma das representantes do pensamento eugênico latino de sua época e uma das primeiras intelectuais a defender a necessidade de uma educação sexual de crianças, jovens e adultos, embora dentro de uma perspectiva eugenista e prescritiva (Antúñez, 2019). Sobre ciência, por sua

vez, porque foi a primeira a mulher a ter o título de ensino superior no Uruguai, a saber, de medicina. A médica, que teve um importante papel na construção do partido socialista daquele país, representa uma marca na luta pelos direitos das mulheres na região do Rio da Prata (Cawen, 2018).

Paulina Luisi é uma personagem histórica sobre a qual é importante debater dentro da educação científica, porque além de ter sido uma mulher latino-americana conhecida internacionalmente e com papel fundamental na luta sufragista do Uruguai, sua trajetória deixa nítidas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no começo do século XX para ingressar no ensino superior e na vida acadêmica (Cawen, 2018).

Estudar esse texto escrito por Paulina Luisi é uma oportunidade para discutir os quatro mitos históricos sobre o movimento eugênico descritos pelo historiador Mark Adams (1990, p. 217-220), já que esse texto faz emergir todos os quatro mitos. Vejamos: (1) o primeiro mito afirma que a eugenia foi um movimento único, coerente, principalmente anglo-estadunidense, com um conjunto específico de objetivos e crenças comuns. Na verdade, a eugenia foi um movimento científico-social bastante diverso que se desenvolveu em mais de trinta países. Paulina Luisi em seu texto, nos mostra uma das versões latinas da eugenia; (2) o segundo mito, por sua vez, leva a acreditar que a eugenia estava intrinsecamente ligada à genética mendeliana, algo que também se caracteriza como falso, uma vez que, como ocorreu na tradição latina do movimento eugênico, havia forte influência do neolamarckismo, ou da herança dos caracteres adquiridos. Em seu texto, Paulina Luisi cita Adolphe Pinard, médico pioneiro na defesa da puericultura, bem como outros eugenistas franceses influenciados pelo neolamarckismo; (3) o terceiro mito é a ideia que a eugenia era uma pseudociência, o que não possui qualquer fundamento e tampouco sentido histórico, já que grande parte dos eugenistas eram reconhecidos cientistas em suas áreas de atuação, sendo que o movimento eugênico também se reproduzia por meio de práticas científicas como a publicação em periódicos, organização de eventos e sociedades científicas. O próprio texto aqui traduzido é uma apresentação em um congresso científico em Buenos Aires; (4) o quarto e último mito se refere ao aspecto político da eugenia, o qual acredita-se ser essencialmente “reacionário”. Vale destacar que a eugenia se aliou tanto a projetos reacionários e conservadores quanto a projetos comunistas, anarquistas, liberais e feministas. Paulina Luisi, por exemplo, foi uma

eugenista e feminista uruguaia, com participação ativa na fundação do Partido Socialista do país.

Por outro lado, comparar a eugenia que se desenvolveu no Uruguai com aquela que emergiu no Brasil é uma forma de compreender melhor o movimento eugênico como um todo, principalmente a eugenia latino-americana. Em outros termos, o texto de Paulina Luisi pode ajudar a pensar a eugenia no Brasil em uma perspectiva comparativa.

Existem inúmeras possíveis aproximações e distanciamentos entre o texto de Paulina Luisi e o movimento eugênico brasileiro, tanto na figura de médicos e higienistas quanto de educadores. Uma possível comparação é com o eugenista brasileiro Renato Kehl (1889-1974). Ele nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Limeira. Estudou farmácia, mas optou por seguir carreira em medicina. Em 1918 fundou, junto com outros intelectuais da época, a Sociedade Eugênica de São Paulo, além de ter sido um dos organizadores do Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929 (Souza, 2019).

Tanto Paulina Luisi quanto Renato Kehl responderam ao “Inquérito sobre educação sexual” que foi organizado pelo último no periódico *Boletim de Eugenia*, em 1930 (Kehl, 1930; Luisi 1930). A resposta de Paulina Luisi é uma tradução de um de seus textos famosos, apresentado em 1923 no Congresso Internacional de Hygiene, que ocorreu em Paris; a tradução, aparentemente, foi feita pelo próprio Renato Kehl. Já a resposta de Renato Kehl ao seu próprio Inquérito é a cópia de um texto que o autor havia apresentado em 1928, no primeiro Congresso de Educação, o qual ocorreu em Curitiba. A comparação entre os dois autores faz emergir discussões sobre a história da educação sexual e o movimento eugênico na América Latina, quando utilizada como fonte primária dentro da educação científica (Nicoladeli e Ramos, 2021a; Nicoladeli e Ramos, 2021b).

Uma breve biografia

Paulina Luisi foi uma educadora, médica, feminista, socialista e eugenista uruguaia. Filha de pai italiano, formada em direito e pedagogo, e de mãe polonesa, professora e poliglota (Vázquez, 2011), foi a mais velha de oito irmãos. Nasceu em

1875 na cidade de Colón, situada na província de Corrientes, na Argentina (Sapriza, 2011), mas em 1878 mudou-se com sua família para o Uruguai.

Ingressou em 1900 na *Facultad de Medicina da Universidad de la República* e formou-se médica em 1908, sendo a primeira mulher uruguaia a ter diploma universitário (Sapriza, 2011; Ibarburu, 2014). Inicialmente, Paulina Luisi se especializou na área de ginecologia, em seguida, em 1923, obteve especialização em dermatologia e enfermidades venéreas, em Paris. Luisi foi uma das fundadoras do Partido Socialista del Uruguay, em 1910, além de ter sido uma figura importante na constituição do movimento feminista do país, lutando ao longo de sua vida pelos direitos de saúde, civis, políticos e educativos das mulheres. Também foi professora de *Higiene Social y Educación Profiláctica* na *Escuela Normal* (Sapriza, 2011).

Paulina Luisi foi uma representante importante do movimento que se convencionou chamar de feminismo de primeira onda. Ao mesmo tempo em que lutava pelos direitos das mulheres e pela obrigatoriedade da educação sexual, ela também defendia a eugenia como um caminho científico para o desenvolvimento da sociedade uruguaia. Um dos temas que preocupava Paulina era a higiene social, área médica que se voltava a estudar as influências de certas condições sociais sobre a saúde da população, assim como as medidas sanitárias necessárias para mitigar tais efeitos nocivos (Sapriza, 2011; Ibarburu, 2014).

Depois de formada, Luisi foi enviada em 1913 à Europa, pelo governo reformista de José Batlle y Ordóñez, para estudar higiene social. Em sua estadia na França, Paulina Luisi esteve em contato com o movimento feminista em desenvolvimento (Sapriza, 2011) e com uma corrente eugenista de característica latina (Stepan, 1991; Barrán, 1999), influenciada pelas prescrições morais da Igreja católica e pela concepção neolamarckista de desenvolvimento humano, que levava em conta as influências ambientais e a herança dos caracteres adquiridos.

Criou, em 1916, em conjunto com outras mulheres, o *Consejo Nacional de Mujeres del Uruguay* (Conamu), com o objetivo de lutar pelo direito ao voto e por direitos civis para as mulheres (Sapriza, 2011). O Conamu era responsável pela publicação da revista *Acción Femenina*, onde Paulina Luisi publicou inúmeros textos. Além disso, ao longo de sua vida a médica apresentou trabalhos em uma série de congressos e eventos científicos, em muitos deles como representante do país.

Em 1919 fundou a *Alianza Uruguaya para el Sufragio Femenino*. O sufrágio feminino no Uruguai foi conquistado em 1932, sendo o primeiro país da América Latina a conseguir tal feito, entretanto, devido à ditadura de Gabriel Terra, as mulheres votaram pela primeira vez apenas em 1938. As primeiras parlamentares mulheres tomaram posse somente em 1942. Por fim, a lei de direitos civis das mulheres, motivo pelo qual Luisi lutou grande parte de sua vida, foi aprovada em 1946 (Sapriza, 2011).

Tradução

Para realizar a tradução, utilizei uma versão do artigo disponibilizada digitalmente pela Biblioteca Nacional de Uruguay (Luisi, 1916). No texto a seguir, as notas de rodapé indicadas por [P.L.] se referem às notas do texto original, enquanto que as indicadas por [N.T.] se referem às notas do tradutor. As páginas do texto original estão indicadas entre colchetes e os itálicos compõem o texto original.

“Algumas ideias sobre Eugenia”

A leitura de estudos interessantes sobre Eugenia sugeriu algumas ideias que queremos apontar neste trabalho. Não temos nem a pretensão de anunciar nada novo, nem de estabelecer polêmicas de qualquer tipo sobre as teorias que essa ciência sustenta, nem sobre as conclusões que dela se deduzem.

Responde apenas ao desejo de chamar a atenção dessa ilustre assembleia para os importantes problemas colocados pela Eugenia, com a secreta esperança de que o estudo desta ciência tenha o lugar que merece no próximo Congresso.

O sábio professor Charles Richet, em sua magnífica obra *A seleção humana*,^[1] estuda a ação da civilização sobre o indivíduo e sobre a espécie: “Na vida selvagem”, diz ele, “a seleção é a consequência necessária da luta que ocorre entre os seres. Viver é um combate perpétuo e, nesta luta, os fortes sempre vencem; os fracos são esmagados. A natureza implacável não cuida dos inválidos e condena os impotentes; o indivíduo não é nada; a espécie é tudo. É necessário, para o vigor da espécie, que tudo o que é imperfeito seja destruído. A natureza viva é assim; nem cruel, nem gentil,

nem justa, nem perversa. Doçura, misericórdia e justiça são ideias e palavras [p. 4] humanas. A natureza não conhece generosidade nem ódio. Segue seu caminho interessada apenas em produzir seres vivos, e em produzi-los enérgicos, vigorosos e poderosos. Mas a sociedade introduziu um novo elemento nas relações humanas: o *respeito por cada personalidade humana*. A noção de *direito* substituiu a de *força*. A sociedade deseja que todos os seres humanos tenham o mesmo direito à vida, independentemente de sua pequenez e fraqueza. Assim, por causa desse estado social, a grande lei da seleção natural se encontra viciada, acabando por perverter ainda mais a seleção sexual. O casamento se tornou uma função social em vez de uma função natural, adequada para a preservação de uma raça forte”.

Esta página magnífica de Charles Richet, na *A seleção humana*, pronuncia a condenação contra a ação debilitante da civilização sobre as espécies.

Antes dele, o próprio Darwin, em *A descendência do homem e a seleção sexual*, [2] disse: “O homem estuda com a mais escrupulosa atenção o caráter e a genealogia de seus cavalos, de seus cães, de seus outros animais domésticos, antes de permitir que se acasalem; mas quando se trata de sua própria prole, ele toma essa precaução muito raramente, talvez nunca. A seleção permitiria, no entanto, fazer algo adequado, não só pela constituição física de seus filhos, mas também por suas qualidades intelectuais e morais. Os dois sexos não devem ser unidos no casamento quando estão em um estado de inferioridade física ou espiritual muito pronunciado; mas expressar tais esperanças significa expressar uma utopia, uma vez que essas esperanças não serão realizadas nem mesmo em parte, enquanto as [p. 5] leis da herança não forem totalmente conhecidas.”

Mais ou menos na mesma época, 1864, Alfred Russell Wallace escreveu: “Entre as nações civilizadas, não nos parece possível que a seleção natural funcione de forma a garantir o progresso permanente da moralidade e da inteligência, uma vez que as almas são incontestavelmente medíocres, quando não inferiores, os que chegam melhor na vida, é porque se multiplicam mais rapidamente.”

Poucos anos depois, em 1869, Francis Galton, em seus estudos sobre a herança, apoiou e ampliou essas ideias e lançou as bases da ciência que, sob o nome de *Eugenia*, vem florescendo e fazendo conquistas frutíferas no campo especulativo e experimental. A Eugenia, para Galton, é “o estudo dos fatores sujeitos ao controle

social que podem aumentar ou diminuir as condições sociais, sejam físicas ou espirituais, das gerações futuras” (Francis Galton: *Hereditary genius, an inquiry into its laws and consequences*).^[3]

Essas ideias foram abrindo caminho e, por iniciativa da escola de Galton, o primeiro Congresso Internacional de Eugenia aconteceu em Londres, em julho de 1912. Nele foram consideradas relações desta ciência com:

- 1.º As investigações biológicas;
- 2.º As investigações sociológicas e históricas;
- 3.º As leis e costumes sociais, e
- 4.º As aplicações práticas de seus princípios.

Sintetizei a matéria dos trabalhos apresentados no citado Congresso, pois sua enunciação mostra a extensão e a profundidade dos estudos que [p. 6] esta ciência compreende atualmente, que estendeu seu campo de pesquisa em uma esfera muito maior do que a concebida por seu criador. Rudimentar ainda nas suas bases científicas, – porque o conhecimento das leis da herança, apesar dos magníficos estudos de naturalistas e biólogos, como Darwin, Weissmann, De Vries, Apert, Le Dantec, Correus e Cuenot, que estudaram particularmente as leis de Mendel de 1865 a 1869, – ainda não deixou de pertencer em grande parte aos estudos especulativos, pois as teorias que a regem ainda estão em discussão. O estudo biológico da herança, embora tenha entrado no campo da experimentação, está sujeito às variações que os resultados laboratoriais impõem.

Todo o valor científico e prático da *Eugenia* gravita em torno deste maravilhoso segredo da herança, que a natureza se recusa a nos deixar descobrir. Porém, a partir das poucas noções positivas adquiridas, tentou-se obter aplicações práticas em benefício da espécie, pois, como diz Richet: “a civilização, que tudo fez pelo progresso do indivíduo, só veio para degradar.”

Até agora, com efeito, a civilização dedicou todos os seus esforços para melhorar as condições particulares e sociais do indivíduo, e essa noção individualista absorveu completamente a noção coletiva. O progresso, levando o homem do estado selvagem ao civilizado de hoje, domesticou todos os seus instintos, restringindo-os com leis mais ou menos justas, mas negligenciou completamente a mais poderosa de

todas, porque é superior à da preservação da vida individual: a da reprodução. A natureza se vingou disso, mantendo o instinto da espécie ainda selvagem e indisciplinado, apesar da marca que a vida civilizada deixa nos indivíduos. [p. 7]

A Eugenia, em uma de suas aplicações práticas tenta, justamente, civilizar esse instinto de reprodução, direcionando-o para a produção de descendentes que sinalizem progresso sobre seus antecessores. Essas palavras também sintetizam o conceito da *Eugenética* de Pinard, o velho defensor da puericultura, que não limita sua tarefa ao cuidado da criança durante a gestação e após o nascimento. Precisava completar sua obra redentora da infância estudando a *puericultura antes da procriação*; como ele diz, a eugenética, “visa estudar e divulgar as condições mais favoráveis à reprodução para aplicá-las da melhor maneira, com objetivo de conservar e melhorar a espécie humana”. É, em suma, submeter o instinto geracional a disposições ou leis, ou seja, *civilizá-lo*.

Obviamente, a raça humana não pode ser dirigida com os mesmos critérios com os quais um rebanho é governado, nem os humanos podem ser submetidos às mesmas práticas ativas ou privativas que são usadas pelos procriadores. Mas, os conhecimentos demonstrados experimentalmente sobre a herança que podemos considerar; embora restritos, podem servir para deduzir alguns princípios de aplicação prática, que devem ser levados ao conhecimento dos procriadores humanos para o benefício do aprimoramento da raça.

Por enquanto, graças à determinação voluntária das condições mediatas e imediatas da procriação, uma ação benéfica seria exercida sobre os produtos obtidos. Existe atualmente, e isso é conhecido por todos os médicos e muitos que não o são, uma forte tendência para limitar o aumento de crianças; tendência criada em grande medida pelas condições econômicas e por circunstâncias de vários tipos em outros casos, mas que sempre produz um resultado positivo [p. 8]: a diminuição da taxa de natalidade. Essa restrição, que é um fato, e essa prática amplamente difundida de não procriar, deveriam ser orientadas de forma útil, a fim de que os partos respondessem às desejadas condições de excelência. No ponto em que chegamos, não há muito o que fazer para alcançar esse fim e transformar a *utopia* de Darwin em uma bela realidade. Todos os seres que se encontram em condições temporárias ou permanentes de inferioridade e, portanto, propensos a dar origem a produtos de baixa

qualidade, devem abster-se de procriar. É, ao mesmo tempo, uma necessidade de saúde e de bem-estar para o futuro filho, porque de pais fracos só se obtêm filhos fracos e enfermos, destinados a levar uma vida de dor e pobreza física, sujeitos a todos os defeitos de herança, terreno propício a todas as doenças orgânicas e morais. Todos nós sabemos a ação que a dor física e a inferioridade fisiológica exercem sobre o ser moral para deprimi-lo ou aniquilá-lo.

Essa *incapacidade* de procriar deveria ser levada em consideração pelas autoridades científicas e pela sociedade sempre que uma família é estabelecida. Já por ocasião de dois grandes flagelos da humanidade, a tuberculose e a sífilis, este problema tem sido estudado com determinação.

Ainda na XI Conferência Internacional contra a Tuberculose (Bruxelas, 1910), o Professor Landouzy, em seu magistral relatório, após ter estudado a ação do veneno tuberculoso sobre o produto da concepção que pode ser transmitido à criança pela placenta (herança do bacilo)^[4] ou dar origem a todas as distrofias tuberculosas (herança de terreno),^[5] diz: “Há algo melhor do que tratar crianças heredo-tuberculosas, do que protegê-las de qualquer contágio bacilar, do que fortalecer seu terreno: devemos tentar prevenir [p. 9] sua procriação por meio de uma profilaxia benéfica do casamento na tuberculose. Na verdade, é melhor prevenir do que remediar. Essa profilaxia do bacilo-tuberculoso inatodistrofiante (dando à mortalidade infantil uma grande contribuição), nossos netos farão um dia, quando, antes de constituir família, terão a cautela de se inspirar na *seleção* que hoje só orienta a procriação animal e é tão descuidada nas uniões humanas. No entanto, dependendo se essas uniões são vigorosas ou doentias, elas produzirão gerações saudáveis ou imperfeitas, que amanhã constituirão povos fortes ou degenerados. Pela seleção primeiro, pela puericultura depois, o homem conseguirá dar aos seus descendentes resistência, força e vigor”.

Estas palavras do Mestre são aplicáveis a todas as doenças distróficas degenerativas, a todas as que originam produtos regressivos ou monstruosos: sífilis, alcoolismo, doenças mentais etc. Henri Cazalis (*Science et mariage*), o primeiro na França, propôs como requisito para o casamento o exame médico com a apresentação de um atestado de aptidão generativa. “Estamos acostumados a examinar”, diz ele, “aqueles que entram no serviço militar, mas somos menos

exigentes no que diz respeito ao casamento. Por que o recrutamento da raça nos deixa tão indiferentes?”. Muitos pensadores o seguiram nesta ordem de ideias. Um certificado de boa saúde foi proposto com argumentos sérios e valiosos. Trelart queria a regulamentação legislativa do casamento. Gresset substitui esse meio legal por uma espécie de conselho de família consultivo com médicos. Há escritores que não se opõem ao casamento, mas querem proibir a procriação: é o sistema de Malthus aplicado [p. 10] à limitação dos defeitos hereditários. MacLaren propõe uma forma indireta de garantir a saúde dos candidatos ao casamento: que entre os trâmites legais esteja a contratação de um seguro.

Schallmeyer apela veementemente à interdição do casamento de pessoas acometidas por doenças venéreas, até que a cura seja confirmada por um ano de observação médica. Wylm, *Moral sexual*, gostaria que os futuros cônjuges fossem examinados por um médico que lhes emitisse um certificado declarando-os livres de doenças transmissíveis. Zuccarelli pede a esterilização dos criminosos. Lombroso o apoia com sua alta autoridade.

Esses votos expressos por higienistas e sociólogos são minoritários em alguns países. A Romênia discutiu a proibição do casamento dos epiléticos, tuberculosos e sífilíticos em período virulento (*Archives d'anthropologie criminelle*, 1908). A lei dinamarquesa de 30 de maio de 1906, que visa combater a imoralidade pública e o contágio venéreo, estende seu código penal às relações conjugais (art. 181), e pune com prisão corretiva o fato de ter comunicado a outrem, de forma consciente ou por imprudência, uma doença venérea por meio do ato sexual (*Archives d'anthropologie criminelle*, 1905). Em alguns dos Estados Unidos existem leis semelhantes: Minnesota, Wisconsin, Alabama, Tennessee, Geórgia, Colorado, proíbem de forma mais ou menos absoluta o casamento de epiléticos, idiotas, imbecis, loucos e venéreos não curados.

O estado de Dakota promulgou uma lei que exige que as pessoas que desejam se casar se submetam a um exame de júri médico (*Archives d'anthropologie criminelle*). Notemos, de passagem, que todas essas medidas se referem apenas ao casamento: não protegem os filhos nascidos de uniões livres, que vão [p. 11] aumentar na medida da proibição dos casamentos.

Esses procedimentos dificilmente seriam aplicáveis aos nossos meios sociais;

mas as doenças venéreas teriam de estar entre as muitas doenças notificáveis; a propagação dessas infecções deve ser considerada um crime. Para que essas disposições tenham força de ação, todos os médicos que não relatam doenças contagiosas devem ser punidos e as autoridades devem fazer cumprir essas penalidades.

Todas essas medidas são, no entanto, insuficientes. Os fatos a que nos referimos tratam-se de muitas outras ações, que, embora puníveis pelos códigos, são, como se entende, de responsabilidade e culpa facilmente evitáveis. Além disso, como todos os atos que se enquadram no regime penal, eles estarão sujeitos a diversos procedimentos para sua aplicação, o que torna sua sanção quase inviável na prática.

Do ponto de vista prático, seria mais eficaz, embora sua aplicação seja há muito esperada, substituir o sistema penal pela *consciência da responsabilidade*. Só a educação, o conhecimento dos fatores benéficos e prejudiciais, para as necessidades da raça, podem educar essa consciência e criar essa responsabilidade.

Inspirada por essas ideias, a Sra. A. de Magalhães Pinto pediu ao Ministro da Justiça do Rio que quando os cônjuges fossem inscritos no registro civil, fossem avisados sobre os graves perigos que as doenças venéreas trazem ao indivíduo e à raça. Este panfleto deveria ser redigido de maneira diferente para homens e mulheres (*Bulletin Abolitionniste*, junho de 1915).

O árduo trabalho que vem sendo feito para introduzir a educação sexual nas escolas e na qual um capítulo deveria ser dedicado à Eugenia se deve também, em parte, a considerações [p. 12] sobre o futuro da espécie.

Todas as nossas observações até agora se referiram aos pais de más condições constitucionais ou orgânicas adquiridas e, principalmente, à tuberculose e às doenças venéreas, porque são elas que conferem percentual incomparavelmente maior de declínio físico, morbidade e mortalidade da descendência.

Os pais de quem falamos podem ter ou adquirir *responsabilidade reprodutiva*, a que me referi acima, porque, embora doentes do corpo, mantêm suas mentes em condições normais de inteligência. Eles podem, de certa forma, direcionar a concepção; não em termos de produzi-la, já que as noções científicas que temos a esse respeito são quase iguais a zero; mas sim em termos de evitá-la. Todos conhecem uma série de procedimentos contraceptivos mais ou menos eficazes, que

continuam a ser usados sempre que se trata de relações ilegais ou quando, respondendo a considerações outras que não a do melhoramento do produto, se quer evitar a fecundação. Desde empregar essas práticas comuns nos casos citados, até fazê-las para evitar o momento da concepção, se esta não for propícia, há apenas um passo: pensar que isso deve ser feito. Mas tem mais. Entre os reprodutores mais *inferiores* da espécie, está todo o grupo de nascidos inconscientes, irresponsáveis, criminosos, idiotas, epiléticos, degenerados mentais de todos os tipos e todos os indivíduos dominados por vícios habituais que assumiram o caráter de doença crônica: alcoólatras, viciados em éter, viciados em morfina etc. As medidas profiláticas acima enunciadas nem sempre são [p. 13] praticáveis, devido ao estado de obscuridade intelectual que torna esses indivíduos incapazes, temporária ou permanentemente, dos atos reflexivos do espírito. Como pedir que esses seres, animalizados pela doença ou pelo vício, tenham consciência e, portanto, responsabilidade? Para eles foi buscado outro procedimento que, sem privá-los do ato sexual, – o que não seria viável senão por *segregá-los* do meio social – os impede, entretanto, de se perpetuarem em outros seres. Porque se o primeiro grupo de inferiores de que estamos falando, dá origem a seres fisicamente perturbados, esse segundo grupo se perpetua em outros mais degenerados ainda – e a herança dos criminosos é conhecida de todos; bem como as relações hereditárias entre o alcoolismo (que é a mais bem estudada das intoxicações citadas) e a idiotice, a loucura e o crime.

Referindo-se a todos esses infelizes exemplos de humanidade, diz Maxwell (*Le crime et la société*) ao estudar a profilaxia social contra o crime: “o terceiro grupo de medidas gerais compreende as medidas sociais destinadas a impedir a produção de indivíduos capazes de serem criminosos.

Pode-se afirmar, sem perigo de errar, que o fator hereditário é talvez o mais importante de todos na etiologia do crime. Pode ser encontrado tanto na criminalidade de hábito quanto na de ocasião.

No entanto, a luta contra a herança criminosa não existe nas nossas cidades; esse ato tão importante para o indivíduo procriado, que se chama Reprodução, esse fato tão grave para a comunidade, cuja composição depende de uniões fecundas, está completamente esquecido em nossas sociedades atuais. Não consigo conceber a

indiferença com que continuamos a cumprir essa função que interessa tanto à comunidade quanto ao indivíduo. [p. 14]

A descendência do degenerado, do alcoólatra, daquele que sofre de um defeito transmissível, está condenada, por um justo destino, à miséria física e moral. As forças misteriosas que contribuem para a perpetuação da vida destroem incessantemente essa prole condenada. Insanidade, epilepsia, histeria, todas as psicoses e todas as neuroses fazem dela sua presa, assim como ela é perseguida desde a concepção por doenças psíquicas: idiotice, imbecilidade, inadaptabilidade social, crime, suicídio. O que fazemos por essas criaturas? Cuidamos deles em nossas casas de repouso, quando não os mandamos para a prisão; mas não tentamos evitar o infortúnio de seu culpado nascimento. Damos prêmios à seleção de reprodutores animais, premiamos a pureza do sangue dos cavalos, bois e carneiros, mas permanecemos indiferentes à qualidade dos homens, que formarão nossa futura sociedade. Eu não entendo essa cegueira! Pois não é apenas a criança ameaçada que deve ser removida da vida como os transeuntes são removidos de uma mina quando ela está prestes a explodir; é todo o nosso corpo social que devemos proteger contra a introdução de germes insalubres, como nos protegemos contra os coléricos e a peste.”

A mesma tese é defendida pelo Sr. Antonio Wylm, doutor em medicina e eminente magistrado do foro francês: “A ciência será um dia, a meu ver, a ciência imparcial e serena, ciência que é, como a natureza, ignorante de toda falsa piedade, escrava da justiça e da verdade. Ela dirá, e já diz, que a liberdade humana tem seus limites, que deve ser respeitada na medida em que não é prejudicial e não é injusto privar reprodutores insalubres dos meios de causar dano; que não é injusto arrancar da víbora seu veneno... O que nos interessa [p. 15] não é a função, mas seus resultados; o que é que lhes resta se isso pode ser evitado... a comunidade tem o dever de prevenir a possibilidade de descendência prejudicial à saúde.”

Como evitar a procriação de todos esses seres?

É extremamente difícil encontrar os meios práticos para evitá-lo. Foi proposta a castração de criminosos, ideia defendida por vários sábios. Naeke propôs há muito tempo em um artigo no *Archiv für Kriminal-Anthropologie und Kriminalistik* (v. 13, p. 58). Lohmer apoia essa ideia (Umschan, 1908), Daniels, o mesmo. Wylm, nós o vimos no trecho transcrito, ele a defende; Rentoul (British Medical Association Congress,

Toronto, 1906) leva a teoria longe demais, exagerando as categorias de pessoas que deveriam se submeter a essa operação. Lombroso defende calorosamente essa ideia.

Eu tenho dito teoria. Mas o estado de Indiana (EUA) já fez isso. A lei de 9 de maio de 1907 diz: “Considerando que a herança desempenha um papel muito importante na transmissão do crime, o Congresso do Estado de Indiana decidiu que, a partir da promulgação desta lei, seriam obrigatoriamente agregados aos estabelecimentos do Estado, encarregados da custódia de criminosos incorrigíveis, de imbecis, de alienados; dois cirurgiões de reconhecida competência, cuja missão seria examinar, junto com o médico-chefe, o estado mental e físico dos asilados nomeados pelo médico do estabelecimento e pela Diretoria. Caso os peritos e o Conselho julguem que não é aconselhável permitir a procriação aos examinados e se não houver probabilidade a favor do seu melhoramento mental, os cirurgiões estão autorizados a torná-los [p. 16] inférteis pela operação que consideram a mais segura e eficaz. Esta operação só será realizada em sujeitos declarados não passíveis de melhorias.” O *Archiv für Kriminal-Anthropologie* (setembro de 1908) acrescenta que 300 castrações foram realizadas naquela data. Após a promulgação dessa lei, mais sete estados da União deram continuidade ao mesmo movimento: Connecticut, Califórnia, Iowa, Nevada, Nova Jersey, Washington e, posteriormente, em 1912, o estado de Nova York. No entanto, o valor constitucional dessas leis tem sido fortemente contestado e apenas Indiana e Califórnia as adotaram sem muita dificuldade. Hatch, diretor do manicômio para alienados desta última cidade [*sic*], afirma (junho de 1912): “Na aplicação da lei de esterilização procedemos com prudência. Na *maioria* dos casos, evitamos qualquer intervenção arbitrária, agindo apenas com o consentimento dos interessados ou de seus familiares, que foram informados sobre a natureza da operação e suas consequências. Em alguns casos muito raros, esterilizamos indivíduos sem pedir seu consentimento. As operações realizadas foram em homens, apenas vasectomia, em mulheres, geralmente salpingectomia; raramente ooforectomia. Metade dos enfermos apresentava indiscutíveis sinais de loucura ou alcoolismo hereditário. Em muitos deles, o estado mental melhorou.”

Do ponto de vista do exercício da função sexual, nenhuma modificação foi observada, e esses resultados favoráveis induzem o Sr. Hatch a recomendar a

esterilização de reconhecidos criminosos, alcoólatras, epiléticos, pervertidos sexuais e morais e sujeitos atacados por insanidade recorrente. Apesar dessas observações e das centenas de sujeitos operados, a esterilização eugênica ainda está em fase experimental. [p. 17]

Notemos, de passagem, que a esterilização não oferece perigos iguais para ambos os sexos; completamente inofensiva nos homens, a operação é delicada nas mulheres, embora o perigo seja diminuído com o progresso da cirurgia moderna. Observamos também que o homem é muito mais prejudicial à espécie do que a mulher, devido ao maior número de seres que pode gerar. É evidente que essas práticas constituem uma medida de indiscutível eficiência, uma vez que reprodutores insalubres ficam, assim, incapacitados de participar da constituição da sociedade futura. No entanto, essas práticas têm sido contestadas por diversos autores, que as consideram prejudiciais, na medida em que poderiam trazer uma queda enorme na taxa de natalidade devido ao número de pessoas que recorreriam voluntariamente a essas operações, incentivadas pela inofensividade da vasectomia e pela decorrente liberdade de praticar o ato venéreo sem responsabilidades ou consequências. Argumento cuja validade não pode ser reconhecida, porque todo progresso pode ser utilizado para fins repreensíveis, desde que se considere, em nome de velhas morais e crenças históricas, que a diminuição voluntária da natalidade é moralmente repreensível ou criminosa. Outros autores reprovam essas práticas esterilizantes porque as consideram um ataque irreparável aos direitos humanos. “No entanto”, diz Maxwell, “temos que reconhecer que a única forma de evitar o crime congênito seria tomar medidas sanitárias destinadas a proteger a reprodução de nossa raça contra todas as causas de contaminação. Acho que ninguém duvida desse perigo social que denuncio, mas ninguém tem coragem de confessar que a liberdade absoluta de reprodução é um erro. Respeitamos essa liberdade perversa e, no entanto, em benefício de interesses coletivos menos evidentes [p. 18], não hesitamos em restringir liberdades menos perigosas. É um preconceito que deve ser combatido com vigor. Você não pode ter o direito de gerar filhos, quando não é capaz de gerá-los saudáveis no corpo e no espírito.”

A não reprodução de seres perturbados física ou mentalmente é, portanto, uma necessidade social; uma necessidade análoga às reações de um organismo contra os

germes que atacam sua vitalidade. Vimos os meios que atualmente estão ao nosso alcance para o prevenir: a castração, infalível nos seus resultados, mas de aplicação muito limitada, e os procedimentos contraceptivos, inofensivos, mas nem sempre eficazes.

A inclinação natural das ideias nos leva insensivelmente a esta reflexão: se os seres mencionados, que não devem se perpetuar, realizam o ato sexual não estando nas condições de esterilidade exigidas pelo interesse da espécie; se os meios de contracepção, devido a qualquer circunstância, viessem a falhar; se devido a imprudência ou descuido as precauções contraceptivas não tiverem sido tomadas de forma adequada, o que deve ser feito?

Não é incomum entre certas pessoas que um homem, sob o efeito do álcool, busque justamente nesse estado, exercer seus direitos conjugais sobre sua esposa, que sob a pressão da violência se rende ao ato reprodutivo dominada pelo medo. Nenhum desses dois seres está em condições favoráveis para a concepção eugênica – intoxicação do pai – excitação materna. Embora este homem não seja um alcoólatra sujeito à reclusão, seus filhos, e ainda mais, aqueles nascidos sob essas condições serão criaturas inferiores ou idiotas. Quantas doenças nervosas da primeira infância respondem a essa etiologia? Naturalmente, no caso citado [p. 19] não houve a possibilidade de utilização de alguns dos procedimentos indicados. Qual conduta deve ser seguida?

Outro caso que tomamos entre nossas notas profissionais, o da família de A., cujos chefes, consanguíneos duas ou três vezes, parecem carregar o peso de uma maldição. O primeiro filho é uma criatura bela, robusta e inteligente, perfeitamente equilibrada; o segundo é um menino robusto, bem constituído, inteligente embora um tanto *raro* e surdo-mudo; a terceira é uma criatura inteligente, mas também fraca, doente e surda-muda. Não há sífilis. Os infelizes pais vivem temendo a ideia de gerar outra criatura igualmente estúpida, talvez deformada ou idiota. Ambos são jovens. Apesar dos procedimentos anticoncepcionais que utilizam, vivem na tormenta de uma nova monstruosidade, continuamente temendo, até que o aparecimento de fenômenos naturais periodicamente acalme suas angústias. Seres inteligentes, cientes de sua responsabilidade para com seus descendentes, se separaram por medo de continuar a procriar criaturas semelhantes...

Supondo que uma nova concepção fosse produzida, que condições teria o produto em cuja criação se uniriam os fatores causadores da anormalidade, o estado desmoralizado da mãe e a agitação contínua de seu sistema nervoso? Qual conduta que a própria moral e a consciência social aconselhariam?

É conveniente permitir que se desenvolvam, condenando-os a toda infelicidade a que as suas condições de vida os destinam?

Em nome da misericórdia do indivíduo; em nome do interesse da raça, permitimo-nos afirmar que estes germes devem ser destruídos.

Não somos enganados pelas projeções desta declaração [p. 20]; conhecemos seu escopo; sabemos que vai contra a corrente das ideias hoje aceitas; sabemos que vai contra a legislação penal de todos os países, mas estamos convencidos de que é a única solução natural, justa, lógica e moral^[6] para este intrigante problema que contém em sua declaração os interesses da sociedade e do destino da espécie!

Essas conclusões, cuja declaração talvez seja ousada demais sob nossa pena, estão, no entanto, latentes em muitos espíritos, porque mais de um, especialmente entre os profissionais, deploram profundamente o nascimento daquelas criaturas condenadas a ser a escória ou a lama!

Quantos obstetras, tendo nas mãos um infeliz menino, recuperado depois de uma dura batalha, pensaram melancolicamente em seu destino! Quantos pediatras, quantos cirurgiões, predizem os escassos recursos da ciência que conhecem desamparadamente, a criaturas irremissivelmente condenadas à morte após lenta agonia! Quem entre eles não se rebelou contra a injustiça de tais nascimentos? Porém, ninguém se atreve a dizer em voz alta o que tantos pensam *in pectore*... Diante da possibilidade de tais frutos, é melhor destruir os embriões!

É claro que tais afirmações só podem ser aplicadas às criaturas para as quais esse destino está previsto.

A questão é extremamente delicada e não sabemos se já foi levantada definitivamente em relação aos embriões de sífilíticos, alcoólatras, loucos, degenerados e criminosos. [p. 21]

No entanto, o Dr. Lacassagne, há alguns anos, em sua obra *Considerations médicales sur l'avortement*, estabeleceu estas duas proposições: 1° Admito a profilaxia anticoncepcional; 2° Isso é justificado especialmente por razões sociais e às

vezes individuais. E Alfredo Naquet, o famoso autor da lei francesa do divórcio, escreveu: “Há casos em que o aborto me parece não só um direito, mas um dever seja qual for o ambiente. Isso acontece quando se trata de expulsar o fruto doentio de um tuberculoso, de um sífilítico, de um alcoólatra, de um louco” (*Chronique Médicale*, 1909).

Para a descendência tuberculosa a questão raramente foi levantada e, quando o foi, apenas indiretamente. No tópico debatido sobre interrupção da gravidez em pacientes com tuberculose, apenas a saúde da mãe foi levada em consideração; e ainda, em nome do *direito à vida* que se atribui ao embrião, muitos obstetras limitam a operação aos casos mais graves de doenças maternas.

No sétimo Congresso Internacional contra a Tuberculose (Roma, 1912), este assunto foi objeto de discussões acaloradas. Comentando sobre isso, Pinard, a quem poderíamos chamar de apóstolo do nascimento, afirma sua autoridade como um velho mestre para atacar implacavelmente a operação mencionada. Para ele, o aborto “somente é legal quando acidentes graves, determinados pela própria gravidez, persistentes e agravantes apesar dos medicamentos racionais usados, ameaçam a vida da mãe”. Só nesse caso pode ser consentido, porque “então o médico permanece fiel ao papel que não deve desempenhar sempre e em todo o lado”.^[7] De acordo com este critério, o médico não tem [p. 22] mais o dever ou o direito de preservar ou prolongar a vida independentemente de qualquer outra consideração. E assim é, pois “sem levar em conta a higiene social, a medicina, regida pela lei e pela religião, exige de seus adeptos a preservação da vida humana, por mais precária que seja, e pelo maior tempo possível”.^[8]

Felizmente, inúmeros especialistas em tuberculose e obstetras reagiram contra essa opinião, e o professor Bossi, relator do referido Congresso, defendeu tendências mais liberais. Se uma série de doenças que você cita “são aceitas como indicação para interromper a gravidez quando a mãe recusa intervenções cirúrgicas; a tuberculose, que se não mata a mãe agrava seu estado, deve logicamente fazer parte dessas indicações.”

Entre a afirmação exagerada de Pinard, que comentando o Congresso Internacional de Ginecologia, em Roma, em 1902, concluiu que jamais há indicação para provocar o aborto em caso de tuberculose, e a opinião contrária de Rein, que no

mesmo Congresso declarou que, neste caso, o aborto é uma operação ideal; ou a proposta de vários médicos, entre eles Martin, que no Congresso de Palermo em 1904 pretendia que todos os pacientes casados com tuberculose fossem esterilizados ou castrados, Bossi afirmou que a tuberculose é uma complicação que pode ser motivo para induzir o aborto.

Mas em todas aquelas laboriosas sessões, nenhum deles levantou a voz para proclamar o direito da criança à integridade da vida que lhe é transmitida; inspirado nas velhas doutrinas que justamente condena Forel; ninguém pensou no futuro, que, em nome da [p. 23] ciência, preserva a criança que veio ao mundo em condições tão desastrosas.

Concepções atávicas que, após reflexão, permanecem vivas no substrato da consciência, nos inspiram repugnância pelo ato destrutivo de um germe humano.

Um motivo antigo é o argumento religioso que inspirou o famoso édito de Henrique II (1556) contra o aborto, cuja exposição afirma que “o crime das mulheres condenadas por práticas abortivas é *privar seus frutos dos benefícios do Santíssimo Sacramento do Batismo e do enterro cristão.*” O ato era punido como um atentado às leis divinas e em nome da religião. Foi no século XVI.

O legislador que, em 1810, redigiu o famoso artigo 317 do Código Penal francês, que serviu de base para a legislação penal sobre esse ponto em muitos países, especialmente nas Américas, não explica nem comenta seu texto como o monarca francês em 1500.

Hoje ninguém ousaria dizer que o aborto priva os ciclos de uma alma; mas são numerosos os que afirmam que não há direito de suprimir um embrião porque é como suprimir uma vida, isto é, praticar um homicídio. Não contestaremos a exatidão da ideia de que o embrião assimila o ser já constituído: isso nos afastaria muito de nosso tema. Mas, notaremos de passagem, que o cometimento de uma morte humana traz consigo toda uma série de questões civis e comerciais, entre as quais uma se destaca com força, a *herança* (em seu significado legal e comercial). Que relações o espírito poderia estabelecer entre o direito penal do aborto e a questão social e financeira da herança? Vamos nos limitar a remeter esta questão. Ela é rica em reflexões sugestivas ... [p. 24]

Queremos defender a legitimidade do aborto para muitos casos que até agora não foram considerados, ou não foram discutidos e respondidos. A ideia de querer justificar esta operação em todos os casos está longe de nossas mentes. Acreditamos apenas que no interesse do indivíduo e da espécie, ela é indicada em muitas mais ocasiões do que aquelas em que é verificada. Referimo-nos ao aborto realizado por um médico e consideramos sua determinação dependente de um critério científico baseado em estudo clínico prévio dos pais.

Com esta declaração descartamos todos os casos de interrupção da gravidez que se devam a outras causas que não o esforço para remover todas as possíveis falhas e defeitos, nos produtos constituintes da nova geração. Só o critério amplo e sereno do médico estudioso e consciencioso pode resolver em cada caso o comportamento a ser observado; mas uma liberdade mais ampla é necessária para determinar esses casos.

É necessário que a deontologia médica não seja inibida por uma legislação que talvez pudesse responder às necessidades do seu tempo, mas que tem mais de um século, e já não satisfaz as necessidades envoltas pelo progresso da sociedade.

Suponha, como agora, que um casal eugenicamente privado de reproduzir ainda assim tenha se produzido. Deixemos de lado a questão do aborto, que está longe de ser resolvida. O que vamos fazer com essa mãe? Citarei uma frase do professor Bossi em sua obra já mencionada: “As condições sociais devem ser levadas em consideração, pois o caso de uma mãe que tem filhos para educar e outra que ainda não os tem é muito diferente. A conduta do médico é diversa nos casos em que a fortuna permite [p. 25] cuidados, alimentação, medidas higiênicas, capazes de tornar as crianças mais resistentes às infecções; e aquelas em que falta tudo e que são, infelizmente, as mais frequentes. Os meios curativos, higiênicos e nutricionais podem fazer muito para que o organismo resista às doenças; mas, se a família é pobre, se a mãe não pode cuidar da casa, se a sociedade não a ajuda, como podemos honestamente fingir sacrificá-la?”

Esta página que o eminente sábio genovês aplica à grávida tuberculosa pode ser aplicada a todos os casos. Ela expressa tudo o que pode ser dito sobre as condições que os pais devem receber da sociedade para que se tenha o direito de

exigir deles produtos saudáveis e fortes.

Ela tem o dever de fornecer àqueles que irão engendrar os futuros elementos sociais todas as condições de vida necessárias para protegê-los contra a decadência orgânica, causa primeira de toda degeneração.

Conclusões

- 1° Os Estados devem tomar medidas de saúde para proteger a reprodução de nossa raça contra a degeneração física e mental;
- 2° Essa ação deve ser limitada atualmente aos sujeitos acometidos por doenças que produzem distrofias hereditárias e degenerações mentais;
- 3° A ação profilática contra a degeneração das espécies deve ser auxiliada por uma ampla divulgação dos conhecimentos úteis para esse fim: a atenção do povo deve ser chamada para a influência exercida pelo estado físico e mental dos pais no momento da concepção;
- 4° Os Estados devem promulgar leis severas sobre [p. 26] a repressão ao alcoolismo e o uso sem receita médica de substâncias tóxicas, cocaína, éter, morfina etc., punindo rigorosamente os infratores;
- 5° Devem também tomar as mais severas disposições sobre a profilaxia venérea;
- 6° Haveria conveniência social para que os Estados revisassem sua legislação penal sobre o aborto, a fim de dar ao médico mais espaço para justificá-lo e a fim de aumentar o número de circunstâncias atenuantes;
- 7° É uma necessidade vital para o futuro da raça que os Estados providenciem urgentemente uma melhora dos ambientes profissionais, a fim de suprimir ou diminuir todas as causas que atuam extrinsecamente no organismo dos pais, enfraquecendo-os ou empobrecendo-os.

Doutora Paulina Luisi.

Montevideu, julho de 1916.

Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes) – bolsa de mestrado Capes/Proex no Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica/Universidade Federal de Santa Catarina (PPGECT/UFSC). Agradeço imensamente a Letícia Vilen Amorim pela revisão cuidadosa do texto, e a Dennise Rodríguez, pelas sugestões e dicas de tradução.

Referências

ADAMS, Mark B. Toward a Comparative History. In: ADAMS, Mark B. (ed). **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press, p. 217-231, 1990.

RODRÍGUEZ ANTÚNEZ, Camilo. A cien años del primer plan y métodos de enseñanza sexual en el Uruguay. Sus vinculaciones con el discurso eugenésico. **Historia de la educación-anuario**, v. 20, n. 2, p. 1-10, 2019.

BARRÁN, Juan Pedro. Biología, medicina y eugenesia en Uruguay. **Asclepio**, v. 51, n. 2, p. 11-50, 1999.

CAWEN, I. C. **Feminismos y política en el Uruguay del Novecientos (1906-1932): internacionalismo, culturas políticas e identidades de género**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. Asociación Uruguaya de Historiadores, 2018.

IBARBURU, Estela. La vida y obra de Paulina Luisi. **Revista del Centro Nacional de Información y Documentación**, Montevideo, v. 5, n. 5/6, p. 143, 2014.

KEHL, R. O problema da educação sexual. **Boletim de Eugenia**, v. 2, n. 24, p. 1-3, 1930.

LUISI, P. **Algunas ideas sobre eugenia**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1916.

LUISI, P. Educação sexual. **Boletim de Eugenia**, v. 2, n. 24, p. 3-5, 1930.

NICOLADELI, Angelo Tenfen; RAMOS, Mariana Brasil. A EUGENIA COMO TEMÁTICA PARA DISCUSSÃO DA NATUREZA DA CIÊNCIA NA FORMAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. **APEduC Revista-Investigação e Práticas em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 139-153, 2021a.

NICOLADELI, Angelo Tenfen; RAMOS, Mariana Brasil. História da Ciência a partir das ideias de Paulina Luisi e Renato Kehl sobre Educação Sexual: Uma Análise do Boletim de Eugenia (1930). **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC**, p. 1-9, 2021b.

SAPRIZA, Graciela. Ciencia, política y reforma social: esperanzas y conflictos de la primera médica del Uruguay, Paulina Luisi (1875–1950). In: JACINTO, Lizette; SCARZANELLA, Eugenia (org). **Género y ciencia en América Latina: mujeres en la academia y en la clínica** (siglos XIX–XXI), 2011.

SOUZA, Vanderlei S. de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019

STEPAN, Nancy Leys. **"The hour of eugenics": race, gender, and nation in Latin America**. Cornell University Press, 1991.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. Vidas que se cruzam: as trajetórias das feministas sufragistas uruguaias e brasileiras através dos discursos. In: **Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC, p. 2210-2224, 2011.

[1] [N.T.] *La sélection humaine*.

[2] [N.T.] *The descent of man, and selection in relation to sex*.

[3] [P.L.] O desenvolvimento das raças humanas de acordo com as leis da seleção natural.

[4] [N.T.] Traduzimos '*Herencia de grano*' como herança do bacilo. A herança do bacilo da tuberculose via contato placentário.

[5] [N.T.] Traduzimos '*Herencia de terreno*' como herança de terreno. Uma suposta herança de uma predisposição especial que tornava os potenciais doentes mais acessíveis às influências do contágio. Podendo também ser entendida como predisposição hereditária.

[6] [P.L.] A moral é essencialmente variável e sinérgica com o progresso. Ações que hoje consideramos condenáveis, amanhã serão conceituadas, justas e morais: o critério moral é a expressão sintética da evolução das coletividades.

[7] [P.L.] Pinard, *Revue [française de] Gynécologie et d'Obstétrique*, junho 1912, "De l'avortment soi disant thérapeutique".

[8] [P.L.] Prof A. Forel. "Les Etats-Unis de la terre", chap. X in *La Libre Pensée*, fevereiro 1915.